



**BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO  
REPRESENTAÇÃO NO BRASIL**

**LICITAÇÃO PÚBLICA NACIONAL (LPN)  
PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS CIVIS**

Contratação de Empresa para realizar a Reforma dos Escritórios de ATER da SEAPROF nos municípios de Assis Brasil, Sena Madureira, Capixaba e Xapuri.

**Janeiro/2016**

## REVISÕES

<b>Versão</b>	<b>Publicação</b>	<b>Modificações</b>
Julho 2010	Primeira Publicação	
Janeiro 2011	Segunda Publicação	<b>Seção II</b> – Condições Gerais do Contrato (CGC), Cláusula 64. Responsabilidades Ambientais do Contratante <b>Anexo III</b> – Dados do Contrato, Subcláusula 16.1.1: Atribuições e Obrigações Ambientais Específicas da Empreiteira Contratada <b>Anexo IV</b> – Formulários Padrão e Informação de Qualificação dos Concorrentes, Modelo G – Declaração de Responsabilidade Ambiental
Agosto 2011	Terceira Publicação	Inclusão das Notas Gerais no Anexo II – Dados do Edital
Dezembro 2011	Quarta Publicação	Modificação às Políticas para a Aquisição de Bens e Contratação de Obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento GN-2349-9. Modificação às definições de práticas proibidas e incorporação do reconhecimento recíproco de sanções.
Janeiro 2012	Quinta Publicação	Alterações no documento de licitação devido às modificações nos Artigos 27 e 29 da Lei N° 8666/93
Março 2013	Sexta Publicação	

**EDITAL-PADRÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA COM DIVULGAÇÃO  
NACIONAL PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS CIVIS (LPN)**

<b>ÍNDICE</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.</b>
<b>SEÇÃO I - INSTRUÇÕES AOS CONCORRENTES (IAC) .....</b>	<b>19</b>
<b>SEÇÃO II - CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO (CGC) .....</b>	<b>46</b>
<b>SEÇÃO III - ELEGIBILIDADE PARA O FORNECIMENTO DE BENS, OBRAS E SERVIÇOS EM PROJETOS FINANCIADOS PELO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXO I - AVISO DE LICITAÇÃO .....</b>	<b>84</b>
<b>ANEXO II - DADOS DO EDITAL.....</b>	<b>86</b>
<b>ANEXO III – DADOS DO CONTRATO.....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXO IV - FORMULÁRIOS PADRÃO E INFORMAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DOS CONCORRENTES .....</b>	<b>102</b>
<b>ANEXO V - MODELOS DE GARANTIAS .....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXO VI - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS .....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXO VII - DESENHOS.....</b>	<b>166</b>
<b>ANEXO VIII - MODELOS DE PLANILHA DE QUANTIDADES E DE CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (FÍSICO-FINANCEIRO) .....</b>	<b>167</b>
<b>ANEXO IX – ORÇAMENTO BASE .....</b>	<b>172</b>

## SEÇÃO I - INSTRUÇÕES AOS CONCORRENTES (IAC)

### CONTEÚDO

<b>A – GERAL .....</b>	<b>21</b>
<b>1. ESCOPO DA LICITAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>2. FONTE DE RECURSOS .....</b>	<b>21</b>
<b>3. CONCORRENTES ELEGÍVEIS .....</b>	<b>21</b>
<b>4. QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS CONCORRENTES</b>	<b>23</b>
<b>5. UMA PROPOSTA POR CONCORRENTE .....</b>	<b>26</b>
<b>6. CUSTO DA PROPOSTA .....</b>	<b>26</b>
<b>7. PREPARAÇÃO DA PROPOSTA.....</b>	<b>26</b>
<b>B - EDITAL .....</b>	<b>27</b>
<b>8. CONTEÚDO DO EDITAL .....</b>	<b>27</b>
<b>9. ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL.....</b>	<b>27</b>
<b>10. ADENDOS AO EDITAL.....</b>	<b>28</b>
<b>C - PREPARAÇÃO DAS PROPOSTAS.....</b>	<b>28</b>
<b>11. IDIOMA DA PROPOSTA .....</b>	<b>28</b>
<b>12. DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PROPOSTA .....</b>	<b>29</b>
<b>13. PREÇOS DA PROPOSTA.....</b>	<b>30</b>
<b>14. MOEDAS DA PROPOSTA .....</b>	<b>30</b>
<b>15. PERÍODO DE VALIDADE DA PROPOSTA.....</b>	<b>30</b>
<b>16. GARANTIA DE PROPOSTA .....</b>	<b>31</b>
<b>17. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS ALTERNATIVAS PELOS         CONCORRENTES .....</b>	<b>32</b>
<b>18. FORMA E ASSINATURA DA PROPOSTA .....</b>	<b>33</b>
<b>D - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS .....</b>	<b>33</b>
<b>19. ENDEREÇAMENTO E FECHAMENTO DAS PROPOSTAS .</b>	<b>33</b>
<b>20. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....</b>	<b>34</b>

21. PROPOSTAS ENTREGUES COM ATRASO .....	34
22. MODIFICAÇÃO E REVOGAÇÃO DE PROPOSTAS.....	34
<b>E - ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS .....</b>	<b>35</b>
23. ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PELO CONTRATANTE .....	35
24. O PROCESSO DEVERÁ SER CONFIDENCIAL .....	35
25. ESCLARECIMENTOS DAS PROPOSTAS E CONTATO COM O CONTRATANTE .....	35
26. ANÁLISE PRELIMINAR E DETERMINAÇÃO DE ADEQUAÇÃO	36
27. CORREÇÃO DE ERROS.....	37
28. AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	37
29. PÓS-QUALIFICAÇÃO DO CONCORRENTE.....	38
<b>F - ADJUDICAÇÃO.....</b>	<b>38</b>
30 CRITÉRIOS PARA ADJUDICAÇÃO .....	38
31. DIREITO DO CONTRATANTE DE ACEITAR QUALQUER PROPOSTA E DE REJEITAR QUALQUER UMA OU TODAS AS PROPOSTAS .....	38
32. NOTIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO .....	39
33 RECURSOS .....	39
<b>G – CONTRATAÇÃO.....</b>	<b>39</b>
34. ASSINATURA DO CONTRATO .....	39
35. GARANTIA DE EXECUÇÃO .....	40
36. PRÁTICAS PROIBIDAS.....	40

## A – GERAL

### 1. ESCOPO DA LICITAÇÃO

1.1 O Mutuário indicado nos **Dados do Edital** (Anexo II), doravante denominado "**Contratante**", estará recebendo propostas para a execução das Obras em conformidade com os Dados do Contrato.

1.2 O **Concorrente** vencedor deverá concluir as Obras no prazo especificado nos **Dados do Edital**.

### 2. FONTE DE RECURSOS

2.1 O **Mutuário** qualificado nos **Dados do Edital** (Anexo II) prevê aplicar parte dos recursos de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID em pagamentos elegíveis relativos ao(s) contrato(s) decorrente(s) desta licitação, que está inserida no Projeto definido nos **Dados do Edital**. O BID somente efetuará pagamentos quando aprovado por ele a correspondente solicitação do **Mutuário**, de acordo com os termos e condições do Contrato de Empréstimo. A menos que o BID venha a concordar de forma especificamente diferente, ninguém além do **Mutuário** poderá reivindicar qualquer direito derivado do Contrato de Empréstimo ou ter direito aos recursos do Empréstimo.

2.2 O Contrato de Empréstimo veda saques da conta do empréstimo com a finalidade de realizar pagamentos a pessoas ou entidades, bem como para a importação de equipamentos e materiais, caso seja do conhecimento do BID que tal importação esteja sujeita a restrição imposta por decisão do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

### 3. CONCORRENTES ELEGÍVEIS

3.1 Um **Concorrente** e todas as partes que constituem o **Concorrente** podem ter a nacionalidade de qualquer país membro do Banco. Os **Concorrentes** de outros países não poderão participar de contratos a serem financiados no todo ou em parte por empréstimos do Banco. A Seção III deste documento estabelece os países membros do Banco, assim como os critérios para determinar a nacionalidade dos **Concorrentes** e o país de origem dos bens e serviços. Os **Concorrentes** com nacionalidade de um país membro do Banco e os bens a serem fornecidos de acordo com o contrato não serão elegíveis se:

- (a) em decorrência de lei ou regulamento oficial, o Brasil proíbe relações

comerciais com esse país; ou

(b) em decorrência do cumprimento de uma decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas tomada nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o Brasil proíbe a importação de qualquer bem desse país ou o pagamento a pessoas ou entidades desse país.

3.2 Um **Concorrente** não deve ter conflito de interesses. Quando for descoberto que algum **Concorrente** tem conflito de interesses, este será desqualificado. Pode-se considerar que **Concorrente** tem conflito de interesses com uma ou mais partes neste processo de licitação, se:

(a) estiver ou tenha estado associado direta ou indiretamente a uma empresa ou qualquer de suas afiliadas contratada pelo **Contratante** para prestação de serviços de consultoria para a preparação do projeto, especificações técnicas e outros documentos a serem usados para a aquisição de bens nos termos destes Documentos de Licitação; ou

(b) enviar mais de uma proposta nesse processo de licitação, exceto para propostas alternativas permitidas de acordo com a Cláusula 17 das IAL. Contudo, isso não limita a participação de subempreiteiros em mais de uma proposta.

3.3 Qualquer empresa, pessoa física, empresa matriz ou subsidiária, ou organização constituída ou integrada por qualquer das pessoas designadas como partes contratantes pelo Banco, declare inelegíveis em conformidade com os Procedimentos de Sanções ou que outras Instituições Financeiras Internacionais (IFI) declare inelegível e sujeito às disposições dos acordos assinados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções e está sob a declaração de inelegibilidade durante o período de tempo estabelecido pelo Banco de Contrato com a Cláusula 36 das IAL, na data de adjudicação do contrato, será desqualificado.

3.4 Entidades governamentais no Brasil serão elegíveis somente se puderem demonstrar que: (i) são legal e financeiramente autônomas, (ii) operam de acordo com as leis do comércio e (iii) não são entidades dependentes do Mutuário.

3.5 Os **Concorrentes** deverão fornecer prova de sua elegibilidade contínua de maneira satisfatória ao **Contratante**, sempre que esta razoavelmente o solicitar.

3.6 No caso de pré-qualificação dos potenciais **Concorrentes**, somente propostas com **Concorrentes** pré-qualificados serão consideradas para participação na licitação.

#### 4. QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS CONCORRENTES

4.1 Todos os **Concorrentes** devem apresentar proposta seguindo os modelos do Anexo IV, Formulários Padrão e Informação da Qualificação dos Concorrentes, uma descrição preliminar do método utilizado e do cronograma do trabalho propostos, inclusive desenhos, projetos e esquemas, se necessário.

4.2 A documentação relativa à elegibilidade do Concorrente deverá comprovar, por ocasião da apresentação de sua Proposta, que o mesmo cumpre com os requisitos fixados na Cláusula 3 das IAC.

4.3 Observado o disposto nos **Dados do Edital**, a comprovação relativa à qualificação e à habilitação do **Concorrente** para executar o Contrato, deverá apresentar, como parte de sua proposta e de forma satisfatória para o **Contratante**, a documentação solicitada a seguir. As provas de regularidade deverão ser apresentadas no original ou em cópias e valerão nos prazos que lhes são próprios, inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 60 (sessenta) dias, contados de sua expedição.

(a) Habilitação Jurídica:

(i) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

(ii) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato do registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; e

(iii) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

(b) Qualificação Econômico - Financeira:

(i) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da comarca onde se localiza o principal estabelecimento da sociedade;

(ii) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

(iii) relatório de auditores ou de contadores devidamente registrados no Conselho de Contabilidade, descrevendo a situação econômica e financeira da Empresa relativamente ao último balanço; e

(iv) atestados de 02 (duas) instituições financeiras emitidos dentro dos 60 (sessenta) dias anteriores à data da abertura das propostas, indicando boa situação financeira da Empresa.

(c) Regularidade Fiscal e Trabalhista:

(i) prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

(ii) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

(iii) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou da sede do **Concorrente**, ou outra equivalente na forma da lei. A prova de quitação com a Fazenda Federal deverá ser acompanhada da Certidão quanto à Dívida Ativa da União, com validade em vigor;

(iv) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

(v) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo decreto Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

(d) Trabalho de Menores:

(i) declaração do Concorrente, conforme o Decreto Federal nº 4.358/2002, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, ressalvado na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

(e) Qualificação Técnica:

(i) Modelo B do Anexo IV, preenchido e acompanhado de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando os serviços executados pelo **Concorrente**;

(ii) Modelo C do Anexo IV, preenchido e acompanhado da comprovação das respectivas informações, demonstrando a experiência e qualificação do responsável técnico; e

(iii) Modelo D do Anexo IV, demonstrando a disponibilidade de máquinas e equipamentos necessários à execução das Obras.

4.4 A proposta submetida por consórcio de duas ou mais empresas deverá atender aos seguintes requisitos:

- (a) toda a documentação referida na Cláusula 4 das IAC, deverá ser apresentada individualmente por todos os membros do consórcio;
- (b) inclusão do compromisso de constituição de consórcio assinado por todos os membros, a ser devidamente lavrado e registrado caso a proposta venha a ser vencedora, no qual:
  - (i) todos os membros do consórcio se declarem solidariamente responsáveis pela execução do objeto contratual; e
  - (ii) um dos membros seja designado líder, com poderes específicos para receber as instruções relativas à execução do contrato, bem como os pagamentos devidos, em nome de todos os demais membros.

4.5 Para se qualificar para a assinatura do Contrato, os **Concorrentes** deverão atender aos seguintes critérios mínimos:

- (a) situação regular quanto aos aspectos jurídicos, financeiros, fiscais e trabalhistas, indicados na Subcláusula 4.3 (a) a (d) das IAC,
- (b) ter realizado, nos últimos 5 (cinco) anos, um volume médio anual de Obras de, pelo menos, o montante especificado nos **Dados do Edital**;
- (c) experiência como contratado/executor principal na construção de, pelo menos, 2 (duas) obras de natureza e complexidade equivalente às Obras objeto desta licitação nos últimos 10 (dez) anos [para atender a essa exigência, as obras citadas deverão estar com 70% (setenta por cento) já concluídas no mínimo];
- (d) índice de liquidez igual ou superior ao mínimo exigido nos **Dados do Edital**;
- (e) patrimônio líquido igual ou superior ao mínimo exigido nos **Dados do Edital**;
- (f) ter executado serviços com características, quantidades, prazos e valores de contratos compatíveis com o objeto da licitação, conforme definido nos **Dados do Edital**;
- (g) possuir responsável técnico, indicado para execução dos serviços, cuja experiência e qualificação sejam compatíveis com os requisitos de

similaridade definidos nos **Dados do Edital**, relativamente às parcelas de maior relevância e valor significativo das Obras; e

(h) disponibilidade (compra, aluguel, *leasing* etc.) das máquinas e equipamentos necessários à execução das Obras, conforme exigências mínimas relacionadas nos **Dados do Edital**.

4.6. No caso de consórcios, a habilitação será determinada para o conjunto dos membros do consórcio, sendo necessário, ainda, que nenhum dos membros, individualmente, deixe de comprovar:

(a) a situação regular, de acordo com o disposto na alínea (a) da Subcláusula 4.5 das IAC;

(b) o atendimento do índice estabelecido de acordo com a alínea (d) da Subcláusula 4.5 das IAC; e

(c) o cumprimento de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos critérios mínimos estabelecidos nas alíneas (b) e (c) da Subcláusula 4.5 das IAC, caso não especificado de outra forma nos **Dados do Edital**.

## 5. UMA PROPOSTA POR CONCORRENTE

5.1 Cada **Concorrente** poderá apresentar uma única proposta, quer individualmente ou como membro de um consórcio.

5.2 É vedada a subcontratação das Obras, no todo ou em parte, de empresas que tenham participado a qualquer título, da proposta apresentada por outro **Concorrente**.

## 6. CUSTO DA PROPOSTA

6.1 O **Concorrente** arcará com todos os custos relativos à elaboração e apresentação de sua proposta, não recaindo sobre o **Contratante**, quaisquer ônus de caráter indenizatório, independentemente do resultado do procedimento licitatório.

## 7. PREPARAÇÃO DA PROPOSTA

7.1 Visita ao Local das Obras: Ao **Concorrente** é recomendado realizar visita prévia e inspecionar o Local das Obras e cercanias, de modo a obter, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta. Todos os custos associados à visita e à inspeção serão de inteira responsabilidade do **Concorrente**.

7.2 Estudos e Dados Disponíveis: estão à disposição dos **Concorrentes** os estudos e dados indicados nos **Dados do Edital**.

## **B - EDITAL**

### **8. CONTEÚDO DO EDITAL**

8.1 Este Edital é composto pela documentação abaixo listada e/ou quaisquer outros adendos que estejam em conformidade com o disposto na Cláusula 10 das IAC:

Seção I - Instruções aos Concorrentes (IAC);

Seção II - Condições Gerais de Contrato (CGC);

Seção III - Elegibilidade para o Financiamento de Bens, Obras e Serviços em Projetos Financiados pelo BID;

Anexo I - Aviso de Licitação;

Anexo II - Dados do Edital;

Anexo III - Dados do Contrato;

Anexo IV - Formulários Padrão e Informação da Qualificação dos Concorrentes;

Anexo V - Modelos de Garantias;

Anexo VI - Especificações Técnicas;

Anexo VII - Desenhos;

Anexo VIII - Modelo de Planilha de Quantidades e de Cronograma de Atividades (Físico-Financeiro); e

Anexo IX – Orçamento Base

8.2 O **Concorrente** deverá examinar todas as instruções, formulários, termos e especificações contidos no Edital. A falha no fornecimento de informações exigidas será de responsabilidade do **Concorrente** e a proposta que não atender substancialmente às condições previstas no Edital será rejeitada.

### **9. ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL**

9.1 O **Concorrente** poderá solicitar esclarecimentos a respeito do Edital ao **Contratante**, desde que por escrito (carta, fax, telegrama ou correio eletrônico) no prazo e no endereço indicados nos **Dados do Edital**. O **Contratante** responderá,

também por escrito, no prazo indicado nos **Dados do Edital**. Cópias da resposta do **Contratante** (incluindo uma explicação sobre as perguntas, sem identificar a fonte), serão fornecidas a todos os interessados que retiraram ou venham a retirar o Edital.

9.2. O **Contratante** poderá convocar uma reunião preliminar à apresentação de Propostas, a fim de esclarecer quaisquer questões a respeito do que possa ser levantado nesse estágio da licitação. Nesse caso, o **Contratante** notificará os interessados do local, data e hora da reunião à qual os respectivos representantes poderão comparecer.

9.3. A Ata da reunião, incluindo cópias das questões formuladas e as respostas dadas, será fornecida imediatamente a todos os presentes à reunião e eventuais ausentes que retiraram ou que venham a retirar o Edital. Eventuais modificações de qualquer das partes deste Edital, que venham a ser necessárias em virtude da reunião, serão efetuadas pelo **Contratante** por intermédio de adendo, nos termos da Cláusula 10 das IAC.

## 10. ADENDOS AO EDITAL

10.1 A qualquer tempo antes da data limite para a apresentação das propostas, o **Contratante** poderá, por qualquer motivo, por sua própria iniciativa ou em resposta a alguma indagação do **Concorrente**, modificar o Edital por meio de um adendo.

10.2 Cópias dos adendos serão enviadas a todos os **Concorrentes** que tenham adquirido ou venham a adquirir o Edital. Os **Concorrentes** deverão acusar prontamente o seu recebimento, por escrito (telegrama, carta, fax ou correio eletrônico).

10.3 A fim de dar tempo suficiente aos **Concorrentes** para que considerem o adendo na preparação de suas propostas, o **Contratante** poderá, a seu critério, prorrogar o prazo para apresentação das propostas.

## C - PREPARAÇÃO DAS PROPOSTAS

### 11. IDIOMA DA PROPOSTA

11.1 A proposta, correspondências e impressos deverão ser escritos em português, inclusive o contrato a ser firmado, podendo os documentos complementares e a literatura impressa fornecidos pelos **Concorrentes**, estar em outro idioma, porém, deverão estar acompanhados de tradução para o português e a mesma prevalecerá

sobre os originais, principalmente no que se refere à interpretação da proposta.

## 12. DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PROPOSTA

12.1 Os documentos, parte da Proposta, deverão estar organizados em 1 (um) envelope, conforme descrito a seguir. O **Concorrente** poderá incluir no envelope da proposta quaisquer informações ou materiais complementares que julgue necessários ao perfeito entendimento da Proposta. A primeira página da proposta deverá conter um índice listando os documentos nela incluídos.

12.2 A Proposta submetida pelo **Concorrente** deverá conter:

- (a) documentos de Habilitação e Qualificação, de acordo com o estabelecido na Cláusula 4 das IAC;
- (b) Carta de Apresentação de Proposta, conforme Modelo A, constante do Anexo IV, devidamente preenchida e assinada;
- (c) Planilhas de Quantidades (Modelo 1) e/ou Cronograma de Atividades (Físico-Financeiro) (Modelo 2), conforme indicado nos **Dados do Edital**, devidamente assinados e preparados em conformidade com os modelos adequados constantes do Anexo VIII do Edital;
- (d) garantia de proposta conforme Modelo A do Anexo V do Edital e nos termos da Cláusula 16 das IAC; e
- (e) Plano de Trabalho, composto por:
  - (i) organograma da equipe administradora da obra nos níveis administrativo, técnico e operacional juntando a Lista de Pessoal Chave com um resumo dos seus currículos;
  - (ii) programação de trabalho que mostre os arranjos, ordem, cronograma físico e programação para todas as atividades nas obras com descrição dos métodos de construção e de preservação ambiental a serem utilizados pela empresa, complementando as especificações técnicas;
  - (iii) relação dos materiais incluídos nas composições de custos, citando fornecedor, fabricante ou procedência dos mesmos;
  - (iv) proposta esquemática do canteiro de obras, escritório, depósitos, pátios etc. e sua provável localização;
  - (v) relação dos equipamentos à disposição para a execução da obra e sua condição de vinculação com a empresa (próprio, arrendado, alugado ou a ser adquirido); e

(vi) qualquer outro aspecto da proposta que o **Concorrente** entenda como relevante para o seu perfeito entendimento, com comentários ou justificativas sobre as informações suplementares, se necessário.

(f) Declaração de Responsabilidade Ambiental, constante do Modelo G, Anexo IV.

### 13. PREÇOS DA PROPOSTA

13.1 A menos que especificado em contrário nos **Dados do Edital**, a Proposta cobrirá a execução da totalidade das Obras.

13.2 O **Concorrente** deverá preencher a Planilha de Quantidades e/ou o Cronograma de Atividades (Físico-Financeiro), conforme indicado nos **Dados do Edital**. Itens para os quais nenhuma taxa ou preço tenha sido cotado pelo **Concorrente** serão considerados, pelo **Contratante**, cobertos por outras taxas e preços cotados.

13.3 O preço ofertado deverá cobrir todas as despesas relacionadas à execução do Contrato, inclusive tributos e encargos de natureza social, trabalhista, previdenciária, fiscal ou para-fiscal, tendo por base a legislação vigente 30 (trinta) dias antes da data prevista para a apresentação de propostas.

#### 13.4 Reajustamento

(a) Alternativa A: (a) os preços apresentados pelo **Concorrente** serão fixos e irrevogáveis.

(b) Alternativa B: os preços cotados pelo **Concorrente** estarão sujeitos a reajuste anual durante a execução do contrato, de acordo com as disposições da Subcláusula 47.1 das Condições Gerais do Contrato.

### 14. MOEDAS DA PROPOSTA

14.1 Os preços deverão ser cotados exclusivamente em Reais.

### 15. PERÍODO DE VALIDADE DA PROPOSTA

15.1 As propostas deverão permanecer válidas pelo período estabelecido nos **Dados do Edital**. Será rejeitada a proposta que fixe período de validade menor do que o exigido.

15.2 Em casos excepcionais o **Contratante** poderá, antes de expirado o prazo original de validade da Proposta, solicitar aos **Concorrentes** uma prorrogação específica no prazo de validade, que deverá ser a mínima necessária para concluir a avaliação das propostas, obter as aprovações necessárias e adjudicar o objeto do contrato. Neste caso, a solicitação e as respostas serão feitas por escrito (carta, fax, telegrama ou correio eletrônico). O **Concorrente** poderá recusar-se a estender o prazo de validade da proposta, sem que resulte na execução de sua Garantia de Proposta. É vedado ao **Concorrente** que concordar com a prorrogação, modificar a proposta, devendo providenciar a prorrogação da correspondente Garantia.

15.3 Nos contratos com preço fixo, caso o **Contratante** solicite mais de uma extensão do período de validade da Proposta e o **Concorrente** concordar, o preço inicial do Contrato será atualizado pelo índice especificado nos **Dados do Edital**. O fator de correção deverá ser aplicado sobre o período entre o último dia do prazo original de validade da Proposta e a data da Notificação de Adjudicação ao **Concorrente** vencedor.

15.4 A Avaliação da Proposta será baseada no preço proposto, desconsiderando-se a correção prevista na Subcláusula 15.3 das IAC.

## **16. GARANTIA DE PROPOSTA**

16.1 O **Concorrente** deverá fornecer como parte integrante de sua proposta e, em conformidade com a Cláusula 12 das IAC, uma Garantia de Proposta no valor fixado nos **Dados do Edital**.

16.2 A Garantia de Proposta é exigida para manter o **Contratante** protegido contra os atos ou omissões do **Concorrente** arrolados na Subcláusula 16.7 das IAC, que dão ensejo à execução da garantia. A garantia deverá ter prazo de validade de, no mínimo, 30 (trinta) dias além do prazo de validade da proposta e igualmente prorrogada no mesmo período da validade das propostas, caso venha ocorrer uma prorrogação do prazo de execução.

16.3 A Garantia de Proposta deverá estar apresentada em Reais (R\$), e poderá ser fornecida em uma das seguintes formas ou da forma estipulada nos **Dados do Edital**:

- (a) garantia bancária emitida por uma instituição bancária aceitável pelo **Contratante**;
- (b) fiança bancária ou carta de crédito irrevogável emitida por banco localizado no Brasil de acordo com o modelo constante do Edital ou em

outro modelo, desde que aceitável pelo Contratante;

(c) cheque administrativo; ou

(d) seguro garantia emitido por uma seguradora, aceitável pelo **Contratante**.

16.4 Toda proposta que não esteja acompanhada de Garantia de Proposta satisfatória será considerada inadequada aos termos do Edital, consoante a Cláusula 26 das IAC e, conseqüentemente, será rejeitada pelo **Contratante**.

16.5 Os **Concorrentes** que não obtiveram êxito em suas propostas, terão suas Garantias de Proposta restituídas até 30 (trinta) dias após o período de validade das propostas, em conformidade com a Cláusula 15 das IAC.

16.6 A Garantia de Proposta do **Concorrente** vencedor será liberada quando assinado o Contrato, conforme definido na Cláusula 34 das IAC, mediante apresentação da Garantia de Execução, conforme a Cláusula 35 das IAC.

16.7 A Garantia de Proposta poderá ser executada:

(a) caso o **Concorrente** revogue sua proposta durante o período de sua validade definido na Carta de Apresentação da Proposta; e

(b) se o Concorrente vencedor deixar de:

(i) assinar o Contrato, de acordo com a Cláusula 34 das IAC; ou

(ii) apresentar a Garantia de Execução, de acordo com a Cláusula 35 das IAC.

(c) caso o concorrente não aceite a correção do Preço da Proposta, conforme a Cláusula 27 das IAC.

16.8 A Garantia de Proposta de um consórcio deverá definir como sendo “**Concorrentes**” todos os membros de um consórcio e listá-los da seguinte maneira: um consórcio consistindo de “\_\_\_\_\_”, “\_\_\_\_\_” e “\_\_\_\_\_”.

## **17. APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS ALTERNATIVAS PELOS CONCORRENTES**

17.1 Não são permitidas propostas alternativas. Os **Concorrentes** devem apresentar propostas que atendam aos requisitos do Edital, inclusive os Projetos Básicos conforme indicado nos desenhos e especificações técnicas.

## **18. FORMA E ASSINATURA DA PROPOSTA**

18.1 O **Concorrente** deverá apresentar a proposta em 2 (duas) vias, assinalando claramente "ORIGINAL" e "CÓPIA", conforme apropriado. Em caso de discrepância, prevalecerá o que estiver estabelecido no "ORIGINAL".

18.2 O original e a cópia da proposta deverão ser impressos com tinta indelével e assinados pelo **Concorrente** ou por pessoa(s) legalmente autorizada(s) a contrair obrigações em seu nome. Todas as páginas da proposta, exceto impressos não rasurados que acompanhem a proposta, deverão ser sequencialmente numeradas.

18.3 Serão rejeitadas as propostas que contenham entrelinhas, emendas ou rasuras.

18.4 O **Concorrente** deve fornecer as informações em conformidade com o solicitado no Anexo IV – Formulários Padrão e Informação da Qualificação dos Concorrentes, que trata das comissões e gratificações, se houver, ou a serem pagas aos agentes relacionados a esta Proposta e à execução do contrato.

## **D - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

### **19. ENDEREÇAMENTO E FECHAMENTO DAS PROPOSTAS**

19.1 O **Concorrente** deverá fechar o original e cada cópia da proposta em envelopes separados, devidamente identificados individualmente como “ORIGINAL” e “CÓPIA”. Os envelopes deverão, então, ser colocados e fechados em outro envelope externo.

19.2 Os envelopes internos e o externo deverão:

- (a) estar fechados, endereçados e identificados conforme indicado nos **Dados do Edital**; e
- (b) conter o nome do contrato, título e número indicados no Aviso de Licitação e o enunciado: “**NÃO ABRIR ANTES DO DIA \_\_\_\_\_ ÀS \_\_\_\_\_ HORAS**”, a ser preenchido em conformidade com o Anexo II – Dados do Edital.

19.3 Os envelopes internos deverão, também, indicar o nome e endereço do Concorrente para possibilitar sua devolução sem adulterar seu fechamento, no caso de aplicação da Subcláusula 21.1 das IAC.

19.4 O **Contratante** não assumirá responsabilidade alguma pelo extravio ou abertura prematura da Proposta caso o envelope não esteja fechado e identificado conforme instruído acima.

## **20. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

20.1 As propostas deverão ser entregues no endereço, prazo e horário estabelecidos nos **Dados do Edital**.

20.2 Serão consideradas e abertas, apenas as propostas recebidas pelo **Contratante** no endereço, prazo e horário **estabelecidos nos Dados do Edital**.

20.3 O **Contratante** poderá, a seu critério, prorrogar o prazo de apresentação das Propostas mediante adendo, conforme a Cláusula 10 das IAC, caso em que todos os direitos e obrigações do **Contratante** e dos **Concorrentes** estarão sujeitos à nova data, a qual será informada oficialmente aos **Concorrentes** que adquiriram o Edital, dentro dos prazos estabelecidos.

## **21. PROPOSTAS ENTREGUES COM ATRASO**

21.1 Qualquer proposta entregue ao **Contratante**, após o prazo fixado de apresentação das Propostas, estabelecido em conformidade com a Subcláusula 20.1 das IAC, será rejeitada pelo **Contratante** e devolvida fechada ao respectivo remetente.

## **22. MODIFICAÇÃO E REVOGAÇÃO DE PROPOSTAS**

22.1 O **Concorrente** poderá modificar ou revogar sua proposta após seu encaminhamento, desde que haja, por escrito, um aviso sobre sua modificação ou revogação e que seja recebido pelo **Contratante** antes de encerrado o prazo de apresentação das Propostas.

22.2 O aviso da modificação ou revogação da proposta deverá ser encaminhado em envelope fechado e sobrescrito de acordo com as disposições da Subcláusula 19.2 das IAC. O aviso de revogação poderá, também, ser encaminhado via fax, desde que, seguido de uma confirmação devidamente assinada, devendo ser recebida pelo **Contratante** dentro do prazo estipulado para apresentação das propostas.

22.3 Nenhuma proposta poderá ser modificada ou revogada após o prazo de apresentação das propostas.

## E - ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

### 23. ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PELO CONTRATANTE

23.1 O **Contratante** abrirá todas as propostas na presença dos **Concorrentes** ou de seus representantes que comparecerem à sessão pública a ser realizada no local, na data e no horário determinados nos **Dados do Edital**. Os **Concorrentes** e/ou seus representantes legais que estiverem presentes à reunião de abertura, deverão assinar a ata da reunião evidenciando sua presença.

23.2 Inicialmente, será anunciado o eventual recebimento de envelopes marcados "**REVOGAÇÃO DE PROPOSTA**", os quais serão abertos. Não serão abertos os Envelopes das propostas adequadamente revogadas que serão devolvidos devidamente fechados aos seus remetentes.

23.3 Da sessão pública será lavrada uma Ata, pelo **Contratante**, contendo os nomes dos **Concorrentes**, as modificações ou revogações, os preços propostos, descontos e a presença e/ou ausência da Garantia de Proposta exigida. Outros detalhes que o **Contratante** considere apropriados poderão ser anunciados na reunião. Nenhuma proposta deverá ser rejeitada e/ou desclassificada na reunião, com exceção das retardatárias, que deverão ser devolvidas aos remetentes, fechadas, em conformidade com a Cláusula 21. das IAC.

23.4 As propostas (e as modificações encaminhadas em conformidade com a Subcláusula 22.2 das IAC) que não forem abertas e lidas em voz alta na reunião de abertura não deverão ser consideradas para avaliação, independentemente das circunstâncias.

### 24. O PROCESSO DEVERÁ SER CONFIDENCIAL

24.1 Após a abertura das propostas, as informações relativas a seu exame, esclarecimento, avaliação, comparação e recomendações referentes à adjudicação do contrato não deverão ser reveladas aos **Concorrentes** ou a outras pessoas que não estejam oficialmente relacionadas com o processo de julgamento até o anúncio da adjudicação.

### 25. ESCLARECIMENTOS DAS PROPOSTAS E CONTATO COM O CONTRATANTE

25.1 Para auxiliar na análise, avaliação e comparação das propostas, o **Contratante** poderá solicitar aos **Concorrentes** os esclarecimentos que julgar necessários a respeito de suas propostas, inclusive o detalhamento dos preços unitários. A

solicitação e a resposta deverão ser feitas por escrito (carta, correio eletrônico ou fax). É vedada a alteração do preço ou substância da proposta, sendo, entretanto, possível a correção de erros aritméticos, conforme a Cláusula 27 das IAC.

25.2 Em conformidade com a Subcláusula 25.1 das IAC, após a reunião de abertura das propostas, nenhum **Concorrente** poderá contatar o **Contratante**, a qualquer pretexto, até a adjudicação do contrato. Se o **Concorrente** desejar encaminhar informações adicionais às solicitadas pelo **Contratante**, deverá fazê-lo por escrito.

25.3 Qualquer tentativa do **Concorrente** de influenciar o **Contratante** no processo de julgamento e na avaliação das propostas, ou mesmo na adjudicação do vencedor, resultará na rejeição sumária de sua proposta.

## 26. ANÁLISE PRELIMINAR E DETERMINAÇÃO DE ADEQUAÇÃO

26.1 Preliminarmente à avaliação detalhada das Propostas o **Contratante** verificará:

- (a) se a Proposta está devidamente assinada e acompanhada da Garantia de Proposta exigida;
- (b) se o Plano de Trabalho atende aos requisitos do Edital; e
- (c) se a Proposta, de uma maneira geral, é substancialmente adequada aos termos do Edital.

26.2 Para os efeitos desta Cláusula, uma Proposta será considerada substancialmente adequada ao Edital quando atender a todos os termos, condições e especificações nele contidos, sem qualquer ressalva ou desvio material. Ressalva ou desvio material é aquele que afeta de modo substancial o objeto, a qualidade ou resultado das Obras ou que limita, de modo conflitante com os termos do Edital, os direitos do **Contratante** ou as obrigações do **Concorrente**, na forma do Contrato, cuja retificação prejudicaria a posição competitiva de outros **Concorrentes** que tenham apresentado propostas substancialmente adequadas.

26.3 Caso uma Proposta não esteja substancialmente adequada aos termos do Edital, inclusive o Plano de Trabalho apresentado, será rejeitada pelo **Contratante** e não poderá tornar-se posteriormente adequada, mediante correção do desvio ou ressalva que a tornou inadequada.

26.4 O Contratante poderá relevar vícios sanáveis encontrados na proposta, desde que tais vícios não representem desvio ou ressalva substancial, nem afetem a classificação dos demais Concorrentes.

## 27. CORREÇÃO DE ERROS

27.1 O **Contratante** examinará as propostas substancialmente adequadas, corrigindo os erros aritméticos da seguinte forma:

- (a) No caso de discrepância entre o valor numérico e o por extenso, prevalecerá o valor por extenso
- (b) existindo discrepância entre o valor da soma de parcelas indicado na proposta e o valor somado das mesmas parcelas, prevalecerá o valor somado.

27.2 Caso o **Concorrente** não aceite a correção do valor, de conformidade com o procedimento descrito na Subcláusula 27.1 das IAC, a proposta será rejeitada.

## 28. AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO DAS PROPOSTAS

28.1 O **Contratante** avaliará e comparará somente as propostas que foram consideradas substancialmente adequadas aos termos do Edital e em conformidade com a Cláusula 26 das IAC.

28.2 Na avaliação das Propostas, o **Contratante** definirá, para cada uma delas, o Preço Avaliado da Proposta, ajustando o Preço da Proposta da seguinte forma:

- (a) corrigindo erros, conforme estipulado na Cláusula 27 das IAC;
- (b) procedendo qualquer ajuste apropriado para qualquer outra variação quantificável ou desvio não refletido no Preço da Proposta ou no item acima mencionado; e
- (c) procedendo qualquer ajuste apropriado para refletir os descontos ou outras modificações do preço ofertado de acordo com a Subcláusula 23.3 das IAC.

28.3 De acordo com a Cláusula 25 das IAC, o **Contratante** poderá solicitar quaisquer esclarecimentos necessários. Variações e desvios não permitidos ou não solicitados no Edital, vantagens baseadas em outras propostas apresentadas, ou a oferta de benefícios não solicitados pelo **Contratante**, serão desconsiderados na avaliação das Propostas.

28.4 As disposições relativas ao reajuste de preços, aplicáveis no período de execução do Contrato, não serão levadas em consideração na avaliação das

Propostas.

28.5 Se a Proposta do **Concorrente** estiver seriamente desequilibrada ou os preços inexequíveis, em relação à estimativa prévia de custo da Obra pelo **Contratante**, este poderá exigir que o **Concorrente** apresente um detalhamento dos preços ofertados, a fim de demonstrar a consistência dos preços em relação ao método e prazo propostos.

28.6 O **Contratante** preparará uma lista dos **Concorrentes** segundo a ordem crescente de preços propostos, indicando como vencedor o **Concorrente** que tenha apresentado a Proposta de menor preço avaliado.

## **29. PÓS-QUALIFICAÇÃO DO CONCORRENTE**

29.1 O **Contratante** determinará, a seu critério, se o **Concorrente** selecionado como o que apresentou a proposta de menor preço avaliado e substancialmente adequada está qualificado para executar o Contrato de maneira satisfatória.

29.2 Essa determinação será baseada no exame da prova documental das qualificações do **Concorrente** que este apresentar, em conformidade com a Cláusula 4 das IAC.

29.3 Uma determinação afirmativa é condição para adjudicação ao **Concorrente**. Uma determinação negativa resultará na desqualificação da proposta do Licitante, caso em que o **Contratante** passará ao exame do **Concorrente** que apresentou a proposta de menor preço avaliado seguinte, para determinar as respectivas qualificações para executar o contrato de maneira satisfatória.

## **F - ADJUDICAÇÃO**

### **30 CRITÉRIOS PARA ADJUDICAÇÃO**

30.1 O **Contratante** fará a adjudicação ao **Concorrente** cuja proposta tenha sido considerada como substancialmente adequada aos termos do Edital e que tenha apresentado o menor preço avaliado, desde que tal **Concorrente** tenha sido considerado:

- (a) elegível segundo os termos da Cláusula 3 das IAC; e
- (b) habilitado e qualificado segundo os termos da Cláusula 4 das IAC.

### **31. DIREITO DO CONTRATANTE DE ACEITAR QUALQUER PROPOSTA E**

## **DE REJEITAR QUALQUER UMA OU TODAS AS PROPOSTAS**

31.1 O **Contratante** se reserva o direito de, nos termos do Edital, aceitar ou rejeitar qualquer proposta, ou cancelar o processo de licitação, a qualquer tempo antes da adjudicação do Contrato sem que do cancelamento decorra qualquer direito à indenização aos **Concorrentes**.

## **32. NOTIFICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO**

32.1 Antes do término do prazo de validade das propostas, o **Contratante** notificará o **Concorrente** vencedor, por fac-símile e confirmando posteriormente, por meio de carta registrada (Carta de Aceitação), de que sua proposta foi aceita.

32.2 Uma vez recebida do **Concorrente** vencedor a Garantia de Execução, de acordo com a Cláusula 35 das IAC, o **Contratante** liberará e restituirá as Garantias de Proposta apresentadas pelos demais **Concorrentes**.

## **33 RECURSOS**

33.1 Será facultado interpor recurso à Comissão de Julgamento em quaisquer das etapas do processo de licitação.

33.2 Para o Concorrente que apresentou proposta as discussões deverão ser mantidas somente no âmbito do Contratante e do Concorrente que apresentou o recurso e sobre o julgamento de sua proposta.

33.3 Os recursos deverão ser registrados no endereço indicado nos **Dados do Edital**.

## **G – CONTRATAÇÃO**

### **34. ASSINATURA DO CONTRATO**

34.1 O **Contratante** enviará a Carta de Aceitação na forma do Modelo E e o Termo de Contrato na forma do Modelo F, constantes do Anexo IV, devidamente preenchidos ao **Concorrente** que tiver apresentado a proposta vencedora num prazo máximo de 28 (vinte e oito) dias contados da data de Notificação de Adjudicação.

34.2 O **Concorrente** que teve sua proposta adjudicada, deverá assinar e datar o Contrato e devolvê-lo ao **Contratante** dentro de 21 (vinte e um) dias, contados da data do seu recebimento, salvo se estabelecido prazo diferente nos **Dados do Edital**.

## 35. GARANTIA DE EXECUÇÃO

35.1 O **Concorrente** vencedor deverá entregar ao **Contratante**, no prazo mínimo de 21 (vinte e um) dias, após o recebimento da Carta de Aceitação, uma Garantia de Execução, de acordo com a Subcláusula 52.1 das Condições Gerais do Contrato (CGC), sob a forma de Garantia Bancária ou Seguro-Garantia apresentada em conformidade com os modelos integrantes do Edital e em termos satisfatórios para o **Contratante**.

35.2 Além da Garantia de Execução será retido o equivalente à porcentagem indicada nos Dados do Contrato para cada valor devido de cada fatura.

35.3 O não cumprimento do disposto nas Subcláusulas 34.2 e/ou 35.1 das IAC constituirá motivo suficiente para que seja cancelada a adjudicação que lhe foi feita, ensejando a execução da Garantia de Proposta. Neste caso o **Contratante** poderá adjudicar o objeto da licitação ao **Concorrente** que se seguir na ordem de classificação, respeitadas as condições de sua proposta, ou proceder uma nova licitação.

## 36. PRÁTICAS PROIBIDAS

36.1 O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades ou pessoas físicas que apresentem ou estejam apresentando propostas ou participando de atividades financiadas pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer com atribuições expressas ou implícitas) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco todos os atos suspeitos de constituir Prática Proibida sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. As Práticas Proibidas compreendem atos de: (i) práticas corruptas; (ii) práticas fraudulentas; (iii) práticas coercitivas; (iv) práticas colusivas e (v) práticas obstrutivas. O Banco estabeleceu mecanismos para denúncia de suspeitas de Práticas Proibidas. Qualquer denúncia deverá ser apresentada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco para que se realize a devida investigação. O Banco também estabeleceu procedimentos de sanção para a resolução de casos. Além disso, o Banco celebrou acordos com outras instituições financeiras internacionais visando ao reconhecimento recíproco às sanções aplicadas pelos respectivos órgãos de sanção.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

(i) Uma “prática corrupta” consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte;

(ii) Uma “prática fraudulenta” é qualquer ato ou omissão, incluindo a tergiversação de fatos ou circunstâncias que deliberada ou imprudentemente engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evadir uma obrigação;

(iii) Uma “prática coercitiva” consiste em prejudicar ou causar dano ou ameaçar, prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou a seus bens para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) Uma “prática colusiva” é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar inapropriadamente as ações de outra parte; e

(v) Uma “prática obstrutiva” consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação, ou

(bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Banco e dos direitos de auditoria previstos no parágrafo 36.1(f) a seguir.

(b) for determinado que, em conformidade com os procedimentos de sanções do Banco, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de bens e serviços, concessionários, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), agentes executores ou agentes contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), tiver cometido uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) Não financiar nenhuma proposta de adjudicação de contrato para a aquisição de bens ou a contratação de obras ou serviços;

(ii) Suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agência ou representante do Mutuário, do Órgão Executor ou do Organismo Contratante cometeu uma Prática Proibida;

(iii) Declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) Emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) Declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco;

(vi) Encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) Impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos incisos (i) e (ii) do parágrafo 36.1(b) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução.

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público.

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), agentes executores ou agências contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeito a

sanções, em conformidade com o disposto os acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo “sanção” refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma instituição financeira internacional aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas;

(f) O Banco exige aos solicitantes, licitantes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e seus representantes e concessionários permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. Qualquer solicitante, licitante, fornecedor de bens e seus representantes, empreiteiro, consultor, membro de pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços e concessionário deverá prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requererá ainda que os contratos por ele financiados com um empréstimo ou doação incluam uma disposição que obrigue os solicitantes, licitantes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários a: (i) manter todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) fornecer qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e (iii) assegurar-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, licitantes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, representante, auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, licitante, fornecedor de serviços e seu representante, empreiteiro, consultor, membro de pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços e concessionário se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, licitante, fornecedor de bens e seu representante, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionário.

(g) Quando um Mutuário adquira bens ou serviços, obras ou serviços de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Cláusula 36 relativas às sanções e Práticas Proibidas sejam aplicadas integralmente aos requerentes, licitantes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer os bens, obras e serviços, que não os de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

### 36.2 Os Licitantes, ao apresentar uma proposta declaram e garantem:

- (a) Que leram e entenderam as definições de Práticas Proibidas do Banco e as sanções aplicáveis à comissão das mesmas que constam neste documento e se obrigam a observar as normas pertinentes;
- (b) Que não incorreram em nenhuma Prática Proibida descrita neste documento;
- (c) Que não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de seleção, aquisição negociação e execução do contrato;
- (d) Que nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (e) Que nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra

empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo práticas proibidas;

(f) Que declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco;

(g) Que reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de uma ou mais medidas descritas na Cláusula 36.1 (b).

## SEÇÃO II - CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO (CGC)

### CONTEÚDO

<b>A - GERAL .....</b>	<b>49</b>
<b>1. DEFINIÇÕES .....</b>	<b>49</b>
<b>2. INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>52</b>
<b>3. IDIOMA E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....</b>	<b>53</b>
<b>4. DECISÕES DO GERENTE DO CONTRATO .....</b>	<b>53</b>
<b>5. DELEGAÇÃO .....</b>	<b>53</b>
<b>6. COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>53</b>
<b>7. SUBCONTRATAÇÃO .....</b>	<b>53</b>
<b>8. OUTROS CONTRATADOS .....</b>	<b>53</b>
<b>9. PESSOAL .....</b>	<b>54</b>
<b>10. RISCOS DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO.....</b>	<b>54</b>
<b>11. RISCOS DO CONTRATANTE .....</b>	<b>54</b>
<b>12. RISCOS DO CONTRATADO .....</b>	<b>55</b>
<b>13. SEGURO .....</b>	<b>55</b>
<b>14. RELATÓRIO DE INSPEÇÃO AO LOCAL DA OBRA .....</b>	<b>56</b>
<b>15. DÚVIDAS SOBRE OS DADOS DO CONTRATO .....</b>	<b>56</b>
<b>16. EXECUÇÃO DAS OBRAS PELO CONTRATADO .....</b>	<b>56</b>
<b>17. OBRAS A SEREM CONCLUÍDAS NA DATA PREVISTA PARA         CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>18. APROVAÇÃO DO GERENTE DO CONTRATO .....</b>	<b>57</b>
<b>19. SEGURANÇA.....</b>	<b>57</b>
<b>20. DESCOBRIMENTOS OU ACHADOS.....</b>	<b>57</b>
<b>21. POSSE DO LOCAL DA OBRA.....</b>	<b>57</b>
<b>22. ACESSO AO LOCAL DA OBRA.....</b>	<b>58</b>
<b>23. INSTRUÇÕES, INSPEÇÕES E AUDITORIAS.....</b>	<b>58</b>

24. RECURSOS DAS DECISÕES DO GERENTE .....	58
25. PROCESSAMENTO DOS RECURSOS .....	58
26. SOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....	59
<b>B - CONTROLE DE TEMPO.....</b>	<b>59</b>
27. CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS.....	59
28. ALTERAÇÃO DA DATA PREVISTA PARA A CONCLUSÃO .....	60
29. ANTECIPAÇÃO .....	60
30. ATRASOS SOLICITADOS PELO GERENTE DO CONTRATO.....	60
31. REUNIÕES DE GERENCIAMENTO .....	60
32. ALERTA QUANTO A CIRCUNSTÂNCIAS ADVERSAS .....	61
<b>C - CONTROLE DE QUALIDADE.....</b>	<b>61</b>
33. IDENTIFICAÇÃO DOS DEFEITOS .....	61
34. TESTES.....	61
35. CORREÇÃO DE DEFEITOS .....	62
36. DEFEITOS NÃO CORRIGIDOS .....	62
<b>D - CONTROLE DE CUSTOS .....</b>	<b>62</b>
37. PLANILHA DE QUANTIDADES .....	62
38. ALTERAÇÕES DE QUANTIDADES .....	62
39. VARIAÇÕES.....	63
40. PAGAMENTO DAS VARIAÇÕES .....	63
41. PREVISÕES DE FLUXO DE CAIXA .....	64
42. MEDIÇÕES .....	64
43. PAGAMENTOS .....	64
44. EVENTOS PASSÍVEIS DE COMPENSAÇÃO .....	65
45. IMPOSTOS .....	67
46. MOEDAS.....	67
47. REAJUSTE DE PREÇOS.....	67
48. RETENÇÕES .....	68
49. MULTAS.....	68
50. ANTECIPAÇÃO DA CONCLUSÃO .....	68

<b>51. ADIANTAMENTO .....</b>	<b>68</b>
<b>52. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO .....</b>	<b>69</b>
<b>53. SERVIÇOS ADICIONAIS.....</b>	<b>69</b>
<b>54. REPARAÇÃO DE DANOS.....</b>	<b>70</b>
<b>E - ENCERRAMENTO DO CONTRATO.....</b>	<b>70</b>
<b>55. TÉRMINO .....</b>	<b>70</b>
<b>56. POSSE.....</b>	<b>70</b>
<b>57. CONTABILIZAÇÃO FINAL .....</b>	<b>70</b>
<b>58. MANUAIS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO E DESENHOS DE COMO CONSTRUÍDO (AS BUILT).....</b>	<b>70</b>
<b>59. RESCISÃO .....</b>	<b>71</b>
<b>60. PAGAMENTO QUANDO DA RESCISÃO CONTRATUAL .....</b>	<b>73</b>
<b>61. PROPRIEDADE .....</b>	<b>73</b>
<b>62. INTERRUPÇÃO DA EXECUÇÃO.....</b>	<b>73</b>
<b>63. SUSPENSÃO DO EMPRÉSTIMO DO BANCO.....</b>	<b>73</b>
<b>64. RESPONSABILIDADES AMBIENTAIS DO CONTRATANTE.....</b>	<b>74</b>
<b>65. PRÁTICAS PROIBIDAS.....</b>	<b>74</b>

## A - GERAL

### 1. Definições

1.1 Neste Contrato, os termos a seguir listados têm seus significados assim definidos:

- (a) **Banco** é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- (b) **Bens** são todos os materiais e os equipamentos que o Contratado esteja obrigado a fornecer para execução das obras e serviços de conformidade com o contrato.
- (c) **Canteiro de Obras:** local integrante das Obras destinado à execução de processos mecânicos, elétricos, químicos ou biológicos.
- (d) **Contratado** - sociedade ou consórcio cuja Proposta para execução das Obras tenha sido aceita pelo **Contratante**.
- (e) **Contratante** - parte que em nome da Administração Pública contrata a execução das Obras pelo **Contratado**.
- (f) **Contrato** - ajuste entre **Contratante** e **Contratado** para execução das Obras. Integram o Contrato os documentos relacionados na Subcláusula 2.3 das Condições Gerais do Contrato (CGC).
- (g) **Cronograma Físico-Financeiro** - é o documento que apresenta a programação de todas as atividades de construção de uma determinada Obra, distribuídas em ordem sequencial e cronológica ao longo do período de construção e mostrando o prazo de duração de cada uma delas e os respectivos percentuais de execução física e financeira mensal.
- (h) **Data de Conclusão das Obras** - data de conclusão das Obras, conforme atestado pelo Gerente do Contrato.
- (i) **Data de Início das Obras** - data fixada nos **Dados do Contrato** para o início da execução das Obras. Esta data não coincidirá, necessariamente, com a data de posse do Local das Obras.
- (j) A **Data Prevista para a Conclusão das Obras** é a data em que se espera que o **Contratado** deva concluir as Obras. A referida data consta dos **Dados do Contrato** podendo ser alterada, exclusivamente, a critério do Gerente do Contrato, mediante

notificação de prorrogação de prazo ou de ordem de antecipação.

(k) **Defeito** – qualquer parte da Obra executada em desacordo com o previsto no Contrato.

(l) **Desenhos** – plantas, cálculos e outras informações fornecidas ou aprovadas pelo Gerente do Contrato para a execução do Contrato.

(m) **Equipamento** - máquinas e veículos do **Contratado**, utilizados, temporariamente, no Local das Obras para a execução das Obras.

(n) **Dias** são dias corridos; **Dias Úteis** excluem fins de semana e feriados; e **Meses**, são meses corridos.

(o) **Engenheiro Residente do Contratado** - é o representante credenciado do **Contratado**, com função executiva no canteiro de obras, durante todo o decorrer dos trabalhos.

(p) **Especificação** - Especificação Técnica das Obras incluída no Contrato além de qualquer modificação ou acréscimo feito ou aprovado pelo Gerente do Contrato.

(q) **Eventos Passíveis de Compensação** – aqueles definidos na Cláusula 44.

(r) **Gerente do Contrato** – pessoa designada nos **Dados do Contrato** (ou pessoa competente indicada pelo **Contratante** para atuar em substituição ao Gerente do Contrato), responsável pela supervisão da execução das Obras e pela administração do Contrato (ou qualquer outra pessoa indicada pelo **Contratante**, e notificado ao **Contratado**, para atuar como Gerente do Contrato).

(s) **Local das Obras** – área destinada à execução das Obras e descrita nos **Dados do Contrato**.

(t) **Materiais** – suprimentos, incluindo perecíveis, utilizados pelo **Contratado** e incorporados às Obras.

(u) **Mutuário** - designa a quem o Financiamento é colocado à disposição.

(v) **Nome do Contrato** – é o nome divulgado no Aviso de Licitação.

(w) **Obra(s)** – conjunto dos serviços e edificações cuja execução, instalação ou construção encontra-se descrita no Contrato, conforme definido nos **Dados do Contrato**.

(x) **Obras Provisórias** – Obras ou serviços de caráter provisório,

projetados, executados e/ou instalados pelo **Contratado**, necessários à execução e/ou instalação das Obras.

(y) **Período de Correção dos Defeitos** – é o período após a Data de Conclusão, estabelecido nos Dados do Contrato, durante o qual o **Contratante** ainda poderá notificar a existência de Defeitos a serem corrigidos pelo **Contratado**.

(z) **Preço do Contrato** - preço descrito na Notificação de Adjudicação.

(aa) **Projeto Básico:** - é o projeto que permite a licitação das Obras.

(bb) **Projeto Executivo:** - é o projeto que permite a execução das Obras.

(cc) **Preço Inicial do Contrato** – Preço do Contrato indicado na Notificação de Adjudicação do **Contratante**.

(dd) **Regime de Execução** – é o tipo de contrato mediante o qual serão executadas e pagas as Obras, que poderá ser:

(i) **Empreitada por Preço Global** – é o contrato no qual os pagamentos são efetuados contra o progresso da execução da Obra, segundo os percentuais definidos para as atividades constantes do **Cronograma de Atividades (Físico-Financeiro)**, consistente com o Plano de Trabalho e compreende a construção, montagem e execução da Obra; inclui um preço global para o conjunto dos serviços, subdividido em percentuais a serem pagos contra a conclusão de cada uma das diversas atividades programadas, servindo, ainda, para quantificar Variações e Eventos Passíveis de Compensação; ou

(ii) **Empreitada por Preço Unitário** – é o contrato no qual os pagamentos são efetuados contra o progresso da Obra segundo medições das quantidades efetivamente executadas, sendo multiplicados os quantitativos medidos pelos preços unitários constantes da Planilha de Quantidades, que é a planilha contendo a relação de todos os itens de serviços e materiais incluídos na Obra, para os quais o **Contratado** cotou seus preços unitários. A Planilha de Quantidades devidamente preenchida, corrigida e assinada pelo **Contratado** fará parte integrante do Contrato.

(ee) **Serviços Adicionais** – conjunto de serviços não previstos originalmente, sujeitos a remuneração calculada com base na utilização efetiva de pessoal, material e equipamento do **Contratado**.

(ff) **Subcontratado** – pessoa jurídica que mantenha um Contrato com o **Contratado** para a execução de parte das Obras.

(gg) **Termo de Recebimento** – certificado emitido pelo Gerente do Contrato atestando a conclusão e o recebimento, total ou parcial, das Obras pelo **Contratante**, em caráter provisório [Termo de Recebimento Parcial das Obras (TRPO) ou definitivo [Termo de Recebimento Definitivo das Obras (TRDO)].

(hh) **Variação** – instrução, por escrito, do Gerente do Contrato que modifique as Obras.

## 2. Interpretação

2.1 Quando da interpretação das Condições Gerais do Contrato (CGC), as palavras usadas no singular significam também o plural, masculino também significa feminino e vice-versa. Os cabeçalhos não alterarão a interpretação das cláusulas. As palavras utilizadas na redação do Contrato têm seu significado habitual, a menos que definidas de modo diverso. O Gerente do Contrato fornecerá instruções para o esclarecimento de questões que surgirem a respeito das Condições Gerais do Contrato (CGC).

2.2 Caso conclusões parciais de partes da Obra estejam previstas nas Condições Gerais do Contrato, as referências à Data de Conclusão e à Data Prevista para a Conclusão aplicam-se a qualquer parte das Obras.

2.3 Os documentos que integram o presente Contrato deverão ser interpretados obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- (1) Termo de Contrato;
- (2) Carta de Aceitação;
- (3) Proposta do **Contratado**;
- (4) Dados do Contrato;
- (5) Condições Gerais do Contrato;
- (6) Especificações Técnicas;
- (7) Desenhos;
- (8) Planilha de Quantidades e/ou Cronograma de Atividades (Físico-Financeiro); e
- (9) qualquer documento relacionado nos **Dados do Contrato** como parte integrante do Contrato.

### 3. Idioma e Legislação Aplicável

3.1. O idioma é o Português e a Legislação Aplicável é a brasileira.

### 4. Decisões do Gerente do Contrato

4.1. Salvo disposição expressa em contrário, o Gerente do Contrato atuará como representante do **Contratante**, competindo-lhe decidir a respeito de questões relativas ao contrato surgidas entre o **Contratante** e o **Contratado**.

### 5. Delegação

5.1. É facultada ao Gerente do Contrato, desde que notificado previamente o **Contratado**, a delegação de quaisquer de suas atribuições e responsabilidades, bem como revogar a delegação.

### 6. Comunicação

6.1 Todas as comunicações entre as partes deverão obedecer a forma escrita. Notificações somente produzirão efeitos após sua efetiva entrega ao destinatário.

### 7. Subcontratação

7.1 O **Contratado** somente poderá subcontratar parte das Obras com a autorização prévia e expressa do Gerente do Contrato. A subcontratação não acarreta qualquer alteração nas obrigações contratuais do **Contratado**.

7.2 Não será admitida a subcontratação com empresas que tenham apresentado propostas na licitação de que decorre este Contrato.

### 8. Outros Contratados

8.1 O **Contratado** deverá cooperar e compartilhar o Local da Obra com outros Contratados, autoridades públicas, órgãos de serviços públicos e o **Contratante**, nas datas indicadas nos Cronogramas de outros Contratados, como referido nos **Dados do Contrato**. Deverá, também, prover-lhes instalações e serviços como previsto nos Cronogramas. O **Contratante** pode modificar o Cronograma de outros Contratados, devendo notificar o **Contratado** das modificações.

## 9. Pessoal

9.1 O **Contratado** deverá empregar a(s) pessoa(s) cujo(s) nome(s) conste(m) do Quadro de Pessoal Chave, conforme referido nos **Dados do Contrato**, que irá executar as funções estabelecidas no Quadro; ou outro pessoal aprovado pelo Gerente do Contrato. O Gerente do Contrato deverá aprovar a substituição de membro(s) do Quadro de Pessoal Chave somente se as qualificações, habilidades e experiências relevantes forem iguais ou superiores àquelas das pessoas constantes do Quadro.

9.2 Caso o Gerente do Contrato requeira do **Contratado** a remoção de membro do grupo de serviço do **Contratado**, deverá este assegurar a efetiva e pronta remoção do Canteiro de Obras no prazo de 10 (dez) dias a contar do pedido, desvinculando-se das Obras previstas neste Contrato.

9.3 O Engenheiro Residente deverá permanecer em tempo integral no Local das Obras.

9.4 O **Contratado** deverá definir um engenheiro devidamente credenciado, como Responsável Técnico (RT) pelos serviços contratados, devendo o **Contratado** indicá-lo ao **Contratante**, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste Contrato.

## 10. Riscos do Contratante e do Contratado

10.1 O **Contratante** e **Contratado** são responsáveis pelos riscos previstos no Contrato conforme Cláusulas 11 e 12, respectivamente.

## 11. Riscos do Contratante

11.1 Da Data de Início das Obras até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo das Obras (TRDO) são imputáveis ao **Contratante** os seguintes riscos:

- (a) dano pessoal, morte, ou perdas e danos materiais (excluindo as Obras, Instalação, Materiais e Equipamento), originados de:
  - (i) uso ou ocupação do Local da Obra pelo **Contratante**, salvo se para finalidade prevista no Contrato; ou,
  - (ii) infração a leis, normas, posturas, ou direitos protegidos por lei, imputável ao **Contratante** ou qualquer pessoa contratada por ele, exceto o **Contratado**; e

(b) danos à Obra, Canteiro de Obras, Materiais e Equipamentos, por interferência do **Contratante**, em virtude do Projeto do mesmo, ou em decorrência de guerra ou contaminação radioativa que afete diretamente o Local da Obra.

11.2 Da Data de Conclusão até que o TRDO tenha sido emitido, o risco de perdas ou danos às Obras, Instalações e Materiais é de responsabilidade do **Contratante**, exceto perdas ou danos decorrentes de:

- (a) defeitos existentes na Data de Conclusão;
- (b) evento ocorrido anteriormente à Data de Conclusão, mas não especificado como risco do **Contratante**; ou
- (c) atividades do **Contratado** no Local da Obra após a Data de Conclusão.

## 12. Riscos do Contratado

12.1 Da Data de Início até a emissão do TRDO, os riscos de dano pessoal, morte, perdas e danos à propriedade (incluindo, sem restrições, as Obras, Canteiro de Obra, Materiais e Equipamento) não arrolados na Cláusula 11 como do **Contratante**, serão riscos do **Contratado**.

## 13. Seguro

13.1 O **Contratado** fica obrigado a efetuar seguro de riscos de engenharia, desde a Data de Início até o final do Período de Correção de Defeitos, tendo como beneficiários o **Contratante** e o próprio **Contratado**, com importância segurada idêntica ao valor do contrato. Esse seguro deve garantir todas as perdas e danos de qualquer natureza, nos termos do contrato, sem limitar as obrigações e responsabilidades do **Contratado**, especialmente as previstas no Art. 618 do Código Civil Brasileiro.

13.1.1 No contrato de seguro de riscos de engenharia deverá constar, obrigatoriamente, além da cobertura básica, as seguintes coberturas adicionais de:

- (a) despesas extraordinárias;
- (b) despesas de desentulho;
- (c) equipamentos utilizados na obra;

- (d) danos em consequência de erro na execução dos projetos; e
- (e) responsabilidade civil geral/cruzada.

13.2 O **Contratado** deverá providenciar as apólices e certificados de seguro, apresentando-os para aprovação do Gerente do Contrato antes da Data de Início das Obras.

13.3 Se o **Contratado** não cumprir o contido na subcláusula anterior, poderá o **Contratante** tomar as providências no sentido de obter as apólices e certificados, ressarcindo-se dos prêmios que tenha pago mediante dedução nos pagamentos devidos ao **Contratado**. Caso nenhum pagamento seja devido, o valor dos prêmios vincendos serão debitados ao **Contratado**.

13.4 Eventuais alterações nos termos da apólice de seguros só serão admitidas após aprovação expressa do Gerente do Contrato.

13.5 Ambas as partes deverão concordar com os termos das apólices de seguro.

#### **14. Relatório de Inspeção ao Local da Obra**

14.1 O **Contratado**, ao preparar seu Relatório de Inspeção ao Local das Obras, deverá levar em conta toda informação constante fornecida pelo **Contratante**.

#### **15. Dúvidas sobre os Dados do Contrato**

15.1 O Gerente do Contrato esclarecerá as dúvidas porventura existentes a respeito dos Dados do Contrato

#### **16. Execução das Obras pelo Contratado**

16.1 O **Contratado** deverá executar as Obras de acordo com as Especificações Técnicas, Plantas e Desenhos.

#### **17. Obras a Serem Concluídas na Data Prevista para Conclusão**

17.1 O **Contratado** deverá dar início à execução das Obras na Data de Início especificada nos Dados do Contrato, executando-as de acordo com o Cronograma submetido ao **Contratante** e com as atualizações aprovadas pelo Gerente do Contrato, ultimando-as até a Data Prevista para a Conclusão.

## 18. Aprovação do Gerente do Contrato

18.1 O **Contratado** deverá apresentar os Desenhos e as Especificações propostos para Obras Provisórias ao Gerente do Contrato, cabendo a este aprová-los caso se adequem às Especificações Técnicas e Desenhos.

18.2 O **Contratado** é responsável pelo projeto de Obras Provisórias.

18.3 A aprovação do Gerente do Contrato não altera a responsabilidade do **Contratado** decorrente de seu projeto de Obras Provisórias.

18.4 O **Contratado** deverá providenciar, quando necessário, a aprovação junto a terceiros para o projeto de Obras Provisórias.

18.5 Todos os Desenhos elaborados pelo **Contratado**, para execução das Obras Provisórias e permanentes, estão sujeitos à aprovação prévia do Gerente do Contrato.

## 19. Segurança

19.1 O **Contratado** é responsável pela segurança de todas as atividades no Local da Obra.

19.2 Deverão ser tomadas todas as precauções pelo **Contratado** para evitar quaisquer tipos de acidentes na área de serviço, adotando-se, para isto, medidas gerais de proteção, de segurança e de higiene do trabalho de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, o Ministério do Trabalho e/ou as normas e procedimentos do **Contratante**.

## 20. Descobrimientos ou Achados

20.1 Qualquer objeto de valor histórico ou outro de valor significativo, encontrado no Canteiro de Obra, é de propriedade do **Contratante**. O **Contratado** deverá notificar o **Contratante** por intermédio do Gerente do Contrato, quando da ocorrência de tais fatos, obrigando-se a acatar as instruções subsequentes do Gerente do Contrato.

## 21. Posse do Local da Obra

21.1 O **Contratante** dará posse de todas as partes do Local da Obra ao **Contratado**. Caso a posse de uma parte não se verifique na data estipulada nos **Dados do Contrato**, constituirá o atraso em Evento Passível de

Compensação, postergando-se o início das atividades conexas.

21.2 O local de instalação do Canteiro de Obra deverá ser previamente aprovado pelo **Contratante**.

## **22. Acesso ao Local da Obra**

22.1 O **Contratante** deverá permitir ao Gerente do Contrato e a pessoa por este autorizada, acesso ao Local da Obra e a qualquer lugar onde a obra esteja sendo ou venha a ser executada.

## **23. Instruções, Inspeções e Auditorias**

23.1 O **Contratado** deverá cumprir todas as instruções do Gerente do Contrato, desde que de acordo com as leis vigentes no local onde o Local da Obra está situado.

23.2 O **Contratado** deverá permitir ao BID e ao **Contratante**, caso solicitado, que inspecione seus registros contábeis com relação à execução do Contrato, bem como, permitir a realização de uma auditoria a ser executada por auditores designados pelo Banco ou pelo **Contratante**.

## **24. Recursos das Decisões do Gerente**

24.1 Das decisões do Gerente do Contrato caberá recurso à autoridade administrativa competente indicada nos **Dados do Contrato**.

24.2 O recurso poderá ser interposto, desde que no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação da decisão.

24.3 A petição de recurso deverá ser instruída com a descrição pormenorizada dos fatos, a decisão objeto da controvérsia e as razões da discordância do **Contratado**.

## **25. Processamento dos Recursos**

25.1 A autoridade indicada nos **Dados do Contrato** decidirá sobre o recurso, ouvido previamente o Gerente do Contrato.

25.2 O recurso deverá ser decidido no prazo de 15 (quinze) dias úteis do seu recebimento. Caso entenda necessário, a autoridade poderá, dentro desse prazo, determinar a realização de perícia ou diligência.

25.3 No decorrer do processamento do recurso o Contrato continuará sendo executado, obedecidas as decisões do Gerente do Contrato, salvo ordem em sentido contrário emitida, em caráter liminar, pela autoridade.

## **26. Solução de Litígios**

26.1 As Partes deverão esforçar-se para resolver, amigavelmente, por meio de negociações diretas e informais, qualquer desavença ou disputa que surgir entre as partes sobre o Contrato. As partes, de comum acordo, poderão designar um profissional atribuindo-lhe a função de Conciliador para dirimir questões de caráter predominantemente técnico.

26.2 Caso, passados 30 (trinta) dias do início de tais negociações, o **Contratante** e o **Contratado** não chegarem à solução amigável, qualquer das partes poderá solicitar que o litígio seja submetido aos seguintes mecanismos:

(a) mediação administrativa conduzida perante o órgão competente indicado nos Dados do Contrato; e

(b) se não solucionado pelo mecanismo indicado na alínea anterior, será submetido ao foro de eleição indicado nos **Dados do Contrato**.

## **B - CONTROLE DE TEMPO**

### **27. Cronograma de Implementação das Obras**

27.1 No prazo fixado nos **Dados do Contrato**, o **Contratado** deverá submeter à aprovação do Gerente do Contrato, o Cronograma de Implementação das Obras (Cronograma Físico), demonstrando os métodos gerais, ordem e programação para todas as atividades nas Obras.

27.2 O Cronograma deverá ser atualizado conforme indicado nos **Dados do Contrato**, demonstrando-se o progresso real alcançado em cada atividade e seus efeitos na programação do serviço remanescente, incluindo-se mudanças sugeridas na sequência das atividades.

27.3 No caso do não cumprimento do Cronograma ou a não pontualidade, o Gerente do Contrato poderá reter, do pagamento seguinte, o valor fixado nos **Dados do Contrato** até que a obrigação seja efetivamente cumprida.

27.4 A aprovação do Cronograma pelo Gerente do Contrato não altera as

obrigações do **Contratado**. O **Contratado** pode revisar o Cronograma submetendo-o novamente, a qualquer momento, ao Gerente do Contrato. O Cronograma revisado deverá demonstrar o impacto das Variações e Eventos Passíveis de Compensação.

## **28. Alteração da Data Prevista para a Conclusão**

28.1 O Gerente do Contrato deverá alterar a Data Prevista para a Conclusão caso um Evento Passível de Compensação venha a ocorrer ou se uma Ordem de Variação tornar impossível a conclusão na Data Prevista de acordo com a programação acordada.

28.2 O Gerente do Contrato deverá decidir, dentro de 10 (dez) dias contados da data da consulta do **Contratado**, devidamente acompanhada das justificativas a respeito dos efeitos de um Evento de Compensação ou Variação, informando da possibilidade e duração da prorrogação da Data Prevista para a Conclusão. Caso o **Contratado** não alerte o **Contratante** a respeito do provável atraso, ou deixe de cooperar para evitá-lo, o retardamento ser-lhe-á imputado deixando de ser considerado na fixação da nova Data Prevista para a Conclusão.

## **29. Antecipação**

29.1 Sendo de interesse do **Contratante** que a conclusão da Obra se verifique antes da Data Prevista, o Gerente do Contrato deverá solicitar ao **Contratado** uma proposta de preço para promover o necessário incremento no ritmo das obras. Caso o **Contratante** aceite a referida proposta, a Data Prevista de Conclusão será reajustada e confirmada pelas partes.

29.2 Sendo aceita a proposta do **Contratado** para agilizar o ritmo das obras, os decorrentes aumentos de preço serão incorporados ao Preço do Contrato e tratados como uma Variação.

## **30. Atrasos Solicitados pelo Gerente do Contrato**

30.1 O Gerente do Contrato poderá instruir o **Contratado** no sentido de retardar o início ou o prosseguimento de qualquer atividade incluída nas Obras.

## **31. Reuniões de Gerenciamento**

31.1 O Gerente do Contrato e o **Contratado** poderão solicitar a realização de

reuniões de gerenciamento. A finalidade da reunião de gerenciamento será a de revisar os planos relativos ao serviço remanescente, bem como resolver problemas a respeito dos quais o **Contratado** tenha alertado o **Contratante**, na forma da Cláusula 32 das CGC.

31.2 O Gerente do Contrato deverá registrar em ata as reuniões de gerenciamento distribuindo cópias ao **Contratado** e aos participantes da reunião. A responsabilidade das partes na tomada de providências deverá ser decidida pelo Gerente do Contrato no curso ou após a reunião, informando, por escrito, a todos os participantes da reunião.

### **32. Alerta quanto a Circunstâncias Adversas**

32.1 O **Contratado** deverá alertar, com antecedência, o Gerente do Contrato quanto a eventos ou circunstâncias futuras que possam: (i) afetar adversamente a qualidade da Obra; (ii) aumentar o Preço do Contrato; ou (iii) provocar atraso na execução das Obras. O Gerente do Contrato poderá solicitar ao **Contratado** que apresente, com brevidade, a estimativa dos efeitos dos referidos eventos ou circunstâncias futuras no Preço do Contrato e na Data Prevista para a Conclusão.

32.2 O **Contratado** deverá cooperar com o Gerente do Contrato na elaboração e na consideração de propostas tendo em vista evitar ou reduzir o impacto desse evento ou circunstância.

## **C - CONTROLE DE QUALIDADE**

### **33. Identificação dos Defeitos**

33.1 O Gerente do Contrato deverá inspecionar a execução do serviço pelo **Contratado** notificando-o de qualquer Defeito detectado. Essa verificação não afasta a responsabilidade do **Contratado**. O Gerente do Contrato pode determinar ao **Contratado** que procure um Defeito e que desfaça ou teste qualquer parte das Obras onde considere a possibilidade de existência de Defeito.

### **34. Testes**

34.1 Acatada a instrução do Gerente do Contrato e realizado um teste não incluído nas Especificações, ao fim do qual se verifique a existência de Defeito, deverá o **Contratado** arcar com os custos do teste e amostras. Caso

não seja detectado Defeito, o teste será considerado um Evento Passível de Compensação.

### **35. Correção de Defeitos**

35.1 O Gerente de Contrato deverá informar ao **Contratado** a respeito de Defeitos dos quais tenha conhecimento, antes de terminado o Período de Correção dos Defeitos, que se inicia na data da Conclusão das Obras fixada nos Dados do Contrato. O Período de Correção perdurará enquanto os Defeitos não forem corrigidos.

35.2 Ao receber uma Comunicação de Defeito, o **Contratado** deverá corrigir o defeito no prazo fixado na notificação do Gerente do Contrato.

35.3 O Termo de Recebimento Provisório será lavrado pelo **Contratante** na Data Prevista para a Conclusão, mediante solicitação do **Contratado**. Nesta ocasião será realizada uma vistoria geral pelos representantes do **Contratante** e do **Contratado**, e será elaborada uma listagem de todas as “não conformidades” existentes, iniciando-se o Período de Correção dos Defeitos.

### **36. Defeitos Não Corrigidos**

36.1 Deixando o **Contratado** de corrigir o Defeito no prazo fixado conforme subcláusula anterior caberá ao Gerente do Contrato avaliar o custo da correção do Defeito e cobrá-lo do **Contratado**.

## **D - CONTROLE DE CUSTOS**

### **37. Planilha de Quantidades**

37.1 A Planilha de Quantidades deverá conter itens relativos à construção, instalação, testes e serviços a serem executados pelo **Contratado**.

37.2 A Planilha de Quantidades é utilizada para o cálculo do Preço do Contrato. O **Contratado** é remunerado pela quantidade de serviço executado, multiplicada pelos preços unitários da Planilha de Quantidades para cada item.

### **38. Alterações de Quantidades**

38.1 Caso o quantitativo medido dos serviços varie com relação àqueles

estimados na Planilha de Quantidades para um determinado item em mais de 25% (vinte e cinco por cento) e venha a provocar um impacto no Preço Inicial do Contrato superior a 1% (um por cento), o Gerente do Contrato deverá ajustar o preço inicial do contrato para acomodar a diferença.

38.2 O Gerente do Contrato não deverá autorizar alterações de quantidades caso delas decorra variação no Preço Inicial do Contrato que exceda a 15% (quinze por cento), salvo com aprovação prévia do **Contratante**.

38.3 Caso seja requerido pelo Gerente do Contrato, deverá o **Contratado** fornecer o detalhamento específico dos custos de qualquer item constante da Proposta.

### **39. Variações**

39.1 Todas as Variações deverão ser incluídas em Cronogramas atualizados elaborados pelo **Contratado**.

### **40. Pagamento das Variações**

40.1 Em atendimento a pedido do Gerente do Contrato, o **Contratado** deverá estimar o custo de uma Variação fornecendo-lhe a respectiva cotação no prazo de 10 (dez) dias contados do pedido, ou em prazo superior autorizado pelo requerente, desde que antes da data de execução da Variação, competindo a este a avaliação da referida cotação.

40.2 Caso indicado nos **Dados do Contrato**, se o serviço envolvido na Variação corresponder a item descrito na Planilha de Quantidades e caso, na opinião do Gerente do Contrato, a respectiva quantificação exceda: (i) o limite especificado na Subcláusula 38.1 das CGC, ou (ii) o tempo gasto na sua execução não altere o custo unitário, o preço na Planilha de Quantidades deverá ser utilizado para o cálculo do valor da Variação. Caso o custo unitário fixado não seja aplicável aos serviços envolvidos na Variação ou, caso a natureza ou o tempo de execução do serviço envolvido na modificação não correspondam aos itens da Planilha de Quantidades, proceder-se-á à cotação mediante apresentação de novos preços unitários para os itens relevantes do serviço.

40.3 Se a cotação do **Contratante** não for razoável, o Gerente do Contrato autorizará a Variação e efetuará modificação do preço do Contrato, baseando-se em sua própria estimativa sobre os efeitos da Variação nos custos do **Contratado**.

40.4 É dispensada a solicitação de proposta de preço caso o Gerente do Contrato entenda que a urgência de uma Variação é incompatível com a observância do procedimento (solicitação, apresentação e avaliação). Nesse caso, considerar-se-á a Variação como Evento Passível de Compensação.

40.5 Não constituirão Variações passíveis de pagamento adicional as atividades e serviços decorrentes de circunstâncias adversas, a respeito das quais o **Contratado** devesse ter alertado o **Contratante**, na forma da Cláusula 32 das CGC.

#### **41. Previsões de Fluxo de Caixa**

41.1 Na atualização do Cronograma, o **Contratado** deverá fornecer ao Gerente do Contrato uma previsão atualizada de fluxo de caixa.

#### **42. Medições**

42.1 O **Contratado** submeterá ao Gerente do Contrato, mensalmente, as medições referentes ao total dos serviços executados até a data, deduzindo os totais dos serviços acumulados certificados até a medição anterior.

42.2 O Gerente do Contrato deverá conferir as medições mensais e atestar o pagamento a ser feito ao **Contratado**, por meio de um de certificado específico.

42.3 O valor devido pelo serviço executado será determinado pelo Gerente do Contrato.

42.4 O valor do serviço realizado deverá referir-se apenas a itens incluídos na Planilha de Quantidades ou no Cronograma de Atividades (Físico Financeiro).

42.5 O valor dos serviços concluídos inclui os valores das Variações e Eventos Passíveis de Compensação.

42.6 O Gerente do Contrato pode excluir qualquer item aprovado em certificado anterior ou reduzir a proporção de item previamente aprovado, em certificado, à luz de informações subsequentes.

#### **43. Pagamentos**

43.1 Dos pagamentos devidos serão deduzidos os montantes relativos à

dedução das parcelas do pagamento antecipado e das retenções. O **Contratante** deverá pagar ao **Contratado** os valores certificados pelo Gerente do Contrato, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de cada certificado.

43.2 Se o **Contratante** efetuar pagamento após o prazo deverá atualizar o valor, desde a data em que o pagamento deveria ter sido feito até a data do efetivo pagamento, de acordo com índice fixado nos **Dados do Contrato**.

43.3 Itens da Obra para os quais nenhuma tarifa ou preço tenha sido cotado não serão pagos, se considerados cobertos por outros preços e tarifas.

43.4 Caso o Gerente do Contrato não concorde com a medição apresentada poderá alterá-la, determinando o imediato pagamento da quantia resultante.

43.5 O **Contratado** poderá recorrer da decisão do Gerente do Contrato, na forma da Cláusula 24. das CGC. A atualização de que trata a Subcláusula 43.2 das CGC incidirá sobre os valores devidos em virtude do provimento do recurso.

43.6 O pagamento final deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias da apresentação, pelo **Contratado**, da respectiva fatura emitida após a obtenção do Termo de Recebimento Definitivo das Obras e das planilhas de medição emitidas pelo Gerente do Contrato, e aprovadas pelo **Contratante**.

#### **44. Eventos Passíveis de Compensação**

44.1 Eventos Passíveis de Compensação são:

- (a) omissão do **Contratante** na liberação de parte do Local da Obra na Data da Posse do Local da Obra fixada nos Dados do Contrato;
- (b) modificação, pelo **Contratante**, do cronograma de outros contratados de modo a afetar os serviços do **Contratado**;
- (c) prorrogação, pelo Gerente do Contrato, do prazo das Obras, ou deixar de emitir Desenhos, Especificações, ou instruções necessárias à execução das Obras em tempo hábil;
- (d) determinação do Gerente do Contrato para que seja descoberta parte das Obras ou que se realizem testes adicionais dos quais não resulte a verificação de Defeitos;

- (e) omissão do Gerente do Contrato, sem justificativa, de autorizar subcontratação;
- (f) as condições do solo forem substancialmente diversas do que se poderia razoavelmente estimar antes da Notificação de Adjudicação, a partir de: (i) informações fornecidas aos Concorrentes (incluindo-se o Relatório de Inspeção do Local da Obra); (ii) informações disponíveis publicamente; e (iii) inspeção visual do Local da Obra;
- (g) determinação pelo Gerente do Contrato de providências a serem tomadas pelo **Contratado** diante de: (i) situação imprevista causada pelo **Contratante**; ou (ii) Obras e trabalhos adicionais necessários à segurança ou outros;
- (h) omissão de outros contratados, autoridades públicas, órgãos de serviços públicos ou o próprio **Contratante**, no cumprimento de prazos e outras condições estabelecidas no Contrato, causando atrasos ou custos extras ao **Contratado**;
- (i) atraso na liberação de pagamentos antecipados;
- (j) efeitos dos riscos do **Contratante** sobre as obrigações do **Contratado**;
- (k) atraso injustificado do Gerente do Contrato na emissão do TRDO; e
- (l) outros Eventos Passíveis de Compensação descritos nos **Dados do Contrato** ou que venham a ser determinados pelo Gerente do Contrato.

44.2 Se um Evento Passível de Compensação provocar custos adicionais ou impedir que a Obra seja concluída na Data Prevista para a Conclusão, o Preço do Contrato deverá ser acrescido e/ou prorrogada a Data Prevista para a Conclusão. O Gerente do Contrato decidirá a respeito da necessidade e do valor do acréscimo ao Preço do Contrato e da necessidade e modo de prorrogação da Data Prevista para a Conclusão.

44.3 Tão logo tenham sido prestadas pelo **Contratado**, as informações demonstrando os efeitos do Evento Passível de Compensação sobre a previsão de custos do **Contratado**, o Gerente do Contrato deverá avaliar o Preço do Contrato ajustado. Se a estimativa fornecida pelo **Contratado** não for razoável, o Gerente do Contrato, baseado na sua própria estimativa, efetuará o ajuste do Preço do Contrato.

44.4 O **Contratado** não terá direito a compensações, caso deixe de alertar previamente o Gerente do Contrato ou deixar de cooperar com o mesmo caso o evento venha a prejudicar os interesses do **Contratante**.

#### 45. Impostos

45.1 O Gerente do Contrato deverá ajustar os Preços do Contrato caso os impostos sejam alterados durante o período compreendido entre 30 (trinta) dias da data de apresentação das propostas e a data da última fatura. O reajuste deverá refletir o percentual de variação do valor dos impostos pagos pelo **Contratado**, assegurando-se que tal variação já não tenha sido incorporada no Preço do Contrato ou de seus reajustes, referidos na Cláusula 47 das CGC.

#### 46. Moedas

46.1 Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em moeda corrente nacional.

#### 47. Reajuste de Preços

47.1 Os preços somente estarão sujeitos a reajustamento se assim estiver previsto nos **Dados do Contrato**. Caso haja previsão, os valores faturados, após deduzido o adiantamento, serão ajustados pela aplicação do respectivo fator de reajuste de preços aos valores de pagamento devidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$P_c = A_c + B_c (I_{mc}/I_{oc})$$

,onde:

$P_c$  = é o fator de reajuste para a porção de Preço do Contrato;

$A_c$  e  $B_c$  = são coeficientes especificados nos Dados do Contrato, representando as porções não reajustáveis e reajustáveis, respectivamente, do Preço do Contrato;

$I_{mc}$  = é o índice dos insumos considerados vigentes no final do mês em faturamento; e

$I_{oc}$  = é o índice em vigor 30 (trinta) dias antes da data final estabelecida para a abertura das propostas.

47.2 Se o valor do índice for mudado após ter sido utilizado no cálculo, este deverá ser corrigido e ajustado no próximo Certificado de Pagamento. O valor desse índice deve considerar todas as mudanças nos custos devido aos custos das flutuações.

#### **48. Retenções**

48.1 O **Contratante** deverá reter, de cada pagamento devido ao **Contratado**, o percentual fixado nos **Dados do Contrato**, até a Data de Conclusão da Obra.

48.2 Na Data de Conclusão da Obra metade do valor total retido será restituído ao **Contratado**, sendo a outra metade restituída após o encerramento do Período de Correção dos Defeitos e da certificação, pelo Gerente do Contrato (por meio do TRDO) da correção dos Defeitos que foram notificados ao **Contratado** e então corrigidos.

48.3 Na Data de Conclusão da Obra, o **Contratado** pode substituir o valor retido por meio de garantia bancária aceita pelo **Contratante**.

#### **49. Multas**

49.1 O **Contratado** deverá pagar multa, no percentual fixado nos **Dados do Contrato** para cada dia de atraso relativo à Data Prevista para a Conclusão. O valor total das multas não deverá exceder o montante fixado nos Dados do Contrato. É facultado ao **Contratante** deduzir, as despesas relativas às multas, dos pagamentos devidos ao **Contratado**. Os pagamentos de multa não isentarão o **Contratado** do cumprimento de suas obrigações.

#### **50. Antecipação da Conclusão**

50.1 O **Contratado** não faz jus a nenhuma bonificação em caso de antecipação na conclusão das Obras.

#### **51. Adiantamento**

51.1 O **Contratante** poderá efetuar adiantamentos ao **Contratado** nos montantes fixados nos **Dados do Contrato** e nas datas nele estabelecidas, contra a entrega de Garantia Bancária (Incondicional), no mesmo valor do adiantamento, conforme modelo apropriado do Anexo V – Modelo D e prestada por banco aceitável a juízo do **Contratante**. A garantia deverá vigorar até a recuperação do adiantamento, que se fará mediante deduções,

nos valores a pagar, pelo **Contratante**. Não incidirão juros sobre o adiantamento.

51.2 O **Contratado** utilizará os adiantamentos exclusivamente, para o pagamento dos Equipamentos, Instalação, Materiais e despesas com mobilização para a execução do Contrato, devendo comprovar sua utilização por meio de apresentação ao Gerente do Contrato, de cópias das respectivas faturas ou outros documentos.

51.3O adiantamento será recuperado por meio de dedução dos pagamentos devidos ao **Contratado**. As deduções serão iguais à percentagem estabelecida nos **Dados do Contrato**. Não será levado em consideração o adiantamento ou sua restituição quando da avaliação do montante de serviços realizados, Variações, reajuste de preços, Eventos Passíveis de Compensação, ou multas.

## **52. Garantia de Execução do Contrato**

52.1 A Garantia de Execução do Contrato deverá ser fornecida ao **Contratante** até a data fixada na Notificação de Adjudicação, no valor estipulado nos **Dados do Contrato** de acordo com o formulário apropriado, por banco **ou seguradora** aceitável pelo **Contratante**. A Garantia de Execução do Contrato deverá ter validade até 30 (trinta) dias contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo das Obras (TRDO), no caso de Garantia Bancária, e até 01 (um) ano da data de emissão do TRDO, no caso de Seguro Garantia.

## **53. Serviços Adicionais**

53.1 Caso venham a ser necessários e, estejam indicados nos **Dados do Contrato**, Serviços Adicionais de pequena monta poderão ser executados, desde que prévia e expressamente autorizados pelo Gerente do Contrato. Tais serviços, quando autorizados, serão remunerados à razão dos respectivos preços unitários cotados pelo Contratado na Planilha de Preços Unitários após a solicitação, por escrito, do Gerente do Contrato.

53.2 Todo serviço a ser pago como Serviço Adicional deverá ser registrado pelo **Contratante** em formulários aprovados pelo Gerente do Contrato, a quem compete conferi-los e atestá-los no prazo de 2 (dois) dias de sua conclusão.

53.3 O **Contratado** somente receberá por Serviço Adicional quando

devidamente atestado.

#### **54. Reparação de Danos**

54.1 O **Contratado** deverá, às suas expensas, reparar perdas e danos, desde a Data de Início até o término do Período de Correção dos Defeitos, verificados nas Obras e materiais a elas incorporados, caso os mesmos lhe possam ser imputáveis.

### **E - ENCERRAMENTO DO CONTRATO**

#### **55. Término**

55.1 O **Contratado** solicitará e obterá do Gerente do Contrato a emissão de Termo de Recebimento Definitivo das Obras (TRDO) quando comprovado o término da Obra.

55.2 Resolvidas todas as “não conformidades” descritas no Termo de Recebimento Provisório das Obras (TRPO), o **Contratante** terá o prazo de 10 (dez) dias após a comunicação do **Contratado** para a emissão do TRDO.

#### **56. Posse**

56.1 O **Contratante** deverá tomar posse do Local da Obra nos 10 (dez) dias contados da data de emissão do TRDO pelo Gerente do Contrato.

#### **57. Contabilização Final**

57.1 Antes de expirado o Período de Correção dos Defeitos, o **Contratado** deverá apresentar ao Gerente do Contrato um balanço detalhado do valor de seu crédito. O Gerente do Contrato emitirá um TRDO confirmando os valores devidos ao Contratado, no prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento do referido balanço, caso o mesmo esteja correto e completo. Caso contrário, o Gerente do Contrato deverá fornecer, no prazo fixado acima, uma planilha que estabeleça as correções e adições necessárias. Se o balanço final reapresentado permanecer insatisfatório, o Gerente do Contrato deverá decidir qual o valor a ser pago ao **Contratado**, informando-o por escrito.

#### **58. Manuais de Operação e Manutenção e Desenhos de Como Construído (As Built)**

58.1 Se forem necessários os Desenhos de Como Construído (*As Built*) e/ou Manuais de Operação e Manutenção forem solicitados, deverá o **Contratado** fornecê-los nas datas estabelecidas nos **Dados do Contrato**.

58.2 Não cumprido o disposto na subcláusula anterior ou na hipótese de os referidos documentos não receberem a aprovação do Gerente do Contrato, cabe a este deduzir o valor fixado nos **Dados do Contrato**, dos pagamentos a serem efetuados ao **Contratado**.

## **59. Rescisão**

59.1 O Contrato pode ser rescindido uma vez constatado o descumprimento fundamental de obrigação decorrente do Contrato.

59.2 Para as finalidades desta Cláusula é considerado o não cumprimento fundamental:

- (a) a interrupção da Obra pelo **Contratado** por 30 (trinta) dias sem que a paralisação tenha sido prevista no Cronograma e autorizada pelo Gerente do Contrato;
- (b) o não cumprimento pelo **Contratado**, no prazo de 30 (trinta) dias, de instrução no sentido de interromper as Obras;
- (c) declaração da falência ou pedido de recuperação judicial do **Contratado**;
- (d) o não pagamento, pelo **Contratante**, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de emissão do Certificado para Pagamento.
- (e) omissão do **Contratado** na correção de Defeitos, quando do recebimento da segunda notificação, uma vez que as correções efetuadas já efetuadas em decorrência de uma primeira notificação foram consideradas insatisfatórias;
- (f) o montante das multas aplicadas pelo **Contratante**, por atraso na execução das Obras exceda a 10% (dez por cento) do valor do Contrato; e
- (g) inobservância, pelo **Contratado**, de normas técnicas, de segurança, da legislação trabalhista ou previdenciária.

59.3 O **Contratante** pode, também, a seu juízo, rescindir este Contrato, no todo ou em parte, caso o **Contratado** tenha se envolvido em práticas de corrupção ou fraudulentas na concorrência ou na execução do Contrato. Para

os fins desta cláusula:

(a) “**prática corrupta**” significa oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

(b) “**prática fraudulenta**” significa a falsificação ou omissão dos fatos a fim de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

(c) “**prática colusiva**” significa esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais **Concorrentes**, com ou sem o conhecimento do Mutuário ou de seus Prepostos, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

(d) “**prática coercitiva**” significa causar dano ou ameaçar causar dano, direta, ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

(e) “prática obstrutiva” significa:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas a auditores, com o objetivo de impedir materialmente uma inspeção do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

(bb) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria.

59.4 Quando qualquer uma das partes notificar ao Gerente do Contrato, inadimplência diversa das relacionadas na Subcláusula 59.2 das CGC, caberá ao Gerente do Contrato decidir se o ato ou fato notificado se constitui motivo de rescisão.

59.5 Não obstante o disposto nas Subcláusulas 59.1 a 59.4 das CGC, o **Contratante** pode rescindir o Contrato por conveniência administrativa. Na hipótese do Contrato ser rescindido, o **Contratado** deverá paralisar as Obras imediatamente, tornando o Local da Obra seguro e liberando-o tão logo seja possível.

## **60. Pagamento Quando da Rescisão Contratual**

60.1 Caso o Contrato seja rescindido em virtude do não cumprimento fundamental do **Contratado**, o Gerente do Contrato deverá fazer um balanço considerando o montante de serviços executados e de materiais encomendados, deduzidos os adiantamentos recebidos até a data de efetivação do balanço, subtraído, ainda, o percentual indicado nos **Dados do Contrato** para aplicação em caso de serviços não concluídos. Não haverá incidência de multas complementares. Caso o total devido ao **Contratante** exceda eventuais créditos ainda devidos ao **Contratado**, deverá ser lavrado, de imediato, o competente instrumento de confissão de dívida, devidamente assinado por 2 (duas) testemunhas.

60.2 Caso o Contrato seja rescindido por conveniência do **Contratante** ou pelo não cumprimento fundamental atribuído ao **Contratante**, o Gerente do Contrato deverá efetuar um balanço referente ao valor do serviço executado, materiais encomendados, desmobilização do pessoal e equipamentos do **Contratado** empregados exclusivamente nas Obras, subtraídos os adiantamentos até então recebidos.

## **61. Propriedade**

61.1 Na hipótese do Contrato ser rescindido por negligência do **Contratado**, todos os Materiais do Local das Obras, Canteiro de Obras, Equipamento, Obras Provisórias e Finalizadas serão consideradas de propriedade do **Contratante**.

## **62. Interrupção da Execução**

62.1 Na hipótese da execução do Contrato precisar ser interrompida por motivo de guerra e/ou outros eventos que independem da vontade do **Contratante** ou do **Contratado**, o Gerente do Contrato deve emitir uma Notificação autorizando essa interrupção. O **Contratado** deve cercar o Local da Obra e suspender a execução da Obra assim que receber a Notificação. O **Contratado** deve receber, a título de ressarcimento por quaisquer serviços que tenha executado antes do recebimento da Notificação e, também, pelos serviços executados posteriormente, desde que estes tenham sido comprometidos anteriormente à data da Notificação.

## **63. Suspensão do Empréstimo do Banco**

63.1 No caso do BID suspender o Empréstimo cujos recursos se destinariam

ao financiamento, total ou parcial, dos pagamentos decorrentes do Contrato:

- (a) o **Contratante** informará o **Contratado** da referida suspensão no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da competente comunicação do BID;
- (b) caso o **Contratado** não tenha recebido as quantias que lhe são devidas no prazo de 30 (trinta) dias previsto na Subcláusula 43.1 das CGC, ser-lhe-á facultado rescindir o Contrato, emitindo, para tanto, uma Notificação com antecedência de 14 (quatorze) dias.

## **64. Responsabilidades Ambientais do Contratante**

64.1 São responsabilidades do Contratante durante a execução das Obras:

- (a) Contratação de Especialista em Meio Ambiente
- (b) Trabalho Conjunto entre as áreas de Engenharia e de Meio Ambiente
  - (i) Os critérios e as diretrizes ambientais das obras devem ser discutidos entre a Fiscalização e a Supervisão (as áreas de engenharia e construção) e adotados de comum acordo; e
  - (ii) Durante a execução das obras deverá haver um acompanhamento e permanente intercâmbio entre os especialistas das áreas de meio ambiente e de engenharia do Contratante para garantir que, efetivamente, a agressão ao meio ambiente causada pelas obras seja a menor possível;
- (c) Apontamento no diário de obras das irregularidades ambientais ocorridas;
- (d) Atividades de controle ambiental durante as obras, conforme as especificações técnicas
- (e) Nas medições e pagamentos:
  - (i) verificação do atendimento aos programas e planos de mitigação de impactos e controle ambiental da Obra do Projeto [tais como o Plano de Gestão Ambiental (PGA), Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) e outros]; e
  - (ii) participação de especialistas em meio ambiente; e
- (f) Recebimento das Obras.

## **65. Práticas Proibidas**

65.1 O Banco requer que todos os Mutuários (incluindo beneficiários de doações), Agências Executoras ou Agências Contratantes, bem como todas as empresas, entidades ou pessoas físicas licitantes que apresentem ou estejam apresentando propostas ou participando de atividades financiadas pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer com atribuições expressas ou implícitas) observem os mais altos padrões éticos, e denunciem ao Banco todos os atos suspeitos de constituir Prática Proibida sobre os quais tenham conhecimento ou venham a tomar conhecimento durante o processo de seleção, negociação ou execução de um contrato. As Práticas Proibidas compreendem: (i) práticas corruptas; (ii) práticas fraudulentas; (iii) práticas coercitivas; (iv) práticas colusivas; e (v) práticas obstrutivas. O Banco estabeleceu mecanismos para denúncia de suspeitas de Práticas Proibidas. Qualquer denúncia deverá ser apresentada ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco para que se realize a devida investigação. O Banco também estabeleceu procedimentos de sanção para a resolução de casos. Além disso, o Banco celebrou acordos com outras instituições financeiras internacionais visando ao reconhecimento recíproco às sanções aplicadas pelos respectivos órgãos de sanção.

(a) Para fins de cumprimento dessa política, o Banco define os termos indicados a seguir:

(i) Uma “prática corrupta” consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte;

(ii) Uma “prática fraudulenta” é qualquer ato ou omissão, incluindo a tergiversação de fatos ou de circunstâncias que deliberada ou imprudentemente engane ou tente enganar uma parte para obter benefício financeiro ou de outra natureza ou para evadir uma obrigação;

(iii) Uma “prática coercitiva” consiste em prejudicar ou causar dano ou ameaçar, prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou a seus bens para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

(iv) Uma “prática colusiva” é um acordo entre duas ou mais partes efetuado com o intuito de alcançar um propósito impróprio, incluindo influenciar inapropriadamente as ações de outra parte; e

(v) Uma “prática obstrutiva” consiste em:

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente evidência significativa para a investigação ou prestar declarações falsas aos investigadores com o fim de obstruir materialmente uma investigação do Grupo do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para impedir a divulgação de seu conhecimento de assuntos que são importantes para a investigação ou a continuação da investigação, ou

(bb) todo ato que vise a impedir materialmente o exercício de inspeção do Banco e dos direitos de auditoria previstos na Subcláusula 65.2 a seguir.

(b) Se for determinado que, em conformidade com os procedimentos de sanção do Banco, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), agentes executores ou agências contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas), tiver cometido uma Prática Proibida em qualquer etapa da adjudicação ou execução de um contrato, o Banco poderá:

(i) Não financiar nenhuma proposta de adjudicação de contrato para a aquisição de bens, serviços ou a contratação de obras financiadas pelo Banco;

(ii) Suspender os desembolsos da operação se for determinado, em qualquer etapa, que um empregado, agência ou representante do Mutuário, do Agente Executor ou da Agência Contratante cometeu uma Prática Proibida;

(iii) Declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco e cancelar e/ou declarar vencido antecipadamente o pagamento de parte de um empréstimo ou doação relacionada inequivocamente com um contrato, se houver evidências de que o representante do Mutuário ou Beneficiário de uma doação não tomou as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras medidas, a notificação adequada ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um período que o Banco considere razoável;

(iv) Emitir advertência à empresa, entidade ou pessoa física com uma carta formal censurando sua conduta;

(v) Declarar que uma empresa, entidade ou pessoa física é inelegível, permanentemente ou por um período determinado, para: (i) adjudicação de contratos ou participação em atividades financiadas pelo Banco; e (ii) designação como subconsultor, subempreiteiro ou fornecedor de bens ou serviços por outra empresa elegível a qual tenha sido adjudicado um contrato para executar atividades financiadas pelo Banco.

(vi) Encaminhar o assunto às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir a lei; e/ou;

(vii) Impor outras sanções que julgar apropriadas às circunstâncias do caso, inclusive multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e processo. Essas sanções podem ser impostas adicionalmente ou em substituição às sanções acima referidas.

(c) O disposto nos incisos (i) e (ii) da Subcláusula 65.1(b) se aplicará também nos casos em que as partes tenham sido temporariamente declaradas inelegíveis para a adjudicação de novos contratos, na pendência da adoção de uma decisão definitiva em um processo de sanção ou qualquer outra resolução.

(d) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco conforme as disposições anteriormente referidas será de caráter público.

(e) Além disso, qualquer empresa, entidade ou pessoa física atuando como licitante ou participando de uma atividade financiada pelo Banco, incluindo, entre outros, solicitantes, licitantes, fornecedores de bens, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários, Mutuários (incluindo os Beneficiários de doações), agentes executores ou agências contratantes (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), poderá ser sujeito a sanções, em conformidade com o disposto os acordos que o Banco tenha celebrado com outra instituição financeira internacional com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões de inelegibilidade. Para fins do disposto neste parágrafo, o termo “sanção” refere-se a toda inelegibilidade permanente, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras

vigentes de uma instituição financeira internacional aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas.

(f) O Banco exigirá que, quando um Mutuário adquira bens e contrate obras ou serviços distintos dos de consultoria diretamente de uma agência especializada, todas as disposições da Cláusula 65, relativas às sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos solicitantes, licitantes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer suas atribuições sejam expressas ou implícitas), ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com essa agência especializada para fornecer os bens, obras e serviços, que não os de consultoria, em conformidade com as atividades financiadas pelo Banco. O Banco se reserva o direito de obrigar o Mutuário a lançar mão de recursos tais como a suspensão ou a rescisão. As agências especializadas deverão consultar a lista de empresas ou pessoas físicas declaradas temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco. Caso alguma agência especializada celebre um contrato ou uma ordem de compra com uma empresa ou uma pessoa físicas declarada temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, o Banco não financiará os gastos correlatos e poderá tomar as demais medidas que considere convenientes.

(g) O Banco estabeleceu procedimentos administrativos para casos de denúncias Práticas Proibidas dentro do processo de aquisição ou execução de um contrato financiado pelo Banco, que está disponível no *site* [www.iadb.org](http://www.iadb.org), atualizado regularmente. Para tais propósitos, qualquer denúncia deverá ser apresentada ao Banco para a realização da correspondente investigação. As denúncias deverão ser apresentadas ao Escritório de Integridade Institucional (EII) do Banco de maneira confidencial ou anônima; e

(h) Os pagamentos estarão expressamente condicionados a que a participação dos licitantes no processo de aquisição tenha sido efetuada de acordo com as políticas do Banco aplicáveis em matéria de Práticas Proibidas descritas nesta Cláusula CGC 65.

65.2 O Banco requer que conste dos contratos financiados com empréstimo ou doação do Banco uma disposição exigindo que os solicitantes, licitantes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros,

subconsultores, prestadores de serviços e concessionários permitam que o Banco revise quaisquer contas, registros e outros documentos relativos à apresentação de propostas e ao cumprimento do contrato e os submeta a uma auditoria por auditores designados pelo Banco. De acordo com esta política, qualquer solicitante, licitante, fornecedor de bens e seus representantes, empreiteiro, consultor, membro de pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços e concessionário deverá prestar plena assistência ao Banco em sua investigação. O Banco requererá ainda que os contratos por ele financiados com um empréstimo ou doação incluam uma disposição que obrigue os solicitantes, licitantes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários a: (i) manter todos os documentos e registros referentes às atividades financiadas pelo Banco por um período de sete (7) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato; e (ii) fornecer qualquer documento necessário à investigação de denúncias de Práticas Proibidas e assegurar-se de que os empregados ou representantes dos solicitantes, licitantes, fornecedores de bens e seus representantes, empreiteiros, consultores, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços e concessionários que tenham conhecimento das atividades financiadas pelo Banco estejam disponíveis para responder às consultas relacionadas com a investigação provenientes de pessoal do Banco ou de qualquer investigador, representante, – auditor ou consultor devidamente designado. Caso o solicitante, licitante, fornecedor de serviços e seu representante, empreiteiro, consultor, membro de pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços e concessionário se negue a cooperar ou descumpra o exigido pelo Banco, ou de qualquer outra forma crie obstáculos à investigação por parte do Banco, o Banco, a seu critério, poderá tomar medidas apropriadas contra o solicitante, licitante, fornecedor de bens e seu representante, empreiteiro, consultor, pessoal, subempreiteiro, subconsultor, prestador de serviços ou concessionário. .

65.3 O(s) **Contratado(s)** declara(m) e garante(m):

- (a) Que leram e entenderam as Práticas Proibidas do Banco e se obrigam a observar as normas pertinentes;

- (b) Que não incorreram em nenhuma infração às Práticas Proibidas descritas neste documento;
- (c) Que não adulteraram nem ocultaram nenhum fato substancial durante os processos de aquisição e negociação ou cumprimento do contrato;
- (d) Que nem eles nem os seus agentes, pessoal, subempreiteiros, subconsultores ou quaisquer de seus diretores, funcionários ou acionistas principais foram declarados inelegíveis pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco, nem foram declarados culpados de delitos vinculados a práticas proibidas;
- (e) Que nenhum de seus diretores, funcionários ou acionistas principais tenha sido diretor, funcionário ou acionista principal de qualquer outra empresa ou entidade que tenha sido declarada inelegível pelo Banco ou outra Instituição Financeira Internacional (IFI) e sujeito às disposições dos acordos celebrados pelo Banco relativos ao reconhecimento mútuo de sanções à adjudicação de contratos financiados pelo Banco ou tenha sido declarado culpado de um delito envolvendo práticas proibidas;
- (f) Que declararam todas as comissões, honorários de representantes ou pagamentos para participar de atividades financiadas pelo Banco;
- (g) Que reconhecem que o descumprimento de qualquer destas garantias constitui fundamento para a imposição pelo Banco de quaisquer medidas descritas na Subcláusula 65.1 (b).

### **SEÇÃO III - ELEGIBILIDADE PARA O FORNECIMENTO DE BENS, OBRAS E SERVIÇOS EM PROJETOS FINANCIADOS PELO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO**

**Observação:** A expressão “Banco” utilizada nestes documentos inclui o BID, o Fumin e qualquer outro fundo por ele administrado.

Dependendo da fonte de financiamento, o usuário deve selecionar uma das três seguintes opções para o item 1). O financiamento pode vir do BID ou do Fundo Multilateral de Investimentos (Fumin); ou ocasionalmente, os contratos podem ser financiados por fundos especiais que restringem os critérios de Elegibilidade a um grupo de países membros. Quando a última opção for selecionada, deve-se mencionar os critérios de Elegibilidade:

-----

#### **1) Lista de Países Membros quando o Banco Interamericano está financiando:**

##### **(a) Países Mutuários:**

(i) Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

##### **(b) Países Não-Mutuários**

(ii) Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Israel, Itália, Japão, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, República da Coreia, República Popular da China, Suécia e Suíça.

-----

#### **2) Lista de Países Membros quando o Fundo Multilateral de Investimentos está financiando:**

##### **(a) Lista de Países:**

(i) Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, México, Países Baixos, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República da Coreia, República Popular da China, Espanha, Suriname, Trinidad e Tobago, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela.

-----

### **3) Lista de Países quando um Fundo administrado pelo Banco está financiando (Incluir a lista de países)**

-----

## **2) Critérios de Nacionalidade e Origem dos Bens e Serviços**

Essas disposições políticas tornam necessário o estabelecimento de critérios para determinar: (a) a nacionalidade das empresas e indivíduos elegíveis para apresentar propostas ou participar de um contrato financiado pelo Banco; e (b) o país de origem dos bens e serviços. Para tanto, serão utilizados os seguintes critérios:

### **A) Nacionalidade**

(a) **Uma pessoa física** tem a nacionalidade de um país membro do Banco se satisfaz um dos seguintes requisitos:

- (i) é cidadã de um país membro; ou
- (ii) estabeleceu seu domicílio em um país membro como residente de boa fé e está legalmente autorizada para trabalhar nesse país.

(b) **Uma empresa** tem a nacionalidade de um país membro se satisfaz os dois seguintes requisitos:

- (i) está legalmente constituída ou incorporada conforme as leis de um país membro do Banco; e
- (ii) mais de cinquenta por cento (50%) do capital da empresa é de propriedade de pessoas físicas ou firmas de países membros do Banco.

Todos os membros de uma PCA e todos os Subcontratados devem cumprir os

requisitos acima estabelecidos.

## **B) Origem dos Bens**

Os bens se originam em um país membro do Banco se foram extraídos, cultivados, colhidos ou produzidos em um país membro do Banco. Considera-se um bem produzido quando, mediante manufatura, processamento ou montagem, o resultado é um item comercialmente reconhecido cujas características básicas, sua função ou propósito de uso são substancialmente diferentes de suas partes ou componentes.

No caso de um bem que consiste de vários componentes individuais que devem ser interconectados (pelo fornecedor, comprador ou um terceiro) para que o bem possa ser utilizado, e sem importar a complexidade da interconexão, o Banco considera que este bem é elegível para financiamento se a montagem dos componentes for feita em um país membro, independente da origem dos componentes. Quando o bem é uma combinação de vários bens individuais que normalmente são empacotados e vendidos comercialmente como uma só unidade, o bem é considerado proveniente do país onde este foi empacotado e embarcado com destino ao comprador. Para fins de determinação da origem dos bens identificados como “feito na União Europeia”, estes serão elegíveis sem necessidade de identificar o correspondente país específico da União Europeia.

A origem dos materiais, partes ou componentes dos bens ou a nacionalidade da empresa produtora, montadora, distribuidora ou vendedora dos bens não determina a origem dos mesmos.

## **C) Origem dos Serviços**

O país de origem dos serviços é o mesmo da pessoa física ou empresa que presta os serviços conforme os critérios de nacionalidade acima estabelecidos. Estes critérios são aplicados aos serviços conexos ao fornecimento de bens (tais como transporte, seguro, instalação, montagem, etc.), aos serviços de construção e aos serviços de consultoria.

## ANEXO I - AVISO DE LICITAÇÃO

Data: 04/01/2016

Contrato de Empréstimo n.º 2928/OC-BR

Edital n.º 004/2015

1. O Estado do Acre solicitou um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado "Banco"), em diversas moedas, no montante de US\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de dólares) para o financiamento do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA II, e pretende aplicar parte dos recursos em pagamentos decorrentes Contratação de empresa para serviços especializados para a Manutenção de Ramais e construção de obras de artes correntes (bueiros) e de artes especiais (pontes), visando apoiar a produção florestal comunitária no município de Xapuri - Acre. A licitação está aberta a todos os **Concorrentes** oriundos de países elegíveis do Banco.

2. O Estado do Acre, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA doravante denominado **Contratante** convida os interessados a se habilitarem e apresentarem propostas para a Manutenção de Ramais e construção de obras de artes correntes (bueiros) e de artes especiais (pontes), visando apoiar a produção florestal comunitária no município de Xapuri - Acre

3. O Edital estará disponível no endereço eletrônico [www.licitacao.ac.gov.br](http://www.licitacao.ac.gov.br) no período de 05/01/2016 a 03/02/2016, e as propostas devem ser entregues no endereço abaixo até às 09:00 h (horário local) do dia 04 de Fevereiro de 2016. Os interessados poderão obter maiores informações no mesmo endereço.

4. As propostas deverão ser entregues até às 09:00 h (horário local) do dia 04 de Fevereiro de 2016, acompanhadas de Garantia de Proposta no valor respectivo a cada **Lote** (conforme Anexo II - Dados do Edital) e serão abertas imediatamente após, na presença dos interessados que desejarem assistir à cerimônia de abertura, no seguinte endereço:

### COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - 01

Estrada do Aviário, nº 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/AC -  
CEP 69.900-830 - Fone: (0\*\*68) 3215 - 4600 - e-mail:  
[cell.licitacao@ac.gov.br](mailto:cell.licitacao@ac.gov.br)

5. O **Concorrente** poderá apresentar proposta individualmente ou como participante de um *Joint-Venture* e/ou Consórcio.

Tháísa Batista Monteiro  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

**ANEXO II - DADOS DO EDITAL**

As disposições a seguir modificam ou complementam as cláusulas correspondentes da Seção I – Instruções aos Concorrentes:

<b>Cláusula das IAC 4</b>	<b>Complemento ou Modificação</b>
1 NOTAS GERAIS	<p>(a) Em se tratando de empresas estrangeiras, as mesmas deverão apresentar documentos equivalentes do seu país de origem, devidamente acompanhados da sua tradução para o idioma português falado no Brasil, a qual prevalecerá para qualquer interpretação ou divergência. Na impossibilidade da apresentação de um, ou mais de um dos documentos equivalentes, a empresa estrangeira apresentará justificativa escrita dessa circunstância.</p> <p>(b) Não será desclassificada automaticamente a proposta de um Licitante que não tenha apresentado informação completa, quer por omissão involuntária, quer por que o requisito não esteja claramente estabelecido no Edital. Sempre que se trate de erros e omissões de natureza sanável, geralmente tratando de questões relacionadas à constatação de dados, informações de tipo histórico ou questões que não afetem o princípio de que as propostas devem ajustar-se substancialmente aos documentos de licitação, a Comissão de Julgamento permitirá que o Licitante, num prazo indicado no pedido de esclarecimento, forneça a informação omitida ou corrija o erro sanável. Em nenhuma hipótese se permitirá que o Licitante corrija erros ou omissões que alterem a substância de sua proposta ou os preços apresentados.</p>
01.1.	<p><b>ESCOPO DA LICITAÇÃO</b></p> <p><b>Contratante:</b> Estado do Acre através da SEMA</p> <p>Descrição das Obras: a manutenção de ramais e construção de obras de artes correntes (bueiros) e de artes especiais (pontes), visando apoiar a produção florestal comunitária no município de Xapuri - Acre.</p>

1.2.	<p><b>PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS</b></p> <p><b>Lotes I</b> - 05 (cinco) meses, trecho Ramal Dois Irmãos/Rio Acre;</p> <p><b>Lotes II</b> - 03 (três) meses, trecho Ramal Petrópolis/Taquari;</p> <p><b>Lotes III</b> - 03 (três) meses, Ramal Dois Irmãos trecho Rio Acre/BR-317;</p> <p><b>Lotes IV</b> - 03 (três) meses, trecho Taquari/Boa Vista.</p>
2.1.	<p><b>FONTE DE RECURSOS</b></p> <p>Mutuário: Estado do Acre através da SEMA.</p>
	<p>O “Banco” significa Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e empréstimo refere-se a “empréstimo “BID”.</p>
	<p>Montante do Empréstimo ou Doação: US\$72.000,00 (setenta e dois milhões de dólares).</p>
	<p>Projeto: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PDSA FASE II, Contrato de Empréstimo N°2928/OC-BR.</p>
3.6	<p><b>CONCORRENTES ELEGÍVEIS</b></p> <p>O presente processo licitatório <input type="checkbox"/> foi ou <input checked="" type="checkbox"/> não foi precedido de pré-qualificação.</p>
4.3.1, 4.3.2 e 4.3.3	<p><b>QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS CONCORRENTES</b></p> <p>Ao <b>Concorrente</b> cadastrado no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores poderá, a critério do <b>Contratante</b>, ser dispensada a apresentação dos documentos exigidos nos itens 4.3.1, 4.3.2 e 4.3.3 das IAC referentes à Situação Jurídica, Situação Financeira e Situação Fiscal, desde que o <b>Contratante</b> tenha acesso <i>on line</i> ao SICAF. Nesta hipótese, o <b>Concorrente</b> deverá fornecer o número de seu CGC e informar que é cadastrado no SICAF.</p>
4.5 (b)	<p><b>VOLUME MÉDIO ANUAL DE OBRAS</b></p> <p>(a) Volume médio anual de Obras em, pelo menos, um dos últimos 5 (cinco) anos:</p> <p><b>Lotes I</b> – R\$6.000000,00 (seis milhões de reais);</p> <p><b>Lotes II</b> – R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais)</p>

	<p><b>Lotes III</b> – 900.000,00 (novecentos mil reais);  <b>Lotes IV</b> – 3.000.000,00 (três milhões de reais).</p>
4.5 (d)	<p><b>ÍNDICE DE LIQUIDEZ</b></p> <p>Índice de liquidez igual ou superior a um (= ou &gt; 1), que será calculado por meio da seguinte fórmula:</p> $IL = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$
4.5(e).	<p><b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b></p> <p>Patrimônio líquido igual ou superior a:</p> <p><b>Lotes I</b> – R\$ 240.208,00 (duzentos e quarenta mil duzentos e oito reais);  <b>Lotes II</b> – R\$101.200,00 (cento e um mil e duzentos reais)  <b>Lotes III</b> – 36.130,00 (trinta e seis mil cento e trinta reais);  <b>Lotes IV</b> – 121.600,00 (cento e vinte um mil e seiscentos reais).</p> <p>O Valor estimado da contratação é de:</p> <p><b>Lotes I</b> – R\$2.402.086,13 (dois milhões quatrocentos e dois mil oitenta e seis reais e treze centavos);  <b>Lotes II</b> – R\$1.012.164,20 (um milhão doze mil cento e sessenta e quatro reais e vinte centavos);  <b>Lotes III</b> – 361.297,00 (trezentos e sessenta e um mil duzentos e noventa sete reais);  <b>Lotes IV</b> – 1.216.344,23 (um milhão duzentos e dezesseis mil trezentos e quarenta quatro reais e vinte três centavos).</p>
4.5(f)	<p><b>PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA DAS OBRAS</b></p> <p>As parcelas de maior relevância das Obras têm as seguintes características:</p> <p style="text-align: center;">Lote I, II, III e IV</p>

	<table border="1"> <thead> <tr> <th>ITENS DOS SERVIÇOS</th> <th>UN</th> <th>QTD MÍNIMAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Execução de Escavação Carga e Transporte de Material</td> <td>m<sup>3</sup></td> <td>4.830</td> </tr> <tr> <td>Execução de Corpo de Bueiros BSTC</td> <td>m</td> <td>230</td> </tr> <tr> <td>Execução de pontes de madeira</td> <td>m</td> <td>06</td> </tr> </tbody> </table>	ITENS DOS SERVIÇOS	UN	QTD MÍNIMAS	Execução de Escavação Carga e Transporte de Material	m <sup>3</sup>	4.830	Execução de Corpo de Bueiros BSTC	m	230	Execução de pontes de madeira	m	06																																
ITENS DOS SERVIÇOS	UN	QTD MÍNIMAS																																											
Execução de Escavação Carga e Transporte de Material	m <sup>3</sup>	4.830																																											
Execução de Corpo de Bueiros BSTC	m	230																																											
Execução de pontes de madeira	m	06																																											
4.5 (g)	<p><b>RESPONSÁVEL TÉCNICO</b></p> <p>A experiência e qualificação do Responsável Técnico devem ser compatíveis com as características das Obras, conforme indicado na alínea (f) acima.</p>																																												
4.5 (h)	<p><b>RELAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS</b></p> <p>Lote I, II, III e IV</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="4">RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS</th> </tr> <tr> <th>Ite m</th> <th>Discriminação</th> <th>Quant.</th> <th>Tipo, Pot./capacidade</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>01</td> <td>Retroescavadeira</td> <td>01</td> <td>75HP</td> </tr> <tr> <td>02</td> <td>Bate estaca</td> <td>01</td> <td></td> </tr> <tr> <td>03</td> <td>Caminhão carga seca</td> <td>01</td> <td></td> </tr> <tr> <td>04</td> <td>Betoneira auto carregável</td> <td>01</td> <td>590lts</td> </tr> <tr> <td>05</td> <td>Compactador de percussão</td> <td>02</td> <td></td> </tr> <tr> <td>06</td> <td>Escavadeira Hidráulica</td> <td>01</td> <td>120HP</td> </tr> <tr> <td>07</td> <td>Trator de Esteiras</td> <td>01</td> <td>140HP</td> </tr> <tr> <td>08</td> <td>Pá carregadeira</td> <td>01</td> <td>105HP</td> </tr> <tr> <td>09</td> <td>Rolo compactador Pé de carneiro CA 25</td> <td>01</td> <td>115HP</td> </tr> </tbody> </table>	RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS				Ite m	Discriminação	Quant.	Tipo, Pot./capacidade	01	Retroescavadeira	01	75HP	02	Bate estaca	01		03	Caminhão carga seca	01		04	Betoneira auto carregável	01	590lts	05	Compactador de percussão	02		06	Escavadeira Hidráulica	01	120HP	07	Trator de Esteiras	01	140HP	08	Pá carregadeira	01	105HP	09	Rolo compactador Pé de carneiro CA 25	01	115HP
RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS																																													
Ite m	Discriminação	Quant.	Tipo, Pot./capacidade																																										
01	Retroescavadeira	01	75HP																																										
02	Bate estaca	01																																											
03	Caminhão carga seca	01																																											
04	Betoneira auto carregável	01	590lts																																										
05	Compactador de percussão	02																																											
06	Escavadeira Hidráulica	01	120HP																																										
07	Trator de Esteiras	01	140HP																																										
08	Pá carregadeira	01	105HP																																										
09	Rolo compactador Pé de carneiro CA 25	01	115HP																																										
7.2	<p><b>ESTUDOS E DADOS DISPONÍVEIS</b></p> <p>Estudos de campo, levantamentos, Projeto Básico ou Projeto Executivo etc.</p> <p>Se o projeto ainda estiver em nível de Projeto Básico indicar:</p> <p>Nome do autor: WYLLYAMS MORAES DE LIMA</p>																																												

	<p>Data de elaboração: Lote I, II, III e IV DEZEMBRO/2015</p> <p>Número de volumes: 01</p> <p>Situação da elaboração do Projeto Executivo: em desenvolvimento.</p> <p>Todos os documentos poderão ser analisados no seguinte Local:                  Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA                  Rua Benjamin Constant, 856 - Centro                  CEP. 69.900-062 - Rio Branco - Acre - Brasil                  (68) 3224- 8786/3224-3990/Fone/Fax:(068) 3223-2760 / E-mail:                  sema@ac.gov.br</p>
9.1.	<p><b>ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL</b></p> <p>Prazo para o recebimento de solicitações de esclarecimentos: até 20 (vinte) dias antes do encerramento do prazo para apresentação de propostas.</p> <p>Os esclarecimentos serão disponibilizados aos Concorrentes por meio do <i>site</i> do Projeto: <a href="mailto:www.licitacao@ac.gov.br">www.licitacao@ac.gov.br</a>.</p> <p>Prazo para responder às solicitações de esclarecimento: até 10 (dez) dias antes do encerramento do prazo para apresentação de propostas.</p>
10.2	<p><b>ADENDOS AO EDITAL</b></p> <p>Os adendos serão disponibilizados aos Concorrentes por meio do <i>site</i> do Projeto: <a href="mailto:www.licitacao@ac.gov.br">www.licitacao@ac.gov.br</a></p>
12.2(c) e 13.2	<p><b>DOCUMENTOS QUE COMPÕEM A PROPOSTA</b></p> <p><input type="checkbox"/> Planilhas de Quantidades e/ou <input checked="" type="checkbox"/> Cronograma de Atividades (Físico-Financeiro)</p>
13.1	<p><b>PREÇOS DA PROPOSTA</b></p> <p><input type="checkbox"/> Contrato para a totalidade das Obras.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Os <b>Concorrentes</b> poderão apresentar propostas para um ou</p>

	<p>mais dos seguintes lotes:</p> <p><b>Lotes I</b> - trecho Ramal Dois Irmãos/Rio Acre;</p> <p><b>Lotes II</b> - trecho Ramal Petrópolis/Taquari;</p> <p><b>Lotes III</b> - Ramal Dois Irmãos trecho Rio Acre/BR-317;</p> <p><b>Lotes IV</b> - trecho Taquari/Boa Vista.</p>
13.4	<p>REAJUSTAMENTO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> a) <b>Alternativa A:</b> <i>[indicar esta alternativa no caso de contratos com duração inferior a 01 (um) ano, contado da data limite para a apresentação de propostas]</i></p> <p><input type="checkbox"/> b) <b>Alternativa B:</b> <i>[indicar esta alternativa no caso de contratos com duração igual ou superior a 01 (um) ano, contados da data limite para apresentação das propostas].</i></p>
15.1	<p>PERÍODO DE VALIDADE DA PROPOSTA</p> <p>As Propostas terão validade de 60 (sessenta) dias contados da data final estabelecida para apresentação das propostas.</p>
15.3	<p>ÍNDICE DE CORREÇÃO</p> <p>O índice de correção é: INPC.</p>
16.1	<p>GARANTIA DA PROPOSTA</p> <p>Valor da Garantia de Proposta:</p> <p>Lote I - R\$24.020,00 (vinte e quatro mil e vinte reais);</p> <p>Lote II - R\$10.122,00 (dez mil cento e vinte dois reais);</p> <p>Lote III - R\$3.613,00 (três mil seiscientos e treze reais);</p> <p>Lote IV - R\$12.164,00 (doze mil e cento e sessenta quatro reais).</p>
16.3	<p>O(s) modelo(s) exigido(s) é(são):</p> <p>(a) garantia bancária emitida por uma instituição bancária aceitável pelo <b>Contratante</b>;</p> <p>(b) fiança bancária ou carta de crédito irrevogável emitida por banco localizado no Brasil de acordo com o modelo constante do Edital ou em outro modelo, desde que aceitável pelo Contratante;</p>

	<p>(c) cheque administrativo; ou</p> <p>(d) seguro garantia emitido por uma seguradora, aceitável pelo <b>Contratante</b>.</p>
19.2 e 20.1	<p>ENDEREÇAMENTO E FECHAMENTO DAS PROPOSTAS</p> <p>À</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – 01</p> <p>O endereço para a apresentação das propostas é:</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – 01 Estrada do Aviário, nº 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/AC - CEP 69900-830 - Fone: (0**68) 3215 - 4600 - e-mail: <a href="mailto:cell.licitacao@ac.gov.br">cell.licitacao@ac.gov.br</a></p> <p>Projeto – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PDSA FASE II</p> <p>Proposta para Manutenção dos Ramais Lote__Edital Nº 004/2015</p> <p>NÃO ABRIR ANTES DE 04/02/2015, ÀS 09:00H</p>
23.1	<p>ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PELO CONTRATANTE</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – 01 Estrada do Aviário, nº 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/AC - CEP 69900-830 - Fone: (0**68) 3215 - 4600 - e-mail: <a href="mailto:cell.licitacao@ac.gov.br">cell.licitacao@ac.gov.br</a></p> <p>Data e horário de abertura das propostas 04/02/2015, ÀS 09:00H</p>
33.3	<p>RECURSOS</p> <p>Os recursos deverão ser registrados no seguinte endereço:</p> <p>COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – 01 Estrada do Aviário, nº 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/AC - CEP 69900-830 - Fone: (0**68) 3215 - 4600 - e-mail: <a href="mailto:cell.licitacao@ac.gov.br">cell.licitacao@ac.gov.br</a></p>
34.2 e 35.1	<p>ASSINATURA DO CONTRATO</p>

	Prazo para devolução do Contrato devidamente assinado e acompanhado da Garantia de Execução: dentro de 21 (vinte e um) dias contados de seu recebimento.
--	--

### ANEXO III – DADOS DO CONTRATO

As disposições a seguir complementam ou modificam as Cláusulas correspondentes da Seção II – Condições Gerais de Contrato (CGC):

Cláusula das CGC	Complemento ou Modificação
1.	DEFINIÇÕES
1.1(d)	<p><b>O Contratado</b> é: <i>[a ser preenchido após a adjudicação]</i></p> <p>Nome: _____</p> <p>Endereço: _____</p> <p>Nome _____ do Representante Autorizado: _____</p>
1.1(e)	<p>O Contratante é</p> <p>Nome: Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA</p> <p>Endereço: Rua Benjamin Constant, 856 - Centro; Rio Branco – Acre.</p> <p>Nome do Representante Autorizado: João Paulo Santos Mastrangelo</p>
1.1 (i)	<p>A _____ Data de Início das Obras é _____</p>
1.1 (j)	<p>A Data Prevista para a Conclusão das Obras é _____</p>
1.1 (r)	<p>O _____ Gerente do Contrato é _____</p> <p>Nome: _____</p> <p>Endereço: _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>

	Nome do Representante Autorizado:
1.1(s)	O Local da Obra está localizado na: Xapuri - <b>Lotes I</b> - trecho Ramal Dois Irmãos/Rio Acre; <b>Lotes II</b> - trecho Ramal Petrópolis/Taquari; <b>Lotes III</b> - Ramal Dois Irmãos trecho Rio Acre/BR-317; <b>Lotes IV</b> - trecho Taquari/Boa Vista.
1.1 (w)	As Obras consistem em Manutenção dos Ramais.
1.1 (y)	O Período de Correção dos Defeitos é: 12 (doze) meses.
1.1 (dd)	O regime de execução é o de Empreitada por Preço Unitário.
2.3	INTERPRETAÇÃO  Os seguintes documentos também integram o Contrato: (1) Termo de Contrato; (2) Carta de Aceitação; (3) Proposta do <b>Contratado</b> ; (4) Dados do Contrato; (5) Condições Gerais do Contrato; (6) Especificações Técnicas; (7) Desenhos; (8) Cronograma de Atividades (Físico-Financeiro)
[8.1]	OUTROS CONTRATADOS  Outros Contratados são: <b>Não aplicável.</b>
9.1	PESSOAL  O Quadro do Pessoal indicado para a execução das Obras <i>[indica o pessoal da Empreiteira]</i>
[14.1]	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO AO LOCAL DA OBRA  O Relatório de Inspeção ao Local da Obra <i>[fazer referência ou eliminar]</i>
16.1.1	EXECUÇÃO DAS OBRAS PELO CONTRATADO  <i>[Atenção: Incluir o texto abaixo fazendo as adaptações necessárias]</i>

A Empreiteira contratada deverá executar as Obras de acordo com as Medidas de Controle Ambiental.

Serão atribuições e obrigações ambientais específicas da Empreiteira contratada para a execução das obras:

- (a) respeitar e implantar as medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, bem como as de proteção ambiental e ainda, as ações voltadas para o monitoramento da qualidade ambiental, consideradas nos Programas Ambientais do Plano de Gestão Ambiental (PGA), parte integrante do projeto de engenharia, e no Relatório Ambiental Prévio;
- (b) cumprir fielmente as diretrizes normativas estabelecidas pela Política Nacional de Meio Ambiente e Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID (OP-703) e o que institui a legislação ambiental em vigor nas esferas federal, estadual e municipal;
- (c) executar os serviços e/ou dispositivos previstos no PGA, em especial aqueles em relação aos Canteiros de Obras, em toda a área de influência direta das obras;
- (d) implementar as ações contidas no Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), no que se refere à eliminação dos passivos ambientais, a recomposição e implantação de faixas de vegetação, a melhoria da condição cênica da área de entorno da obra e, a implantação de áreas verdes quando couber;
- (e) realizar o treinamento dos trabalhadores da obra para garantir a segurança da população atingida e a manutenção da qualidade ambiental na área diretamente afetada pela obra;
- (f) solicitar, junto aos órgãos competentes, os licenciamentos ambientais das áreas de apoio a serem utilizadas na execução das obras, incluindo caixas de empréstimo, bota fora, canteiro de obras, pedreiras, usinas, etc., sendo que deverão ser obtidos impreterivelmente antes da instalação/implantação das atividades;
- (g) executar a reabilitação ambiental das áreas de apoio utilizadas, cumprindo as medidas previstas no âmbito do licenciamento das mesmas. Ressalta-se que a não aplicabilidade desta disposição implicará na não emissão da Certidão de Conformidade Ambiental (CCA) do empreendimento e/ou do Termo de Recebimento Definitivo das Obras (TRDO) e consequente retenção da garantia

	<p>de execução;</p> <p>(h) requerer autorização para corte das espécies arbóreas, a serem suprimidas pela construção das obras;</p> <p>(i) elaborar o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), com enfoque na identificação de locais adequados para a disposição final, bem como na redução, reutilização e reciclagem dos resíduos, conforme regulamentação vigente; e</p> <p>(j) contratar um técnico devidamente habilitado, especialista em meio ambiente, para o acompanhamento da execução da obra, o qual deverá atender aos critérios e às exigências ambientais advindas da fiscalização ambiental da obra e da equipe ambiental do Executor.</p>
21.1	<p><b>POSSE DO LOCAL DA OBRA</b></p> <p>A Data de Posse do Local de Obra é imediata.</p>
24.1 e 25.1	<p><b>RECURSOS DAS DECISÕES DO GERENTE</b></p> <p>A autoridade à qual serão dirigidos os recursos é: João Paulo Santos Mastrangelo – Secretário Adjunto SEMA.</p>
26	<p><b>SOLUÇÃO DE LITÍGIOS</b></p> <p>O Contrato estará sujeito à conciliação de acordo com o seguinte procedimento: se não solucionado pelo mecanismo indicado na alínea (a) do Subitem 26.2, será submetido ao foro do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.</p>
27.1	<p><b>CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS</b></p> <p>O <b>Contratado</b> deverá submeter um Cronograma revisado para as Obras no prazo de 15 (quinze) dias da entrega da Notificação de Adjudicação.</p>
27.2	<p>O Cronograma deverá ser atualizado mensalmente.</p>
27.3	<p>O valor a ser retido por atraso na apresentação da atualização do Cronograma é de 10% do valor total apresentado na mediação.</p>
[37]	<p><b>CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (FÍSICO-FINANCEIRO)</b></p> <p>A Cláusula 37 das Condições Gerais de Contrato passa a vigor com a seguinte redação:</p> <p>[37.1] O <b>Contratado</b> deverá elaborar um Cronograma de Atividades (Físico-</p>

	<p>Financeiro) atualizado no prazo de 10 (dez) dias da data do recebimento de instrução pelo Gerente do Contrato. As atividades constantes do Cronograma deverão compatibilizar-se com as atividades programadas para a execução das Obras.</p> <p>[37.2] O <b>Contratado</b> deverá demonstrar no Cronograma as entregas de Materiais previstas para o Local da Obra caso estejam previstos pagamentos separados para Materiais no Local da Obra.</p>
[38]	<p><b>ALTERAÇÃO DE QUANTIDADES</b></p> <p>A Cláusula 38 das Condições Gerais de Contrato passa a vigor com a seguinte redação:</p> <p>[38.1] O <b>Contratado</b> deverá ajustar o Cronograma de Atividades (Físico-Financeiro) objetivando a inclusão das alterações de Cronograma ou da metodologia de serviço levadas a efeito por iniciativa própria, caso em que as modificações não acarretarão alteração nos preços do Contrato.</p>
[40.2]	<p><b>PAGAMENTO DAS VARIAÇÕES</b></p> <p>Não se aplica no caso de Contratos por Preço Global.</p>
43.2	<p><b>ATRASO NO PAGAMENTO</b></p> <p><b>O índice é INPC.</b></p>
[44.1(1)]	<p><b>EVENTOS PASSÍVEIS DE COMPENSAÇÃO</b></p> <p>Os seguintes eventos são também considerados Eventos Passíveis de Compensação:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Omissão do Contratante na liberação de parte do Local da Obra na Data da Posse do Local da Obra fixada nos Dados do Contrato;</li> <li>2. Modificação, pelo Contratante, do cronograma de outros contratados de modo a afetar os serviços do Contratado;</li> <li>3. prorrogação, pelo Gerente do Contrato, do prazo das Obras, ou deixar de emitir Desenhos, Especificações, ou instruções necessárias à execução das Obras em tempo hábil;</li> <li>4. Determinação do Gerente do Contrato para que seja descoberta parte das Obras ou que se realizem testes adicionais dos quais não resulte a verificação de Defeitos;</li> <li>5. Omissão do Gerente do Contrato, sem justificativa, de autorizar subcontratação;</li> <li>6. As condições do solo forem substancialmente diversas do que</li> </ol>



[51.3]	O percentual é _____
52.1	<p><b>GARANTIA DE EXECUÇÃO</b></p> <p>A Garantia de Execução do Contrato tem os valores mínimos seguintes, equivalentes à percentagem do Preço do Contrato:</p> <p>(a) Garantia Bancária: 5% (cinco por cento) do valor total da proposta;</p> <p>(b) Seguro Garantia: 10% (dez por cento) do valor total da proposta.</p>
[53]	<p><b>SERVIÇOS ADICIONAIS</b></p> <p><input type="checkbox"/> Aplicável ou <input checked="" type="checkbox"/> Não aplicável.</p>
[58.1]	<p><b>MANUAIS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO E DESENHOS DE COMO CONSTRUÍDO (AS BUILT)</b></p> <p>A data de entrega dos Manuais de Operação e Manutenção é: 10 (dias dias) após a conclusão da obra.</p> <p>A data de entrega dos Desenhos de Como Construído (<i>As Built</i>) é: 10 (dez dias) após a conclusão da obra.</p>
[58.2]	<p>O valor a ser retido pela falha na elaboração e apresentação dos:</p> <p>Manuais de Operação de Manutenção na data requerida é de 10% (dez por cento) do valor da medição apresentada;</p> <p>Desenhos de Como Construído (<i>As Built</i>) na data requerida é de 10% (dez por cento) do valor da medição apresentada.</p>
60.1	<p><b>PAGAMENTO QUANDO DA RESCISÃO CONTRATUAL</b></p> <p>O Valor dos Serviços não concluídos a ser deduzido na forma da Cláusula 60 das CGC é de: _____ [indicar valor].</p> <p>.</p>

## ANEXOS

Inserir

- (1) Carta de Aceitação;
- (2) Proposta do **Contratado**;
- (3) Especificações Técnicas;
- (4) Desenhos;
- (5) Planilha de Quantidades e/ou Cronograma de Atividades (Físico-Financeiro); e
- (6) qualquer documento relacionado nos **Dados do Contrato** como parte integrante do Contrato.]

## **ANEXO IV - FORMULÁRIOS PADRÃO E INFORMAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO DOS CONCORRENTES**

### **CONTEÚDO\**

<b>MODELO A: CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....</b>	<b>103</b>
<b>MODELO B: RELAÇÃO DE CONTRATOS EXECUTADOS.....</b>	<b>106</b>
<b>MODELO C: RELAÇÃO DE SERVIÇOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO .....</b>	<b>107</b>
<b>MODELO D: RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS.....</b>	<b>108</b>
<b>MODELO E: CARTA DE ACEITAÇÃO .....</b>	<b>109</b>
<b>MODELO F: MINUTA DO TERMO DE CONTRATO .....</b>	<b>110</b>
<b>MODELO G: DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL .....</b>	<b>113</b>
<b>MODELO H: DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DE MENOR....</b>	<b>116</b>

## MODELO A: CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

[O Licitante preencherá este formulário de acordo com as instruções indicadas. Não serão permitidas alterações a este formulário nem aceitas substituições.]

À: *[nome do Contratante]*

Endereço:

Ref.: Proposta para construção: *[descrição da Obra]*

LPN N°: *[indicar o número do processo de licitação]*

Prezados Senhores,

1. Tendo examinado as Condições de Contrato, Especificações, Desenhos, Plantas, Planilhas de Quantidades e/ou Cronograma de Atividades (Físico-Financeiro) *[conforme indicado nos Dados do Edital]* para a execução da mencionada Obra, conforme descrito na Cláusula 1 da Seção I), nós, abaixo assinados, propomos executar e concluir a referida Obra de acordo com as Condições de Contrato, Especificações, Desenhos, Plantas e Planilhas de Quantidades ou Cronograma de Atividades (Físico-Financeiro) pelo valor de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ *[por extenso]*.

2 Caso nossa Proposta seja aceita, comprometemo-nos a iniciar as Obras em (\_\_\_\_) dias contados do recebimento da ordem do **Contratante**, bem como a entregar as Obras a que se refere o Contrato dentro de (\_\_\_\_) dias, contados a partir da Data de Início das Obras.

3 Caso nossa Proposta seja aceita, nos comprometemos a oferecer Garantia de Execução, a ser aprovada por V. S<sup>as</sup>, obrigando-nos, conjunta e solidariamente, pela quantia correspondente a *[montante da garantia]*, da mencionada soma de acordo com as Condições Gerais do Contrato.

4. Os descontos oferecidos e a metodologia para sua aplicação são:

(.....) Aplicável ou (.....) Não aplicável *[indicar alternativa]*

Caso Aplicável:

**(a) Descontos.** Se nossa proposta for aceita, os seguintes descontos serão aplicáveis: [detalhar cada desconto oferecido e o item(ns)/lote(s) específico(s) na Planilha de Quantidades e Preços, ao qual se aplica o desconto].

**(b) Metodologia de Aplicação dos Descontos.** Os descontos serão aplicados de acordo com a seguinte metodologia: [*Detalhar a metodologia que será aplicada aos descontos*];

5. Concordamos em manter esta Proposta pelo prazo de [*inserir o prazo em número e por extenso*] dias, contado da data de abertura das Propostas, estabelecida na Cláusula 20 das Instruções aos Concorrentes (IAC).

6. A presente proposta, bem como a expressa aceitação de V. S<sup>as</sup>, constituem compromisso entre as partes até a assinatura do Contrato.

7. Comissões ou gratificações, caso existam, pagas ou a serem pagas por nós aos agentes relacionados a esta Proposta e à execução do Contrato, caso a adjudicação nos seja feita, são relacionadas a seguir:

Nome e Endereço do Agente	Montante e Moeda	Propósito da Comissão ou da Gratificação (*)
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

(\*) se nenhuma declare “nenhuma”.

8. Nós, os abaixo assinados, incluindo todos os Subcontratados ou fornecedores necessários para executar qualquer parte do contrato, temos nacionalidade de Países Elegíveis [indicar a nacionalidade do Concorrente, inclusive a de todos os membros que compreendem o Licitante, se o Concorrente for uma PCA];

9. Não temos conflito de interesses em conformidade com a Subcláusula 3.2 das IAL;

10. Nossa empresa, suas afiliadas ou subsidiárias, incluindo todos os Subcontratados ou fornecedores para executar qualquer parte do contrato, não

foram declarados inelegíveis pelo Banco, no âmbito das leis do Brasil ou regulamentos oficiais, em conformidade com a Subcláusula 3.3 das IAL;

11. Não temos nenhuma sanção do Banco ou de alguma outra Instituição Financeira Internacional (IFI).

12. Usaremos os nossos melhores esforços para assistir ao Banco nas suas investigações.

13. Comprometemo-nos que dentro do processo de aquisição (e no caso de resultar adjudicatários, na execução) do contrato, a observar as leis sobre práticas proibidas aplicáveis no Brasil.

Datado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura..... na qualidade de ....., devidamente autorizado a assinar a proposta.

## MODELO B: RELAÇÃO DE CONTRATOS EXECUTADOS

<b>Concorrente:</b> [indicar]					
<b>Concorrência</b> – LPN Nº: [indicar]		<b>Lote</b> Nº: [indicar]		<b>Página:</b> [indicar] de [indicar]	
<b>Registro no CREA Nº:</b> [indicar]					

ITEM Nº	CONTRATANTE	DATA DO CONTRATO	Nº DE REGISTRO NO CREA	DESCRIÇÃO DA OBRA	VALOR DO CONTRATO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)

<b>Data:</b>	<b>Assinatura:</b>
<b>Nome e Cargo:</b>	

Notas: O **Concorrente** poderá apresentar, caso necessário, outros documentos e relacioná-los. O **Concorrente** deve:

- (1) Numerar os serviços executados em obras com características similares à(s) que se constitui (em) objeto(s) desta licitação. Anexar os documentos comprobatórios nesta relação;
- (2) Indicar nomes e endereços para contato;
- (3) Dia/mês/ano (início e conclusão da obra);
- (4) CREA ou Órgão Similar;
- (5) Descrever o tipo/porte da obra executada; e
- (6) Indicar a moeda.

### MODELO C: RELAÇÃO DE SERVIÇOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

<b>Concorrente:</b> [indicar]	<b>Nome do Responsável Técnico:</b> [indicar]
<b>Concorrência – LPN Nº:</b> [indicar]	<b>Lote Nº:</b> [indicar]
	<b>Página:</b> [indicar] de [indicar]
<b>Registro no CREA Nº:</b> [indicar]	

<b>ITEM Nº (1)</b>	<b>DESCRIÇÃO DA OBRA (2)</b>	<b>Nº REGISTRO NO CREA (3)</b>	<b>EMPRESA EXECUTORA (4)</b>

Notas:

- (2) Descrever o tipo/porte (quantitativos) da obra supervisionada.
- (3) CREA ou Órgão Similar.

**Termo de Compromisso do(s) Responsável(is) Técnico(s):**

Concordo assumir como Responsável(is) Técnico(s) da(s) Obra(s), da Concorrência e Lote(s) acima identificado(s).

<b>Local e Data:</b> [indicar]
<b>Assinatura(s) do(s) Responsável(is) Técnico(s):</b> [assinatura (s)]

### MODELO D: RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS

<b>Concorrente:</b> [indicar]			
<b>Concorrência</b> [indicar]	<b>- LPN N°:</b>	<b>Lote</b> [indicar]	<b>N°: Página:</b> [indicar] <b>de</b> [indicar]

<b>ITEM</b> <b>N°</b> <b>(1)</b>	<b>EQUIPAMENTO</b> <b>(2)</b>	<b>MODELO/ ANO DE FABRICA ÇÃO</b> <b>(3)</b>	<b>LEASING (L); PRÓPRIO (P) ALUGUEL (A)</b> <b>(4)</b>

<b>Data:</b>	<b>Assinatura:</b>
<b>Nome e Cargo:</b>	

## MODELO E: CARTA DE ACEITAÇÃO

[papel timbrado do **Contratante**]

\_\_\_\_\_ [data]

À: \_\_\_\_\_ [nome e endereço do **Concorrente vencedor**]

Prezados Senhores,

Vimos pela presente notificá-los de que sua Proposta datada de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, para a execução das Obras [nome do projeto e da Obra específica, conforme mencionado nos Dados do Contrato] pelo preço de [montante em números e por extenso], calculado segundo a Cláusula 28 das Instruções aos Concorrentes foi por nós aceita.

Informamos que: deverão ser apresentados nas datas abaixo especificadas os seguintes documentos:

- (a) Seguro (Cláusula 13 das CGC): [indicar data de apresentação]; e
- (b) Garantia de Execução (Cláusula 52 das CGC): [indicar data de apresentação]

Solicitamos a VV. S<sup>as</sup> que iniciem as referidas Obras, após a emissão da Ordem de Serviço, de acordo com os documentos contratuais aqui anexados.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
(assinatura e título do signatário)

\_\_\_\_\_  
**Anexar o Contrato:** Termo do Contrato, Condições Gerais do Contrato (CGC), Dados do Contrato (CEC) e Apêndices.

## MODELO F: MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Ref.: [inserir N° do Processo Licitatório]

Aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, [qualificar **Contratante**] doravante denominado "**Contratante**", de um lado, e [qualificar **Concorrente vencedor**], doravante denominado "**Contratado**", de outro lado.

CONSIDERANDO que o **Contratante** deseja que a Obra seja executada; e  
CONSIDERANDO que, nos termos da Carta de Aceitação datada de [Data], aceita a Proposta do **Contratado**;

RESOLVEM celebrar o presente contrato, regido pelas seguintes Cláusulas:

### 1. Do Objeto:

Este Contrato tem por objeto a execução da Obra [inserir breve descrição da Obra, conforme Cláusula 1.1 do Anexo II].

### 2. Do Preço do Contrato e dos Recursos:

2.1. Pela execução das Obras pelo **Contratado**, o **Contratante** se dispõe a fazer pagamentos que não excedam o preço de [inserir o Preço do Contrato], de acordo com as cláusulas constantes das Condições Gerais e dos Dados do Contrato.

2.2. [inserir classificação e empenho dos recursos].

### 3. Do Foro:

As partes elegem o foro de [indicar]\_\_\_\_\_ para dirimir questões oriundas da execução deste Contrato, renunciando a qualquer outro.

### 4. Dos Documentos do Contrato:

4.1 Fazem parte integrante deste Termo de Contrato os seguintes documentos:

(a) a Carta de Aceitação;

- (b) a Proposta;
- (c) as Condições Gerais do Contrato
- (d) os Dados do Contrato;
- (e) as Especificações Técnicas;
- (f) os Desenhos;
- (g) as Planilhas de Quantidades <sup>3</sup>; e
- (h) *[outros documentos, conforme listados (indicar a Seção em que foram solicitados)]*.

E POR SE ACHAREM JUSTOS E ACORDADOS, FIRMAM O PRESENTE EM 2 VIAS DE IGUAL TEOR PERANTE AS TESTEMUNHAS AO FINAL IDENTIFICADAS.

---

pelo Contratado

---

pelo Contratante

---

<sup>3</sup>. Para Contratos por Preço Global substituir por “Cronograma de Atividades (Físico – Financeiro)“.

Testemunhas:

---

## MODELO G: DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

**[O Executor deverá adaptar de forma adequada o modelo apresentado a seguir]**

[O Concorrente deverá apresentar sua Declaração de Responsabilidade Ambiental utilizando as instruções indicadas abaixo. Não serão permitidas alterações e não serão aceitas substituições desse formulário.]

<b>Concorrente:</b>
<b>Concorrência – LPN N°:</b>

A [nome do Concorrente] declara para os devidos fins, que conhece a legislação ambiental brasileira, a níveis federal, estadual e municipal, especificamente as do Estado do [indicar] e as do Município de [indicar], notadamente as relacionadas às atividades objeto desta licitação; dos documentos de projeto; do Projeto de Engenharia; do Relatório Ambiental Prévio (RAP) e do Plano de Gestão Ambiental (PGA) incluindo as diretrizes ambientais gerais; Licenças Ambientais do Programa; Exigências Contratuais do BID; Normas, Diretrizes e Manuais da **[indicar órgãos]** e que:

(a) ratifica que tomou ciência da Lei Federal 9.605/98 – lei que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente – Lei de Crimes Ambientais, onde no Artigo 2º menciona que “o preposto, dentre outros, de pessoa jurídica que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la, sobre esse incidirá as penas cabíveis”;

(b) tomou total conhecimento dos estudos e projetos com as respectivas restrições ambientais, das proposições relativas à proteção do meio ambiente e à minimização dos impactos ambientais advindos das obras previstas nesta licitação, cujas ações serão criteriosamente implementadas, incluindo o monitoramento ambiental;

(c) responsabiliza-se pela contratação de pessoal qualificado para o atendimento às questões ambientais contidas nas normas e leis pertinentes, bem como pela elaboração dos relatórios e documentações relativas aos licenciamentos ambientais das atividades de apoio, sem custos adicionais para o Contratante;

- (d) assume o compromisso de pôr à disposição das obras, durante o seu andamento, um profissional de nível superior apto em ciências ambientais, como responsável por todos os serviços ambientais da Concorrente, para responder junto aos responsáveis pela área ambiental da fiscalização e supervisão da obra e para obter as licenças necessárias ao andamento dos serviços;
- (e) assume a responsabilidade de elaborar o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC);
- (f) responsabiliza-se pelo efetivo atendimento às Licenças Ambientais (LP e LI) das obras, assumindo as condições estabelecidas, sem custos adicionais para o Contratante;
- (g) assume toda a responsabilidade pela execução das obras provisórias e permanentes de proteção ambiental, constantes ou não do plano de trabalho, acompanhadas por Consultora contratada pelo Contratante e autorizadas pela Fiscalização do Contratante;
- (h) assume toda a execução e custos inerentes à gestão, conservação, manutenção e monitoramento ambiental das instalações, canteiros de obras, britagem, usinas e caminhos de serviço, bem como de todos os equipamentos utilizados na obra que utilizam óleos, graxas e combustíveis;
- (i) assume a responsabilidade de eliminar os passivos ambientais existentes ao longo da obra, de acordo com o indicado pelas autoridades ambientais competentes;
- (j) assume a responsabilidade de estabelecer procedimentos emergenciais visando a diminuição do tempo de resposta em caso de eventuais acidentes, assegurando a integridade da população e do meio ambiente;
- (k) assume a responsabilidade pela execução e ônus da limpeza de entulhos, focos de proliferação endêmicas, higiene e pela qualidade sócio-ambiental das obras;
- (l) assume, sem repasse para o Contratante, toda a responsabilidade por danos e ônus, inclusive os pagamentos de multas que venham a ser associados às obras licitadas, motivados pelo não cumprimento dos dispositivos legais ou normativos previstos;
- (m) assume o compromisso de permitir a fiscalização ambiental, conforme previsto no Parágrafo 30 do Artigo 21 do Decreto Federal 99.274/90;
- (n) concluídas as obras, responsabiliza-se pela entrega, ao

Contratante, do Relatório de Controle Ambiental (RCA) devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente, inserindo a reabilitação das áreas de apoio, bem como a execução das condicionantes ambientais para a obtenção da Licença Ambiental de Operação – LO das obras, no que couber ao desenvolvimento dos serviços do objeto do contrato, de cuja aprovação dependerá não só a realização da última medição, como também a liberação da garantia de execução contratual; e

(o) assume o compromisso de manutenção de arquivo próprio para reunir toda a documentação ambiental das obras, inclusive as licenças e autorizações, assim como o acervo dos respectivos registros fotográficos antes e depois da execução de obra ou procedimento de caráter ambiental, de forma a garantir subsídios a eventuais demandas e garantir material informativo para a confecção do RCA.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_. [inserir local e data]

\_\_\_\_ [assinatura do representante do Concorrente]

\_\_\_\_ [razão social/nome do Concorrente]

\_\_\_\_ [nome e título do signatário] \_\_\_\_\_

Identidade N<sup>o</sup> \_\_\_\_ [inserir número do documento de identidade]

\_\_\_\_\_

## **MODELO H: DECLARAÇÃO SOBRE TRABALHO DE MENOR**

### **DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DAS VEDAÇÕES ESTABELECIDAS NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

[Local e data]

Ao [Indicar o Contratante]

Ref: LPN nº [indicar]

Eu (Nós) [inserir nome completo], representante(s) legal(is) da empresa [nome do Concorrente], interessado em participar da licitação em referência, declaro(amos), sob as penas da lei, que, nos termos do § 6º do Artigo 27 da Lei nº 6544, de 22/11/89 e do Inciso V do Artigo 27 da Lei nº 8666, de 21/06/93, a [Inserir nome do Concorrente] encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal de 1988, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

---

[Nome e assinatura do Representante legal]  
(com carimbo da Empresa)

## **ANEXO V - MODELOS DE GARANTIAS**

### **CONTEÚDO**

<b>MODELO A: GARANTIA BANCÁRIA DE PROPOSTA.....</b>	<b>118</b>
<b>MODELO B: GARANTIA BANCÁRIA DE EXECUÇÃO.....</b>	<b>120</b>
<b>MODELO C: GARANTIA BANCÁRIA DO ADIANTAMENTO .....</b>	<b>122</b>

### MODELO A: GARANTIA BANCÁRIA DE PROPOSTA

[O banco comercial deve completar este documento de Garantia Bancária, ou providenciar outro modelo ou seguro aceitável pelo Contratante].

CONSIDERANDO que *[nome do Concorrente]* (doravante denominado "O **Concorrente**") apresentou sua proposta datada de *[data]* para a execução das Obras *[nome do Contrato especificando a obra, os materiais e serviços a serem fornecidos e prestados, conforme item 1 da Seção I]* (doravante denominada "Licitação");

SAIBAM TODOS; pelo presente que o *[nome do Banco]* com Sede em \_\_\_\_\_ (doravante denominado "**Banco**") está obrigado junto ao *[nome do Contratante]* (doravante denominado "**Contratante**") pelo valor de *[incluir valor]* por cujo pagamento o Banco, seus sucessores e prepostos comprometem-se perante o **Contratante**.

Aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Esta Garantia poderá ser executada pelo **Contratante** se o **Concorrente**:

- (a) retirar sua proposta durante o prazo de validade; ou
- (b) não aceitar a correção do Preço da Proposta, nos termos da IAC 27.1; ou
- (c) tendo sido notificado da aceitação de sua proposta pelo **Contratante** durante o prazo de validade da proposta:
  - (i) omitir-se na formalização ou recusar-se a assinar o Contrato de acordo com as Instruções aos Concorrentes; ou
  - (ii) omitir-se ou recusar-se ao fornecimento da Garantia de Execução de acordo com as Instruções aos Concorrentes.

Comprometemo-nos a pagar ao **Contratante** o valor acima, no recebimento de sua primeira solicitação por escrito, desobrigando o **Contratante** de apresentar justificativas para a solicitação, contanto que na solicitação o **Contratante** especifique qual(is) condição(ões) acima indicadas se verificou e que o valor reivindicado lhe é devido em face de tal ocorrência.

Esta Garantia terá validade de, no mínimo, 30 (trinta) dias após o término da validade das propostas, mencionado nos Dados do Edital, Subcláusula 15.1.

Poderão VV.S<sup>as</sup> solicitar prorrogação desta Garantia, por meio de Notificação enviada ao Concorrente, com a devida anuência do Banco. Toda demanda referente a esta Garantia deve ser feita ao Banco dentro do prazo mencionado.

Data:

---

\_\_\_\_\_  
Assinatura

do

**Banco:**

---

Testemunhas:

---

Carimbo:

---

\_\_\_\_\_  
Assinatura/Nome/Endereço:

---

## MODELO B: GARANTIA BANCÁRIA DE EXECUÇÃO

(INCONDICIONAL)

Ao: *[nome e endereço do Contratante]*

Aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, *[Nome e qualificação do Contratado]*, doravante denominado "**Contratado**", comprometeu-se, conforme Contrato N°. \_\_\_\_, datado de \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, a executar as obras de *[nome do Contrato e breve descrição das Obras]*, doravante denominado "**Contrato**";

CONSIDERANDO que foi estipulado por VV.S<sup>as</sup> no referido Contrato que o **Contratado** lhes oferecerá uma Garantia Bancária de Execução por parte de banco idôneo, pelo valor ali especificado, como fiança do cumprimento de suas obrigações naquele Contrato;

CONSIDERANDO que concordamos em oferecer ao **Contratado** tal Garantia Bancária de Execução;

Pelo presente afirmamos que somos **Fiador** e responsáveis perante VV.S<sup>as</sup>., em nome do **Contratado**, até o total de *[valor da garantia por extenso]*, comprometendo-nos a pagar a VV.S<sup>as</sup>., por ocasião de sua primeira solicitação por escrito, qualquer valor nos limites de *[valor da garantia]*, sem que haja necessidade de apresentar justificativa ou comprovação das razões do seu pedido de pagamento da soma especificada em tal solicitação.

Pelo presente dispensamos VV.S<sup>as</sup> da necessidade de solicitarem, previamente, o pagamento da referida dívida ao **Contratado**, antes de nos apresentarem sua solicitação.

Concordamos, outrossim, que nenhuma mudança ou acréscimo, ou outra alteração dos termos do Contrato ou das Obras a serem realizadas em decorrência do mesmo, ou de qualquer um dos documentos do Contrato, que possa ser feita entre VV.S<sup>as</sup> e o **Contratado**, nos liberará de qualquer forma de responsabilidade decorrente desta fiança, e pelo presente dispensamos a notificação de mudanças, adições ou modificações.

Esta garantia é válida pelo prazo de 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Definitivo das Obras (TRDO).

**Assinaturas**

**do**

**Fiador:**

Nome \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ Banco:

Endereço: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

---

**MODELO C: GARANTIA BANCÁRIA DO ADIANTAMENTO**  
**(INCONDICIONAL)**

Ao *[nome do Contratante]*  
*[endereço do Contratante]*

Ref.: *[nome do Contrato]*

Prezados Senhores:

De acordo com as Condições Gerais do Contrato, Subcláusula 51.1 ("Adiantamento") do Contrato acima mencionado, o *[nome e endereço do Contratado]* (doravante denominado **Contratado**) depositará em nome de *[nome do Contratante]* a Garantia Bancária Incondicional para pagamento antecipado, para garantir a sua adequada e confiável execução decorrente da mencionada cláusula do Contrato no valor de R\$ \_\_\_\_\_ *[valor da garantia por extenso]*.

Nós, *[nome da instituição bancária]*, conforme instruídos pelo **Contratado**, concordamos, incondicionalmente e em caráter irrevogável, em garantir como devedores solidários e principais pagadores e não como meros Fiadores, o pagamento a *[nome do Contratante]* quando de seu pedido, renunciando ao direito de objeção por benefício de ordem, até o limite de R\$ \_\_\_\_\_ *[montante da garantia por extenso]*.

Concordamos, outrossim, que nenhuma mudança ou acréscimo, ou outra alteração dos termos do Contrato ou das Obras a serem realizadas em decorrência do mesmo, ou de qualquer um dos documentos do Contrato, que possa ser feita entre *[nome do Contratante]* e o **Contratado**, nos liberará de qualquer forma de responsabilidade decorrente desta fiança, e pelo presente dispensamos a notificação destas mudanças, adições ou modificações.

Esta garantia será válida desde a data da entrega do adiantamento relacionado com o Contrato até a data de restituição pelo **Contratado** ao *[nome do Contratante]* do referido adiantamento.

Assinatura:

\_\_\_\_\_  
Nome do Banco:

---

Endereço:

---

Data:

---

## ANEXO VI - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

<b>1 – Órgão:</b>	<b>2 – Termos de Referência/Projeto Básico:</b>
Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA	<b>Nº 021-2015</b>
<b>3 – Licitação/Modalidade:</b>	<b>4 – Regime de Execução:</b>
Licitação Pública Nacional - LPN	Empreitada por Preço Unitário
<b>5 – Número da Unidade Orçamentária:</b>	<b>6 – Descrição de Categoria de Investimento:</b>
<b>44.90.51.0000</b>	<input type="checkbox"/> Capacitação <input checked="" type="checkbox"/> Obras e Serviços de Engenharia <input type="checkbox"/> Hospedagens e refeições <input type="checkbox"/> Refeições <input type="checkbox"/> Equipamento de Apoio <input type="checkbox"/> Equipamento de TI <input type="checkbox"/> Consultoria/Auditoria/ Assessoria <input type="checkbox"/> Despesa de Custeio <input type="checkbox"/> Bens de Consumo <input type="checkbox"/> Material Permanente

**7 – Unidade Administrativa Solicitante:**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA

**II – FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**1 – Objeto Sintético:**

Contratação de empresa para serviços especializados para a manutenção de ramais e construção de obras de artes correntes (bueiros) e de artes especiais (pontes), visando apoiar a produção florestal comunitária no município de Xapuri - Acre.

**2 – Elenco dos itens da categoria de investimento:**

Descrição	Unid	Quant.	Valor Total
Lote 01: Manutenção de Ramais e Construção de Obras de Artes Correntes (Bueiros) e de Artes Especiais (Pontes) no Trecho Ramal Dois Irmãos/Rio Acre	km	60	2.402.086,13
Lote 02: Manutenção de Ramais e Construção de Obras de Artes Correntes (Bueiros) e de Artes Especiais (Pontes) no Trecho Petrópoles/Taquari	km	32	1.012.164,20
Lote 03: Manutenção de Ramais e Construção de Obras de Artes Correntes (Bueiros) e de Artes Especiais (Pontes) no Trecho Rio Acre/BR 317	km	12	361.297,00
Lote 04: Manutenção de Ramais e Construção de Obras de Artes Correntes (Bueiros) e de Artes Especiais (Pontes) no Trecho Taquari/Boa Vista	km	22	1.216.344,23



- c) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- d) O contratado é responsável pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- e) Obriga-se a aceitar, quando houver modificação do projeto ou das especificações, nas mesmas condições contratuais, o remanejamento de quantitativos de itens da Planilha de Custos, sem que haja acréscimo no valor total do CONTRATO;
- f) Fornecer todos os recursos, materiais, equipamentos, inclusive ferramentas, necessários para garantir a execução dos serviços, bem como efetuar, por sua conta e riscos, a contratação de pessoal habilitado para a execução dos serviços de mão de obra decorrentes deste instrumento, correndo, outrossim, de conta dela, CONTRATADA, que assume, em consequência, todas as obrigações e ônus de empregadora, o pagamento da remuneração e salários das contribuições exigidas pela previdência social, seguro contra acidentes de trabalho e demais encargos trabalhistas;
- g) Atender prontamente quaisquer exigências do Fiscal designado pelo Centro Nacional de Arqueologia, inerentes ao objeto da contratação;
- h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apontados pela Fiscalização;
- i) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao DERACRE;
- j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;
- k) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua PROPOSTA DE PREÇOS, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º, do art. 57, da Lei nº 8.666/1993;
- l) Demais obrigações constantes do Edital e seus Anexos.

#### **06 – Da Subcontratação**

Não será permitida a subcontratação.

#### **08 – Acervo Técnico**

1 - Serviços Requeridos

1.1 Capacidade Técnica Profissional

ITENS DOS SERVIÇOS		
Execução de Escavação Carga e Transporte de Material		
Execução de Corpo de Bueiros BSTC		
Execução de pontes de madeira		

1.2 Capacidade Técnica Operacional

ITENS DOS SERVIÇOS	UN	QTD MÍNIMAS
Execução de Escavação Carga e Transporte de Material	m <sup>3</sup>	4.830
Execução de Corpo de Bueiros BSTC	m	230
Execução de pontes de madeira	m	06

2 - Relação de Equipamentos Mínimos

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÍNIMOS			
Item	Discriminação	Quant.	Tipo, Pot./capacidade
01	Retroescavadeira	01	75HP
02	Bate estaca	01	
03	Caminhão carga seca	01	
04	Betoneira auto carregável	01	590lts
05	Compactador de percussão	02	
06	Escavadeira Hidráulica	01	120HP
07	Trator de Esteiras	01	140HP
08	Pá carregadeira	01	105HP
09	Rolo compactador Pé de carneiro CA 25	01	115HP

3 - Equipe Técnica Mínima

RELAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA	
	Discriminação
01	Engenheiro civil ou técnico equivalente.

4 - Obs.: A comprovação de a licitante ter executado serviços compatíveis com o objeto desta licitação, observando os serviços de maior relevância, através de certidões e/ou atestados, em nome do próprio licitante, sendo os atestados e/ou certidões emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA.

5 - A Visita Técnica não será obrigatória, mas a empresa licitante terá que apresentar Declaração formal assinada pelo responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da obra.

6 - A abertura deste processo licitatório deverá ocorrer no município de Rio Branco;

**09 – Ação, Projeto/Atividade, Fonte, Elemento de Despesa, Sub elemento e Valor:**

<b>Projeto/Atividade</b>	<b>Fonte</b>	<b>Elemento e Sub elemento de despesa</b>	<b>Valor Estimado (R\$)</b>
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - PDSA Fase II	500 (BID)	44.90.51.0000 – Obras e instalações	<b>4.991.891,56</b>

## **I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO COM REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE ESTRADAS VICINAIS/RAMAIS**

### **1.0 – INTRODUÇÃO**

#### **1.1 - Apresentação**

O presente documento tem por objetivo a fixação das condições técnicas que deverão ser obedecidas na execução de melhorias de estradas vicinais/ramais no município de Xapuri, compreendendo serviços de limpeza mecanizada, corte, aterro, valetamento com saídas d'água, regularização, conformação de plataforma e revestimento primário.

#### **1.2 - Características**

Os ramais/vicinais a serem melhorados serão contemplados com serviços de terreplenagem obedecendo ao caminhamento existente, com a execução de aterro em pontos baixos, previamente identificados pela Fiscalização e a superfície de rolamento será regularizada, compactada e conformada adotando abaulamento transversalmente com declividade de 4 a 6% para em seguida ser realizado o serviço de revestimento primário. Comcomitantemente aos trabalhos de conformação deverão ser executadas as valetas e saídas d'água para drenagem da plataforma carroçável, em conformidade com as orientações da Fiscalização.

### **2.0 – FISCALIZAÇÃO**

#### **2.1 – Considerações Gerais:**

Ficará a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, as tarefas de fiscalização, supervisão, acompanhamento técnico, apropriação e medição, através de

equipes diretas e/ou supervisão de empresa contratada.

As exigências e a ação da **FISCALIZAÇÃO** não eximirão e não diminuirão as responsabilidades da **CONTRATADA** assumidas na execução da obra.

Todos os aspectos particulares da obra, os omissos e ainda os de obras complementares não considerados, serão, em ocasião oportuna, especificados e detalhados pela **FISCALIZAÇÃO**, e estes deverão ser obrigatoriamente executados, desde que necessários à complementação técnica do projeto.

A **FISCALIZAÇÃO** poderá exigir, a qualquer momento, de pleno direito, que sejam adotadas pela **CONTRATADA** providências suplementares necessárias à segurança dos serviços e ao bom andamento da obra.

O(s) projeto(s), o contrato, as especificações técnicas e a planilha orçamentária são complementares entre si, tornando-se peça única. Por isso, qualquer menção feita em um e omitida em outro, será considerada especificada e válida.

Qualquer alteração relacionada com a execução da obra em referência será feita pela **FISCALIZAÇÃO** por escrito.

A **CONTRATADA** deverá fornecer, a pedido da **FISCALIZAÇÃO** e a qualquer momento, todas as informações relativas à execução das obras, sem que tal atitude implique em responsabilidade da **FISCALIZAÇÃO** sobre qualquer ação da **CONTRATADA**. Deverá ser mantido na obra, um livro de ocorrências (diário de obras), com todas as páginas numeradas e rubricadas pela **FISCALIZAÇÃO**, onde serão anotadas diariamente todas as ocorrências e fatos concernentes ao empreendimento.

### **3.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES:**

### **3.1 – ADMINISTRAÇÃO:**

Compreende a contratada manter na frente de serviço, 01 encarregado geral, disponibilização de 01 veículo leve tipo pick-up e despesas com aluguel de imóvel para alojamento de pessoal.

### **3.2 – MOBILIZAÇÃO:**

Compreende as despesas com caminhão prancha para transportes de maquinas e equipamentos, a partir do município de Rio Branco até a frente de serviço.

## **4.0 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **4.1 - Mão-de-obra**

A Contratada deverá empregar somente mão-de-obra qualificada na execução dos serviços.

Cabe a Contratada as despesas relativas às leis sociais, seguros, vigilância, transporte, alojamento e alimentação do pessoal, durante todo o período do contrato. A contratada se obriga a fornecer a relação de pessoal e a respectiva guia de recolhimento das obrigações com o INSS.

### **4.2 - Responsabilidade técnica e garantia**

A Contratada deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, a ART referente ao objeto do contrato. A guia da ART deverá ser mantida no local dos serviços.

## **4.3– Terraplenagem**

### **4.3.1 - Limpeza mecanizada**

#### **4.3.1.1 – Generalidades**

Os serviços relativos a cortes nas laterias do leito estradal para execução de aterro, conformação de plataforma e valetas laterias, deverão ser precedidos da limpeza do terreno, isto é, pela retirada da camada vegetal em uma faixa de 2,00 m em ambas as laterais, obedecendo a orientações da Fiscalização.

Nenhum serviço de limpeza superficial deverá ser iniciado sem o consentimento da Fiscalização, que indicará inclusive os limites da área a serem trabalhadas.

#### **4.3.1.2 - Metodologia de execução**

A execução deverá seguir a seguinte cronologia:

- a) As operações serão executadas em uma faixa de 2,00 m em ambas as laterais;
- b) Após as orientações da Fiscalização, a Contratada dará início às operações de limpezas superficiais dentro dos limites das áreas estabelecidas;
- c) O material proveniente da limpeza será expurgado para as laterais da plataforma de terraplenagem, na faixa de domínio do ramal;

#### **4.3.1.3 – Equipamentos**

A limpeza mecanizada da camada superficial nas condições desta especificação será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado que possibilite a execução dos serviços com a produtividade

requerida. Serão empregados tratores de esteiras equipados com lâminas.

#### **4.3.1.4 – Controle**

O controle dos serviços será feito mediante medição, bem como apreciação visual de sua qualidade pela Fiscalização, no transcorrer do serviço.

Os serviços serão aceitos desde que atendam às exigências preconizadas nesta Especificação e rejeitados caso contrário.

Os serviços rejeitados deverão ser corrigidos, complementados ou refeitos.

#### **4.3.1.5 - Critérios de medição**

Os serviços de limpeza mecanizada da camada superficial serão medidos em função da área correspondente à projeção horizontal da superfície efetivamente trabalhada, em conformidade com a planilha de preços unitários, obedecendo às condições contratuais.

#### **4.3.1.6 – Pagamento**

Os serviços serão pagos pelos preços unitários contratuais, em conformidade com a medição referida no item anterior, estando incluído neles todo o equipamento e pessoal necessário, bem como os encargos e outras despesas inerentes à sua execução.

### **4.3.2 - Escavação, Carga e Transporte de Material de 1ª Categoria DMT 50 a 200 m**

#### **4.3.2.1 – Generalidades**

Compreende as operações de corte e transporte dos materiais para execução de aterro. As caixas de empréstimos estarão localizadas as margens do ramal,

no limite de DMT de 50 a 200 m, devendo ser exploradas de modo à valetar as laterais da plataforma para o perfeito escoamento e direcionamento das águas superficiais.

Os serviços serão executados no eixo e no interior das seções que definem a largura da plataforma, nos locais predeterminados pela fiscalização.

As operações deste processo de escavação compreendem:

- a) Escavação e carga dos materiais constituintes do terreno natural, até o greide da terraplanagem indicado pela Fiscalização;
- b) Escavação e carga de materiais de caixa de empréstimos destinados a corpo de aterro;
- c) Escavação e carga de materiais para abertura de valetas nas laterais da plataforma de terraplanagem;

#### **4.3.2.2 - Metodologia de execução**

- a) A escavação subordinar-se-á aos elementos técnicos fornecidos a contratada através da Fiscalização;
- b) A escavação será precedida da execução dos serviços de limpeza;
- c) O desenvolvimento da escavação se processará mediante a previsão da utilização adequada, ou rejeição dos materiais extraídos. Assim, apenas serão transportados, para constituição ou complementação dos aterros, os materiais que sejam compatíveis com as especificações de execução dos aterros;
- d) Os taludes de corte terão uma inclinação de 2/3, salvo indicação em contrário estabelecida pela Fiscalização;

#### **4.3.2.3 – Equipamentos**

A escavação de cortes e transportes nas condições desta especificação será executada mediante a utilização racional de equipamento adequado que possibilite a execução dos serviços com a produtividade requerida. Serão empregados tratores de esteira, pá carregadeira, motoniveladora e caminhões basculantes.

#### **4.3.2.4 – Controle**

O acabamento dos cortes que resultarão em valetas laterais as margens do leito carroçável, deverá ter a conformação adequada para a perfeita captação e escoamento das águas superficiais, para a devida proteção da plataforma de terraplenagem.

Os serviços serão aceitos desde que atendam às exigências preconizadas nesta Especificação e rejeitados caso contrário.

Os serviços rejeitados deverão ser corrigidos, complementados ou refeitos.

#### **4.3.2.5 – Medição**

A medição efetuar-se-á considerando o volume geométrico do material extraído, medido no corte, em metros cúbicos e a distância de transporte até o local de depósito.

A distância de transporte será realizada pelo equipamento transportador, entre os centros de gravidade das massas. O referido percurso será subordinado a critérios técnicos e econômicos.

#### **4.3.2.6 – Pagamento**

Os serviços serão pagos conforme os preços unitários do contrato, em conformidade com a medição referida no item anterior.

### **4.3.3 - Compactação de aterros – 95 do P.N.**

#### **4.3.3.1 – Generalidade**

Os aterros em segmentos do ramal serão implantados com o depósito e a compactação de materiais provenientes de cortes, no interior da plataforma do leito carroçavel.

A operação de aterro compreende a descarga, espalhamento, umedecimento ou aeração e compactação dos materiais oriundos de cortes, para a construção do corpo do aterro;

#### **4.3.3.2 - Metodologia de execução**

- a) A execução dos aterros subordinar-se-á as orientações e determinações da Fiscalização;
- b) A operação será precedida da execução dos serviços de limpeza;
- c) O lançamento do material para a construção dos aterros deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal e em extensões tais, que permitam as operações necessárias à compactação. Para o corpo dos aterros a espessura da camada solta não deverá ultrapassar 30 cm. Para as camadas finais, essa espessura não deverá ultrapassar 20 cm;
- d) No caso de alargamento de aterros, sua execução obrigatoriamente será procedida de baixo para cima, acompanhada de degraus nos seus taludes;
- e) Todas as camadas deverão ser convenientemente compactadas até obter 95% da massa específica aparente máxima seca;

f) Durante a construção dos aterros, os serviços já executados deverão ser mantidos com boa conformação e permanente drenagem superficial.

#### **4.3.3.3 – Equipamentos**

A execução dos aterros deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendido as condições locais e a produtividade exigida.

Na construção e compactação dos aterros, poderão ser empregados tratores de lâmina, pá carregadeiras, caminhões basculantes, motoniveladoras, rolos compactadores vibratórios, tratores agrícolas com grade e caminhão-irrigadores para umedecimento.

#### **4.3.3.4 – Controle**

O acabamento da plataforma de aterro será procedido mecanicamente, de forma a alcançar-se a seção transversal de projeto.

O acabamento, quanto à declividade transversal e à inclinação dos taludes, será verificado pela Fiscalização.

#### **4.3.3.5 – Medição**

Os serviços de escavação e transporte dos materiais para os aterros já foram objeto de medição em metros cúbicos, por ocasião da execução dos cortes.

O serviço de compactação de aterro será medido pelo volume geométrico compactado do aterro, em metros cúbicos, utilizando-se, para o cálculo, o processo da “média das áreas”.

#### **4.3.3.6 – Pagamento**

Os serviços de compactação de aterro serão pagos conforme a medição

referida no item anterior, aos preços unitários contratuais, que remunerem as operações de espalhamento, homogeneização, umedecimento ou aeração e compactação. Quando não for atendido o grau de compactação estabelecido, os serviços necessários a re-compactação do material estão incluídos também nos preços unitários, assim como toda a mão-de-obra necessária à execução do serviço.

#### **4.3.4 - Regularização e Conformação da Plataforma**

##### **4.3.4.1 – Generalidades**

Esta especificação aplica-se à regularização e conformação do leito estradal após os trabalhos de aterro, valetas laterais e saídas d'água.

Regularização e conformação será a operação destinada a conformar a plataforma carroçável, transversal e longitudinalmente, compreendendo cortes ou aterros até 20 cm de espessura. Será adotado abaulamento transversal com declividade de 4 a 6%.

Será executada de acordo com as orientações da Fiscalização.

##### **4.3.4.2 - Metodologia de execução**

- a) Toda a vegetação e material orgânico, porventura existente no leito estradal, serão removidos previamente;
- b) Após a execução de cortes ou aterros, operações necessárias para atingir o greide de projeto, proceder-se-á uma escarificação geral na profundidade de 20 cm, seguida de pulverização, umedecimento ou aeração, compactação e acabamento;

#### **4.3.4.3 – Equipamentos**

Para a execução da regularização, poderão ser utilizados os seguintes equipamentos:

- a) Motoniveladora pesada, com escarificador;
- b) Caminhão irrigador;
- c) Rolos compactadores dos tipos pé de carneiro, liso vibratório e pneumático, rebocados ou autopropulsores;
- d) Trator agrícola;
- e) Grade de discos;

#### **4.3.4.4 – Controle**

Após a regularização do leito proceder-se-á a vistoria in-loco com verificação visual da geometria, execução de furos para aferição de espessura e ensaio do grau de compactação.

Os serviços rejeitados deverão ser corrigidos, complementados ou refeitos.

#### **4.3.4.5 – Medição**

A medição dos serviços será feita por metro quadrado de plataforma concluída, com os dados fornecidos pela Fiscalização.

#### **4.3.4.6 – Pagamento**

O pagamento será efetuado com base no preço unitário apresentado para este serviço, incluindo todas as operações de corte e/ou aterro até a espessura máxima de 20 cm em relação ao greide final de terraplenagem, como,

escarificação, umedecimento, aeração, homogeneização, compactação e conformação geométrica.

#### **4.3.5 - Valeta e Saida dagua**

##### **4.3.5.1 – Generalidades**

Esta especificação compreende a execução de valetas e saída d'água para direcionamento e condução de águas da plataforma para desaguar em local seguro distante do leito carroçável em locais de greide plano, identificado pela Fiscalização, como reforço das valetas formada no abaulamento da seção transversal durante a execução dos serviços de regularização e conformação da plataforma.

##### **4.3.5.2 – Metodologia de execução**

Inicialmente, deverão ser identificados os locais onde serão executadas as valetas e saídas d'água ao longo do ramal que estará sendo trabalhado.

As margens do leito carroçável serão executadas as valetas e saídas d'água em formato triangular, obedecendo o detalhe técnico apresentado em planta.

##### **4.3.5.3 - Equipamentos**

Para a execução de valeta e saída d'água poderão ser utilizados os seguintes equipamentos:

- a) Motoniveladora
- b) Trator de esteira com lâmina articulada
- c) Escavadeira hidráulica

#### **4.3.5.4 – Controle**

Após a execução dos serviços proceder-se-á a vistoria in-loco com verificação visual da geometria tanto transversal como longitudinal.

Os serviços rejeitados deverão ser corrigidos, complementados ou refeitos.

#### **4.3.5.5 – Medição**

A medição dos serviços será feita por metro linear.

#### **4.3.5.6 – Pagamento**

O pagamento será efetuado com base no preço unitário apresentado para este serviço.

### **4.4– Revestimento Primário**

#### **4.4.1 Escavação e carga de material de jazida**

##### **4.4.1.1 - Introdução**

Esta especificação estabelece a sistemática a ser empregada na execução e no controle da qualidade do serviço de escavação e carga de material de jazida.

##### **4.4.1.2 - Objetivo**

Estabelecer a sistemática adotada para a execução de escavação e carga de material de jazida, que será utilizado na execução da camada de revestimento primário com a regularização de subleito já concluída.

##### **4.4.1.3 - Generalidades**

Trata a presente especificação, somente do serviço de escavação e carga

mecanizada de material de primeira categoria, em caminhões basculantes, eventualmente, de carroceria fixa, ou em outro equipamento transportador, com utilização de pás carregadeiras ou escavadeiras.

O material pode ser oriundo de empréstimos ou jazidas utilizadas para construção da camada de revestimento primário.

O material a ser carregado deverá estar adequadamente preparado e amontoado de modo a possibilitar o trabalho das pás carregadeiras ou das escavadeiras; e a praça de trabalho, desses equipamentos, deverá permitir a sua movimentação, necessária ao ciclo de operação.

#### **4.4.1.4 - Metodologia de execução**

- a) a escavação será precedida da execução dos serviços de limpeza superficial de camada vegetal e expurgo das jazidas e caixas de empréstimos;
- b) antes de iniciar qualquer serviço, objeto desta especificação, a Contratada coletará “amostras” das jazidas para ser feita avaliação visual da granulometria do material a ser utilizado nas camadas do pavimento, ou encaminhar a mesma para ensaios de laboratório conforme critério da Fiscalização;
- c) as jazidas e caixas de empréstimos de ocorrência de materiais serão estudadas em conjunto com a Fiscalização, devendo ser selecionadas de maneira a oferecer a menor distância média de transporte possível e o material mais adequado;
- d) o caminho de percurso deverá ser mantido em condições de permitir velocidade adequada ao equipamento transportador, boa visibilidade e possibilidade de cruzamento. Os caminhos de percurso deverão ser,

quando necessário, umedecidos e drenados com a finalidade de evitar excesso de poeira ou formação de atoleiros;

e) o material deverá estar distribuído na báscula, de modo a não haver derramamento pelas bordas laterais ou traseira, durante o transporte.

#### **4.4.1.5 - Equipamentos**

A escavação e carga dos materiais nas condições desta especificação serão executadas mediante a utilização racional de equipamentos adequados, que possibilitem a execução dos serviços com a produtividade requerida. Para a escavação serão empregados tratores de esteiras ou pneus, equipados com lâmina e, quando for o caso, escarificador. A potência dos tratores empregados será aquela requerida para a execução dos serviços, não podendo ser inferior a 140HP.

Para a operação de carga serão utilizadas pás carregadeiras de pneus com potência mínima de

100HP para materiais com pouca umidade, e de esteiras quando houver teor de umidade que obrigue esta opção.

#### **4.4.1.6 - Controle**

O controle dos serviços será feito mediante medição, bem como apreciação visual de sua qualidade pela Fiscalização, no transcorrer do serviço.

#### **4.4.1.7 - Critérios de medição**

A medição efetuar-se-á considerando o volume geométrico dos materiais, medido no corte das jazidas ou empréstimo, dependendo do caso, em metros cúbicos, utilizando as seções transversais, independentes de classificação do

material.

#### **4.4.1.8 - Pagamento**

Os serviços serão pagos pelos preços unitários contratuais, em conformidade com a medição referida no item anterior, estando incluído neles todo o equipamento e pessoal necessário, bem como os encargos e outras despesas inerentes à sua execução.

### **4.4.2 – Transporte de material de jazida**

#### **4.4.2.1 – Introdução**

Esta especificação estabelece a sistemática a ser empregada na execução e no controle da qualidade do serviço de transporte de material de jazida.

#### **4.4.2.2 - Objetivo**

Estabelecer a sistemática adotada para a execução de transporte de material de jazida, que será utilizado na execução da camada de revestimento primário.

#### **4.4.2.3 - Generalidades**

Esta especificação refere-se, exclusivamente, ao transporte e descarga de material de primeira categoria, cujo transporte deverá ser feito, preferencialmente, por caminhões basculantes.

O serviço será executado nas jazidas indicados pela Fiscalização que apresente ocorrências de material destinadas as diversas a camada de revestimento primário.

Será permitido o transporte de carga com coroamento, desde que o complemento colocado na báscula não permita o derramamento da carga durante o transporte.

Por se tratar de ocorrências de material para constituir a camada de revestimento primário, a trajetória a ser seguida pelo equipamento transportador será objeto de aprovação prévia da Fiscalização.

A área de descarga será definida pela Fiscalização e deve oferecer segurança para o tráfego e manobras do equipamento transportador.

#### **4.4.2.4 - Metodologia de execução**

- a) o caminho de percurso deverá ser mantido em condições de permitir velocidade adequada ao equipamento transportador, boa visibilidade e possibilidade de cruzamento. Os caminhos de percurso deverão ser, quando necessário, umedecidos e drenados com a finalidade de evitar excesso de poeira ou formação de atoleiros;
- b) o material deverá estar distribuído na báscula, de modo a não haver derramamento pelas bordas laterais ou traseira, durante o transporte;
- c) a descarga do material será feita nas áreas e local indicada pela Fiscalização.

#### **4.4.2.5 - Equipamentos**

Para o transporte e descarga dos materiais relacionados no item anterior, serão usados, preferencialmente, caminhões basculantes, em número e capacidade adequados, que possibilitem a execução do serviço com a produtividade requerida.

#### **4.4.2.6 - Controle**

Deverão ser providenciados meios para o controle das viagens do equipamento transportador, a fim de se evitar que o material seja descarregado antes do local destinado a recebê-lo, em locais indevidos, ou que não apresente as características exigidas no projeto para emprego nas diversas camadas constituintes do pavimento.

#### **4.4.2.7 - Critérios de medição**

Serão consideradas as distâncias efetivas de transporte entre os centros de massa do local de carga e da área destinada a descarga, indicada pela Fiscalização, sendo a distância média determinada para cada trecho construído. O caminho seguido pelo equipamento transportador será aquele aprovado previamente pela Fiscalização, medidos em quilômetros.

Os serviços serão medidos em m<sup>3</sup> x km.

#### **4.4.2.8 - Pagamento**

Os serviços de transporte e descarga de material relacionado no item desta especificação serão pagos conforme preços unitários contratuais, aplicados à medição referida no item anterior.

### **4.4.3 – Revestimento Primário**

#### **4.4.3.1 - Introdução**

Esta especificação estabelece a sistemática a ser empregada na execução e no controle da qualidade do serviço de execução de revestimento primário.

#### **4.4.3.2 - Objetivo**

Estabelecer a sistemática adotada para a execução de revestimento primário. Para tanto, são apresentados os requisitos concernentes a materiais, equipamentos, execução e controle da qualidade dos materiais empregados e da execução, além dos critérios para aceitação, rejeição e pagamento dos serviços.

#### **4.4.3.3 - Generalidades**

Esta especificação refere-se, exclusivamente, aos serviços necessários para a construção do revestimento primário.

O revestimento primário é a camada granular de pavimentação que deverá ser executada sobre o subleito devidamente regularizado.

Esta camada caracteriza-se por ser estabilizada granulometricamente sem mistura, pois o solo analisado apresenta todas as características ideais para constituir a camada do pavimento para o tipo de uso que esta sendo proposto.

O material proveniente de jazidas, determinadas pela Fiscalização, deverá ser o mais arenoso possível para o dmt indicado em projeto, e deverá receber o tratamento necessário e apresentar espessura final de 10 cm.

Não será permitida a execução deste serviço, objeto desta especificação, em dias de chuva.

#### **4.4.3.4 - Metodologia de execução**

Compreendem as operações de espalhamento, pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais importados, realizados na pista devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que

permitam, após a compactação, atingir a espessura constante do projeto.

Quando houver necessidade de se executar camadas de revestimento primário com espessura final superior a 20 cm, estas deverão ser subdivididas em camadas parciais, sempre com espessura máxima de 20 cm e mínima de 10 cm, após compactação.

Os materiais a serem utilizados, serão retirados de jazidas, que deverão apresentar granulometria de acordo com as condições estabelecidas pela Fiscalização.

Os cuidados para a preservação ambiental referem-se à disciplina do tráfego e estacionamento dos equipamentos.

Deve ser proibido o tráfego desordenado fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários a vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e, ou, combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

#### **4.4.3.5 - Equipamentos**

São indicados os seguintes equipamentos para execução do revestimento primário:

- motoniveladora pesada, com escarificador;
- carro tanque distribuidor de água;
- rolos compactadores tipos pé de carneiro, liso, vibratório e pneumático;

- grade de discos;
- pulvi-misturador.

Além destes, poderão ser usados outros equipamentos, desde que aceitos pela Fiscalização.

#### **4.4.3.6 - Controle**

O controle geométrico será realizado pela equipe de topografia antes, durante e após os procedimentos construtivos, observando os piquetes de amarração dos eixos, referência de cotas e a operações de acabamento com régua, onde a Fiscalização terá autonomia para aceitar ou não os serviços.

Após a execução do revestimento primário proceder a relocação e o nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias:

- $\pm 10$  cm, quanto à largura da plataforma;
- até 20 cm em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta;
- $\pm 10$  %, quanto à espessura do projeto da camada projetada.

#### **4.4.3.7 - Critérios de medição**

A camada de revestimento primário será medida em metros cúbicos de material espalhado e compactado na pista, conforme a seção transversal do projeto, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos e encargos, além das operações de espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento na pista.

No cálculo dos valores do volume serão consideradas as larguras e espessuras médias obtidas no controle geométrico.

Não serão considerados quantitativos de serviços superiores aos indicados no projeto.

A escavação e carga do material na jazida serão objeto de medição em separado. Sendo a escavação medida em metros cúbicos de material escavado e o transporte medido em metros cúbicos por quilometro, onde a distancia de transporte será medida ao longo do serviço realizado pelo equipamento transportador entre os centros de gravidade das massas, conforme especificações próprias.

#### **4.4.3.8 - Pagamento**

O pagamento será efetuado conforme o preço unitário apresentado para este serviço, compreendendo o espalhamento, umedecimento ou aeração, homogeneização, compactação e conformação geométrica, bem como a mão de obra e todos os encargos necessários a sua execução.

O transporte do material da ocorrência para a pista, assim como a limpeza e expurgo das jazidas serão pagos conforme especificação própria para o serviço.

## **II - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES BI-APOIADAS EM MADEIRA**

### **1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Estas especificações visam estabelecer as condições básicas para contratação de empresa de engenharia para executar a construção de pontes de madeira – tipo circunstância.

### **2 – AS PONTES DE MADEIRA BI-APOIADAS DEVERÃO SER CONSTITUÍDAS SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO:**

#### **2.1 – CONDIÇÕES**

2.1.1 – Os Serviços deverão ser orçados obedecendo ao preenchimento da Planilha Auxiliar (anexo 02), a fim de se obter o preço unitário(m), dividindo-se o custo total pelo comprimento da ponte conforme estar demonstrado na própria Planilha Auxiliar.

2.1.2 – Para a realização dos serviços a empresa contratada deverá apresentar profissionais com bom conhecimento técnico e equipamentos necessários ao desenvolvimento das obras.

2.1.3 – É necessário ter no mínimo 01 encarregado de campo, 01 carpinteiro, 04 ajudantes, 02 serradores de madeira da região e 01 auxiliar de serrador.

2.1.4 - Os serviços deverão ser realizados pela contratada harmonizando – se integralmente com o projeto arquitetônico e de engenharia para que a obra executada seja uma concretização fiel do projeto como um todo.

2.1.5 – Os projetos, normas e especificações poderão ser alteradas pelo DERACRE, o qual comunicará previamente à contratada que será obrigada a cumpri-las rigorosamente.

2.1.6 – Durante a execução de qualquer serviço, as dúvidas referentes a parte técnica – construtiva e casos omissos deverão ser decididos pela fiscalização.

2.1.7 – Todas as ocorrências diárias e fatos anormais deverão ser descritos em 01 (um) diário de obras.

### **3 – DAS MADEIRAS**

3.1 – As madeiras empregadas na construção da ponte bi – apoiadas deverão atender aos seguintes requisitos:

3.1.1 – Ser de espécie compatível para utilização em estrutura de pontes (ITAUBA, MAÇARANDUBA, IPÊ – ROXO, MORAPIRANGA, BÁLSAMO, CUMARU-DE-FERRO, JATOBÁ, CUMARU-CETIM-AMARELO, AROEIRA). A utilização de outros tipos de madeira somente com autorização por escrito da fiscalização.

3.1.2 – Estar isenta de fungos, insetos, rachaduras ou quaisquer outros defeitos que venham a comprometer a sua resistência e/ou durabilidade.

3.1.3 – Para possibilitar uma vida útil maior à ponte, será obrigatório o tratamento das peças, sem exceção, com uma solução de CM-30 e óleo diesel (misturada a 50%). Todas as peças deverão ser pintadas com essa solução.

### **4 – PEÇAS ESTRUTURAIS**

#### **4.1 – DORMENTES (TRAVESSEIROS)**

As pontes a serem construídas e ou recuperadas deverão ter seus dormentes nas dimensões determinadas em projeto 0,70 m de diâmetros e 5,00 metros de comprimento mínimo. Nos pontos onde as longarinas se apoiarão deverão ser feitas cavas (em qualquer formato, retangulares, quadradas, circulares), para perfeito assentamento e nivelamento das longarinas nos dormentes.

#### **4.2 – LONGARINAS (VIGAS)**

Essas peças estruturais terão as dimensões determinadas em projeto 0,60m de diâmetro e comprimento variável até o máximo de 14,00 metros (o que consideramos mais prudente). Não deverão ser feitos cortes nas cabeças das longarinas para seu nivelamento e assentamento nos dormentes, evitando assim redução da sua seção transversal, onde os esforços cortantes são enormes podendo ocorrer cisalhamento da peça e a ruína da ponte.

#### **4.3 – PISO DE DISTRIBUIÇÃO (TABULEIRO)**

Serão pranchas (peças) nas dimensões 0,08 m x 0,20 m x 4,00 m, fixadas nas longarinas através de pregos 26 x 72. Faz-se necessário espaçamento máximo de 1”, escoamento de águas pluviais, diminuindo, assim, a possibilidade de apodrecimento das pranchas. Reserva – se o DERACRE no

direito de recusar as pranchas que se apresentarem com ondulações e não estiverem rigorosamente dentro das especificações.

#### **4.4 – PISO DE USO (RODA – GUIAS)**

Serão peças de dimensões 0,08 m x 0,20 m x 5,00 m, fixadas no piso de distribuição através de pregos de 6 ½”. Reserva – se o DERACRE no direito de recusar as pranchas que apresentarem ondulações de qualquer natureza, principalmente devido a utilização de motosserras, e não estiverem rigorosamente dentro das especificações. Tais ondulações e diferenças de bitolas possibilitam o afrouxamento dos pregos de fixação, causando danos ao piso de uso e apodrecimento precoce das pranchas. Aconselha – se o uso de pranchas retiradas em serrarias, o que evitará recusa pôr parte do DERACRE.

#### **4.5 – GUARDA – RODAS**

Serão peças de dimensões 0,20 m x 0,20 m x 6,00 m, fixadas com parafusos de 5/8” de diâmetro e 0,45 m de comprimento (poderá ser utilizado vergalhão de 5/8”). Essa solução deverá fixar tenazmente o guarda – rodas ao restante da estrutura, não permitindo que o impacto dos pneus dos veículos arranque o guarda – rodas de sua posição original.

#### **4.6 – CAIXAS DE ATERRO**

Serão em peças de 0,08 m x 0,20 m x 4,00 m, fixadas nas estacas cravadas no solo á percussão (marreta ou outra forma de cravação à critério da contratada), com dimensão de 0,25 m x 6,00 m, em madeira de lei de primeira qualidade. Entre o alinhamento dos pilares iniciais e o alinhamento das pranchas da caixa de aterro deverão ser vedados todos os espaços que possibilitem o escoamento do material confinado, evitando assim possíveis desmoronamentos.

#### **4.7 – ESTRONCAS:**

Deverão ser cravadas (à marreta, ou trado até determinada profundidade e à percussão até o ponto de nega. Ou outro procedimento que ao final possibilite que a peça funcione estruturalmente para o que foi concebida) na parte interna dos dormentes evitando que o mesmo escorregue devido ao possível assoreamento de material na base de apoio do travesseiro. Suas dimensões serão de diâmetro 0,20 m x 4,00 m. Sua colocação é indispensável

#### **5.0 – MEDIÇÃO**

Os serviços serão medidos de acordo com a sua execução, obedecendo aos itens constantes na Planilha

Orçamentária e os seus Preços Unitários correspondentes.

#### **6.0 – LIMPEZA E ENTREGA DA OBRA**

Toda sobra de madeira deverá ser removida para fora do local da área de serviço. Em hipótese alguma se permitira sobras de peças de madeira, jogado dentro do leito do Igarapé. Todos os restos de madeira deverão ser retirados e transportados para fora do local da obra. Não é permitida a queima de sobras de material no local de execução dos serviços. Portanto a obra deverá ser entregue totalmente limpa.

### **III - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES DE MADEIRA COM ESTACAS CRAVADAS**

a) As pontes de madeira com estacas cravadas deverão ser construídas e/ou reformadas seguindo as especificações abaixo:

b) Os Serviços deverão ser orçados obedecendo ao preenchimento da Planilha Auxiliar (anexo 01), a fim de se obter o preço unitário(m), dividindo-se o custo total pelo comprimento da ponte conforme estar demonstrado na própria Planilha Auxiliar.

c) Para a realização dos serviços a empresa contratada deverá apresentar profissionais com bom conhecimento técnico e equipamentos necessários ao desenvolvimento das obras.

d) É necessário ter no mínimo 01 encarregado de campo, 01 carpinteiro, 04 ajudantes, 02 serradores de madeira da região e 01 auxiliar de serrador.

e) Os serviços deverão ser realizados pela contratada harmonizando-se integralmente com o projeto de arquitetura e engenharia para que a obra executada seja uma concretização fiel do projeto como um todo.

f) Os projetos, normas e especificações poderão ser alteradas pelo DERACRE, o qual comunicará previamente à contratada que será obrigada a cumprí-las rigorosamente.

g) Durante a execução de qualquer serviço, as dúvidas referentes à parte técnica construtiva e casos omissos, deverão ser decididas pela fiscalização.

h) Todas as ocorrências diárias e fatos anormais deverão ser descritos em

diário de obras.

## **1 – DEMOLIÇÃO**

### **1.1 – RETIRADA DAS PEÇAS DE MADEIRA**

A retirada das peças de madeira deverá obedecer todas as especificações previstas pelas normas de segurança.

O material removido deverá ser deslocado para fora do local da obra.

## **2 – DAS MADEIRAS**

As madeiras empregadas na construção e/ou reforma da ponte deverão atender aos seguintes requisitos básicos:

- a) Ser de espécie compatível para utilização em estrutura de pontes;
- b) Ter a licença de derrubada, transporte e utilização, dos órgãos responsáveis pela fiscalização do meio ambiente (IBAMA e/ou IMAC).

### **2.1 – PARA ESTACAS CRAVADAS**

(ITAÚBA, MAÇARANDUBA, MATA-MATA-ROXO, IPÊ-ROXO, E CUMARU CETIM AMARELO).

### **2.2 – PARA AS TRANSVERSINAS, BALANCINS, VIGAS (LONGARINAS), E PARA OS GUARDA – RODAS:**

(ITAÚBA, MAÇARANDUBA, MATA – MATÁ ROXO, IPÊ ROXO, BÁLSAMO, JATOBÁ, AQUARIQUARA, AROEIRA, MORAPIRANGA, CUMARU DE FERRO, CUMARU CETIM AMARELO, LOURO PRETO, CANELA).

### **2.3 – PARA AS PRANCHAS DOS PISOS DE USO E DE DISTRIBUIÇÃO:**

LOURO ABACATE, AMARGOSO, SUCUPIRA PRETA, MAÇARANDUBA, AQUARIQUARA, CANELA, CUMARU CETIM, AMARELO, LOURO PRETO E TODAS AS ESPÉCIES RELACIONADAS ANTERIORMENTE NOS ITENS 2.1 E 2.2.

Obs: A utilização de qualquer outra espécie de madeira deverá antes ser precedida de autorização por escrito da fiscalização do DERACRE, sob pena de embargo da obra.

A castanheira não poderá ser utilizada por força de portaria do IBAMA.

As madeiras utilizadas na obra deverão:

Estar isentas de fungos, insetos, rachaduras ou quaisquer outros defeitos que venham a comprometer a sua resistência e/ou durabilidade.

Por força de portaria do IBAMA, todas as madeiras utilizadas deverão ser devidamente legalizadas juntas aquele Órgão.

Para possibilitar maior tempo de vida útil à madeira, será obrigatório o tratamento das madeiras, sem exceção, com óleo queimado ou solução de CM – 30 e óleo diesel, (misturadas a 50%). Devendo todas as peças ser pintadas, sem exceção, antes de serem usadas na execução da obra.

### **3 – PEÇAS ESTRUTURAIS:**

#### **3.1 – ESTACAS – PILARES:**

As pontes terão suas peças (estacas) nas dimensões 30 cm x 30 cm, com comprimento variável em função do ponto de nega e da altura da lâmina de

água. Deverão ser devidamente alinhadas e aprumadas.

### **3.2 – TRANSVERSINAS:**

Serão peças nas dimensões de 30 cm x 30 cm, com comprimento estimado de 6,00 m, sendo devidamente fixados nos pilares através de parafusos especiais. Não deverá ser utilizado o processo de encavilhamento, e sim, parafuso de vergalhão de 5/8” e comprimento igual a 50 cm, para fixação à estaca.

### **3.3 – BALANCINS:**

Serão apoiadas nas transversinas para receberem as vigas (longarinas), tendo dimensões de 30 cm x 30 cm, comprimento estimado de 2,50 m, sendo que nos pilares centrais os balancins serão duplos (ver projeto estrutural) para melhor distribuição dos esforços. O vão central terá seus balancins com dimensões de 4,00 m de comprimento para melhor distribuição de esforços nas longarinas do vão central. Deverão ser utilizados pinos com seção de 3/4” com comprimento de 50 cm para fixação à transversina.

### **3.4 – LONGARINAS (VIGAS):**

Serão bi-apoiadas nos balancins, tendo com dimensão 30 cm x 30 cm, com comprimento variável e no máximo 8,00 m, sendo que sobre os pilares centrais as longarinas serão duplas, conforme projeto arquitetônico e estrutural. Deverão ser utilizadas para a fixação das longarinas aos balancins, braçadeiras de 5/8” x 0,30 m com comprimento mínimo de 0,70 m.

### **3.5 – PRANCHAS DO TABULEIRO (PISO DE DISTRIBUIÇÃO)**

Serão peças nas dimensões 0,08 m x 0,20 m x 5,00 m, fixadas nas longarinas através de pregos de 26 x 72. Faz-se necessário espaçamento máximo de 1

½””, para escoamento das águas pluviais, diminuindo a possibilidade de apodrecimento das pranchas.

### **3.6 – RODA GUIAS (PISO DE USO):**

Serão peças de dimensões 0,08 m x 0,20 m x 5,00 m, fixadas no piso de distribuição através de pregos 6½””. Na utilização de peças para roda-guias será obrigatório o uso de peças bem dimensionadas. Não é apropriada a retirada de pranchas com motosserras, devido às diferenças de bitolas e ondulações que dificultam o tráfego de veículos e possibilitam o afrouxamento dos pregos de fixação.

### **3.7 – GUARDA – RODAS:**

Serão peças nas dimensões 0,20 m x 0,20 m x 6,00 m, fixadas com parafusos de ½”” e comprimento de 40 cm ou braçadeira de ½””. Qualquer solução deverá fixar tenazmente a guarda-rodas ao restante da estrutura, não permitindo que o impacto de pneus afaste as peças do guarda-rodas de sua posição.

### **3.8 – MÃO – FRANCESA (CONTRA – VENTAMENTO):**

Deverá existir, servindo para travar os pilares, no formato de “X”, sendo fixada com parafusos apropriados, sendo utilizadas também porcas e arruelas duplas, além de chapas de ferro compatíveis com as dimensões das peças, para melhor distribuição dos esforços. Os parafusos deverão estar desencontrados na chapa de ferro evitando possibilidade de rachamento das estacas pilares.

### **3.9 – CAIXAS DE ATERRO**

Serão em peças de 3” x 8” x 6,00 m, fixadas em estacas cravadas no solo à percussão, com dimensão de 0,25 m x 0,25 m x 6,00 m, entre o alinhamento dos pilares iniciais e o alinhamento das pranchas da caixa de aterro deverá ser formado ângulo de 45°.

Na confecção da caixa de aterro e/ou sua reforma deverão ser vedados todos os espaços que existirem, evitando assim possíveis desmoronamento e escoamento de material confinado.

### **3.10 – DA EXECUÇÃO (BATE – ESTACAS):**

O bate-estaca deverá possuir martelo com peso mínimo de 1200 kg, as cabeças das estacas deverão ser protegidas com capacete de ferro para amortecer o impacto do martelo, com a finalidade de evitar rachaduras.

## **4 – LIMPEZA**

O canteiro de obras deverá ficar totalmente livre das madeiras provenientes das demolições como também, das sobras das peças utilizadas na construção. As madeiras e ferragens provenientes de sobras deverão ser depositadas em local apropriado de forma condizente com as normas dos órgãos responsáveis pela fiscalização do meio ambiente (IBAMA e/ou IMAC).

## **IV - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA SERVIÇOS DE OBRAS DE ARTES CORRENTES (BUEIROS)**

### **1.0 - DRENAGEM**

#### **1.1 - TUBOS DE CONCRETO**

Esta especificação objetiva estabelecer o tratamento adequado à execução de bueiros tubulares de concreto para canalizar cursos d'água perenes e intermitentes de modo a permitir a transposição de talvegues que escoam de um lado para outro do ramal.

Os tubos de concreto de seção circular para bueiros devem ser do tipo e dimensões indicadas em projeto e devem atender as exigências da NBR-8890.

Os tubos devem satisfazer as seguintes condições gerais: possuir encaixe tipo ponta e bolsa ou macho e fêmea, eixo retilíneo perpendicular aos planos das duas extremidades, seção transversal circular, espessura uniforme, superfície internas e externas suficientemente lisas, não possuir trincas, fraturas, retoques ou pinturas, produzir som típico de tubo não trincado quando percutidos com martelo leve, tiver em caracteres legíveis gravados no concreto, o nome ou marca do fabricante, diâmetro nominal, a classe a que pertencem ou a resistência do tubo, a data de fabricação e um número para rastreamento de todas as suas características de fabricação.

Para o assentamento da tubulação deverá ser respeitada a cota de fundo definida pela fiscalização e deve ser colocado com as bolsas voltadas para montante, devendo as pontas ser bem encaixadas nas bolsas.

Os tubos que apresentarem rachaduras ou qualquer avaria deverão ser sumariamente condenados e retirados do canteiro de serviços.

## **1.2 – ESCAVAÇÃO**

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos definidos, ficando o empreiteiro obrigado a executar o escoramento e esgotamento de vala sempre que necessário.

A escavação de valas deverá ser feita em profundidade que comporte a execução adequada ao bueiro selecionado, podendo ser feito por processo mecânico ou manual. A largura da cava deverá ser superior ao do corpo do bueiro pelo menos 0,50 m para cada lado, de modo a garantir a trabalhabilidade dos operários.

## **1.3 – BOTA- FORA**

O material escavado deverá ser removido até uma distância e local que não prejudiquem o andamento do serviço, o tráfego na via, a movimentação do pessoal e equipamentos, garante a segurança, a eficiência do trabalho e a integridade da obra durante a execução.

## **1.4 – REGULARIZAÇÃO E APILOAMENTO**

Deverá ser executado na área destinada ao assentamento, obedecendo a inclinação determinada pela fiscalização, utilizando-se maço de 30 Kg ou compactador com placa vibratória.

## **1.5 – CORPO DE BUEIRO**

É a estrutura constituída pelo conjunto de tubos, devidamente assentados e rejuntada com argamassa de cimento e areia no traço (1:3).

## **1.6 – BOCAS DO BUEIRO**

São as estruturas terminais, construídas em concreto armado, de acordo com projeto, a montante e a jusante do seu corpo com o objetivo de promover a sustentação das partes adjacentes dos taludes, assegurarem o correto direcionamento das águas à entrada e à saída da obra, evitar o solapamento do bueiro pelo efeito das águas afluentes e defluentes e aumentar a segurança do corpo do bueiro contra deslizamentos de base e deslocamentos em geral.

## **1.7 – ATERRO**

A execução do aterro deverá ser feita, com material de jazida, desde que o mesmo seja de boa qualidade para se obter uma boa compactação, e a mesma deverá ser executada em camadas individuais de no máximo 20 cm, utilizando-se o compactador com placa vibratória.

## **1.8 - EQUIPAMENTO**

Os equipamentos principais necessários à execução na Drenagem são: equipamentos manuais (pá, picareta, enxada, colher de pedreiro, etc.); escavadeira e/ou tratores para abertura de valas; fabrica de tubos (para tubos de concreto armado); carrinho de mão; betoneira e compactadores de placa vibratória.

## **1.9 – LIMPEZA E ENTREGA DA OBRA**

---

O leito do córrego ou igarapé deverá estar limpo, sem qualquer entulho proveniente de sobras de material da Obra. Portanto é necessária a remoção dos referidos entulhos, provenientes dos materiais usados na obra, para que a mesma seja entregue totalmente limpa.

## **1.10 – MEDIÇÃO**

Os serviços deverão ser medidos obedecendo aos itens constantes da Planilha Orçamentária e os seus Preços Unitários correspondentes.

## **ANEXO VII - DESENHOS**

Em Anexo ao Edital.

**ANEXO VIII - MODELOS DE PLANILHA DE QUANTIDADES E DE  
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (FÍSICO-FINANCEIRO)**

**CONTEÚDO**

<b>MODELO 1: PLANILHA DE QUANTIDADES .....</b>	<b>168</b>
<b>MODELO 2: CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (FÍSICO-FINANCEIRO)<sup>29</sup> .....</b>	<b>170</b>

### MODELO 1: PLANILHA DE QUANTIDADES <sup>4</sup>

<b>Concorrente: [indicar]</b>						
<b>Concorrência</b> [indicar]	<b>– LPN</b>	<b>Nº:</b>	<b>Lote</b> [indicar]	<b>Nº:</b>	<b>Página:</b> [indicar]	<b>de</b> [indicar]

**[Inserir aqui as Planilhas de Quantidades sem os preços ou utilizar o modelo apresentado a seguir]**

<b>ITE</b> <b>M</b> <b>(1)</b>	<b>SUB-</b> <b>ITE</b> <b>M</b> <b>(2)</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO</b> <b>(3)</b>	<b>UNID.</b> <b>(4)</b>	<b>QTD.</b> <b>(5)</b>	<b>PREÇO</b> <b>UNITÁRIO</b> <b>(R\$)</b> <b>(6)</b>	<b>PREÇO</b> <b>TOTAL</b> <b>(R\$)</b> <b>(7)</b>

---

<sup>4</sup>. Este modelo, devidamente preenchido (sem os preços) deverá ser incluído no Edital a ser distribuído aos Concorrentes, no caso de Contratos por Preço Unitário. O orçamento estimado poderá ser anexado ao edital apenas como referência.



**MODELO 2: CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (FÍSICO-FINANCEIRO) <sup>5</sup>**

<b>Concorrente: [indicar]</b>							
<b>Concorrência</b>	<b>– LPN</b>	<b>Nº:</b>	<b>Lote</b>	<b>Nº:</b>	<b>Página:</b>	<b>[indicar]</b>	<b>de</b>
<b>[indicar]</b>			<b>[indicar]</b>		<b>[indicar]</b>		

<b>ITEM</b> <b>Nº</b>	<b>ATIVIDADE</b> <b>E</b>	<b>CUSTO</b>	<b>PRAZO DE EXECUÇÃO</b> <b>(DIAS)</b> <b>(5)</b>
--------------------------	------------------------------	--------------	---

---

<sup>5</sup>. Este modelo, devidamente preenchido (sem os preços, os quais serão preenchidos pelos **Concorrentes**), deverá ser incluído no Edital a ser distribuído aos **Concorrentes**, no caso de Contratos por Preço Global e também nos Contratos por Preço Unitário.

(1)	(2)	TOTAL DO ITEM (R\$) (3)	% DO PREÇO TOTAL (4)	30	60	90	120	
<b>PREÇO TOTAL (R\$)</b>			100					
<b>VALOR POR EXTENSO:</b>								

<b>Data:</b> [indicar]	<b>Assinatura:</b> [assinar]
<b>Nome e Cargo:</b> [indicar]	

Nota: O **Concorrente** deverá apresentar o Cronograma de Atividades (Físico-Financeiro) indicando nas barras, o percentual de cada atividade previsto, para cada mês.

## **ANEXO IX – ORÇAMENTO BASE**

[É recomendada a inclusão do orçamento base, sem a colocação de qualquer tipo de teto, inclusive quanto aos preços unitários e aos percentuais.]

[Indicar:

- (a) a data base do orçamento; e
- (b) a fonte do orçamento]